



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA**

WAGNER BRUNO LIMA DA SILVA

**A DITADURA MILITAR NAS PÁGINAS DO *CORREIO DO ESTADO*: UM
RECURSO PEDAGÓGICO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA**

**CAMPO GRANDE
2024**

WAGNER BRUNO LIMA DA SILVA

**A DITADURA MILITAR NAS PÁGINAS DO *CORREIO DO ESTADO*: UM
RECURSO PEDAGÓGICO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Deni Ireneu Alfaro Rubbo

CAMPO GRANDE

MAIO/2024

SILVA, Wagner Bruno Lima da. A ditadura militar nas páginas do *Correio do Estado*: um recurso pedagógico para as aulas de história. 2024. 11 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

S578d Silva, Wagner Bruno Lima da

A Ditadura Militar nas páginas do *Correio do Estado*: um recurso pedagógico para as aulas de história / Wagner Bruno Lima da Silva. – Campo Grande, MS: UEMS, 2024.
139 p.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Ensino de História –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Deni Ireneu Alfaro Rubbo

1. Ditadura militar 2. Ensino de história 3. *Correio do Estado* I. Rubbo, Deni Ireneu Alfaro II. Título

CDD 23. ed. 981.064

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(UEMS) Joyce Mirella dos Anjos Viana, CRB nº 3530 - 1ª Região.

**A DITADURA MILITAR NAS PÁGINAS DO *CORREIO DO ESTADO*: UM
RECURSO PEDAGÓGICO PARA AS AULAS DE HISTÓRIA**

WAGNER BRUNO LIMA DA SILVA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Linguagens e Narrativas
Históricas: Produção e Difusão

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deni Ireneu Alfaro Rubbo (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Profa. Dra. Sirley Lizott Tedeschi
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Profa. Dra. Danielle Tega
Universidade Federal de Goiás/ UFG

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2024.

Dedico este trabalho a minha saudosa avó, Mãe Nena, que nos deixou recentemente.
Saudades dos seus.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Deni Ireneu Alfaro Rubbo, meu orientador, pela dedicação.

Às professoras Sirley Lizott Tedeschi e Danielle Tega, por aceitarem o convite para participarem da banca de defesa deste trabalho.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, pela concessão da bolsa. Esse auxílio foi fundamental para a produção do trabalho.

Às amigas Tabitha Molina e Marielle Ribeiro, pelas conversas e ricas sugestões.

Ao meu companheiro Gustavo Henrique de Almeida Ferreira, parceiro para todas as horas.

A minha mãe Maria, que, pelo exemplo, sempre me mostrou que desistir não é a opção.

O bom professor é o que consegue enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas

Paulo Freire (1996, p.96).

SILVA, Wagner Bruno Lima da. A ditadura militar nas páginas do *Correio do Estado*: um recurso pedagógico para as aulas de história. 2024. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar os recortes das principais notícias do jornal *Correio do Estado* para compreender a Ditadura Militar nas aulas da história no sul do Mato Grosso. Nesse sentido, por meio de uma revisão bibliográfica embasada na teoria gramsciana (1981; 2001; 2005; 2006), que aborda a hegemonia, foram observados os recortes do jornal *Correio do Estado* relacionados aos 21 anos da Ditadura Militar (1964 -1985). O jornal inicialmente surgiu ligado a um grupo político, a União Democrática Nacional, tendo como fundadores os políticos Fernando Corrêa da Costa, José Manuel Fragelli e José Inácio da Costa Moraes, isto é, nasceu com um propósito de disseminar notícias com viés partidário, com signo oposicionista. Em seguida, foi dirigido por José Barbosa Rodrigues até sua morte, estando atuante até os dias de hoje. No segundo momento, buscou-se caracterizar o cerne da pesquisa em todas as notícias que foram selecionadas nesses 21 anos. Foi observado que todas elas possuíam um viés pró-ditadura, enaltecendo a deposição do João Goulart, posicionando-se contra o comunismo e lançando bases para o civismo e patriotismo. Até utilizavam analogias como “armas para democracia” para os atos institucionais, ou “autêntica revolução”, para o golpe, ou seja, legitimavam a cassação de deputados e vereadores, enfim de políticos, pois estavam indo contra a “democracia”. Assim, a hegemonia era obtida e consolidada. Desse modo, considera que o jornal serviu aos interesses tanto dos proprietários de jornais quanto dos militares, mostrando apenas o projeto desenvolvimentista do governo e silenciando os protestos massivos ou os atos repressivos que havia nesse período, tornando um mecanismo hegemônico favorável politicamente à Ditadura Militar. Ao final, buscou-se propor uma cartilha metodológica intitulada “Compreendendo a Ditadura Militar pelas páginas do Correio do Estado”, tendo como objetivo fornecer um subsídio didático diferente do convencional para nortear o conteúdo sobre a Ditadura Militar a ser trabalhado na disciplina de História, trazendo o olhar crítico de como o período ditatorial foi visto/veiculado dentro de uma perspectiva regional.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ensino de História; Correio do Estado.

SILVA, Wagner Bruno Lima da. A Ditadura Militar nas páginas do *Correio do Estado*: um recurso pedagógico para as aulas de história. 2024. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

ABSTRACT

The research aims to analyze clippings of the main news from the newspaper *Correio do Estado* to understand the Military Dictatorship in history classes in the south of Mato Grosso. In this sense, through a bibliographical review, based on Gramscian theory (1981; 2001; 2005; 2006); regarding hegemony, newspaper clippings from *Correio do Estado* were observed during the 21 years of the Military Dictatorship (1964 -1985). The newspaper initially emerged linked to a political group, the National Democratic Union, with the founders being the politicians Fernando Corrêa da Costa, José Manuel Fragelli and José Inácio da Costa Moraes, that is, it was born with the purpose of disseminating news with a partisan bias, with oppositional sign. Then directed by José Barbosa Rodrigue until his death and still active today. In the second moment, we sought to characterize the core of the research, in all the news that were selected over these 21 years, it was observed that they all had a pro-dictatorship bias, praising the deposition of João Goulart, against communism, laying the foundations for civility and patriotism. They even used analogies, such as “weapons for democracy” for institutional acts, or “authentic revolution” for the coup, that is, they legitimized the impeachment of deputies and councilors, in short politicians, as they were going against “democracy”. Thus, hegemony was obtained and consolidated. In this way, he considers that the newspaper served the interests of both newspaper owners and the military, showing only the government's developmental project and silencing the massive protests or repressive acts that took place during that period, making a hegemonic mechanism politically favorable to the Dictatorship. Military. In the end, we sought to propose a product, the methodological booklet “Understanding the military dictatorship through the pages of *Correio Do Estado*”, with the objective of providing a teaching aid different from the conventional one, to guide the content on the Military Dictatorship to be worked on in the History discipline, bringing a critical look at how the dictatorial period was seen/publicized from a regional perspective.

Keywords: Military Dictatorship; Teaching History; State Mail.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Themis Mattogrossense</i>	50
Figura 2 – Jornal “O iniciador”	52
Figura 3 – Jornal Correio do Espaço – 1ª Edição.....	54
Figura 4 – Correio do Estado – 31 de março de 1964.....	57
Figura 5 – Correio do Estado – 01 de abril de 1964.....	59
Figura 6 – Correio do Estado – 06 de abril de 1964.....	60
Figura 6 – Correio do Estado – 06 de abril de 1964.....	61
Figura 7 – Correio do Estado – 11 de abril de 1964.....	62
Figura 8 – Correio do Estado – 13 de abril de 1964.....	64
Figura 9 – Correio do Estado – 14 de abril de 1964.....	65
Figura 10 – Correio do Estado – 14 de março de 1967.....	66
Figura 11 – Correio do Estado – 01 de abril de 1967.....	66
Figura 12 – Correio do Estado – 27 de junho de 1968.....	67
Figura 13 – Correio do Estado – 03 de agosto de 1968.....	68
Figura 14 – Correio do Estado – 05 de agosto de 1968.....	69
Figura 15 – Correio do Estado - 14 de dezembro de 1964.....	70
Figura 16 – Correio do Estado – 14 de dezembro de 1964.....	71
Figura 17 – Correio do Estado – 27 de outubro de 1969.....	73
Figura 18 – Correio do Estado – 30 de outubro de 1969.....	74
Figura 19 – Correio do Estado – 09 de março de 1972.....	75
Figura 20 – Correio do Estado – 15 de fevereiro de 1973.....	75
Figura 21 – Correio do Estado – 17 de fevereiro de 1973.....	75
Figura 22 – Correio do Estado – 15 de março de 1974.....	77
Figura 23 – Correio do Estado – 16 de março de 1974.....	78
Figura 24 – Correio do Estado – 12 de outubro de 1977.....	79
Figura 25 – Correio do Estado – 16 de março de 1979.....	80
Figura 26 – Correio do Estado – 29 de março de 1979.....	81
Figura 27 – Correio do Estado – 24 de março de 1984.....	83
Figura 28 – Correio do Estado – 15 de janeiro de 1985.....	84
Figura 29 – Correio do Estado – 16 de janeiro de 1985.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos que abordam a historiografia sobre o golpe de 1964 e Ditadura Militar.....	19
Quadro 2 – Obras regionais sobre a Ditadura Militar no sul de Mato Grosso.....	36
Quadro 3 – Edição dos jornais no dia 01 de abril de 1964.....	58
Quadro 4 – Procedimentos com fontes impressas.....	97
Quadro 5 – Currículo BNCC – 9 Ano EF II.....	102
Quadro 6 – Currículo SEMED – 9 Ano EF II.....	102
Quadro 7 – Estrutura da Cartilha.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GOLPE E A DITADURA DE 1964: CLIVAGENS NACIONAIS E REGIONAIS.....	19
1.1 Clivagem nacional: debates historiográficos sobre a ditadura-militar.....	19
1.2 Clivagem regional: Ditadura Militar no sul de Mato Grosso.....	35
CAPÍTULO II – JORNAL <i>CORREIO DO ESTADO</i>: COMUNICAÇÃO E HEGEMONIA CONSERVADORA.....	42
2.1 A imprensa como um modelo de produção e difusão de narrativa histórica e instrumento hegemônico.....	43
2.2 A imprensa mato-grossense.....	49
2.3 <i>Correio do Estado</i> : A trajetória de um jornal local.....	53
2.3. <i>Correio do Estado</i> e Ditadura Militar: Análise dos recortes das principais notícias.....	56
CAPÍTULO III – A DITADURA MILITAR E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	86
3.1 Ensino de história.....	86
3.2 O uso de jornais em sala de aula como recurso pedagógico.....	96
3.3 Produto Final – Cartilha “Compreendo a Ditadura Militar pelas páginas do <i>Correio do Estado</i> ”.....	100
3.3.1 Público alvo e Currículo.....	100
3.3.2 Produção metodológica da Cartilha.....	103
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXOS: Cartilha “Compreendo a Ditadura Militar pelas páginas do <i>Correio do Estado</i>”.....	115

INTRODUÇÃO

Ao debruçar sobre o passado, um fato histórico que gerou muitos pontos de reflexão, seja por “convicções políticas” ou por “construções contraditórias de dados momentos históricos”, sendo inevitável conjugar a realidade sobre as ações, processos e cisões políticas, bem como a reconstituição das marcas deixadas pelas arbitrariedades, opressões e violências de um período.

A Ditadura Militar (1964 – 1985) foi um período de profundas transformações para o cenário político brasileiro, pois proporcionou rupturas no modo em que o Brasil era conduzido politicamente, desencadeando o “medo” dentro das instituições existentes, tais como a família, a religião e a educação, sendo essas instâncias utilizadas para fazer emergir, justificar e legitimar os ideais do golpe ocasionando assim a derrubada de um governo que tinha se “aproximado demasiadamente” do lado oposto: o comunismo.

Dessa forma, após a instauração de um governo de cunho militar, que perdurou por 21 anos, houve diversas mudanças, não somente na esfera política, mas em todos os campos da sociedade, gerando arranjos políticos, trocas de governantes e atos institucionais. O problema se impõe é: Como e de que forma o Brasil deveria ser conduzido?

Nessa perspectiva, a escolha do *corpus* da pesquisa constituiu-se em um desafio, uma vez que houve a necessidade de se compreender como os fatos desse momento eram trazidos ao público e de que forma as transformações políticas eram recebidas no sul de Mato Grosso. Desse modo, foi escolhido o jornal *Correio do Estado*, meio de comunicação utilizado para extrair o entendimento de como as notícias eram veiculadas na época em questão, bem como para apreender de que forma o jornal conduzia esse fato e como eram produzidos os discursos¹.

Em consonância com a Linha de pesquisa escolhida pelo Mestrado Profissional em História “Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão”, o *corpus* traz à tona essa discussão não só pela questão de como era produzido e difundido o jornal *Correio do Estado*. Assim, os primeiros questionamentos surgidos foram: A quem pertencia o jornal? Quais notícias eram veiculadas? Para qual público era voltado? Era acessível para toda a população do sul de Mato Grosso? Esse jornal circulava em todo o estado? Qual linguagem era utilizada?

¹ No jornalismo, fala-se sobre os princípios da neutralidade e da imparcialidade, por meio dos quais o jornalista deve descrever o fato a partir de uma rigorosa observação dos fatos, sem emitir suas impressões pessoais, buscando manter a fidelidade em relação ao fato, que é irrepetível, mas captado no momento de sua realização, ou seja, sem especular o fato (Gomes, 1991). Já para a história, não existe neutralidade, acreditando-se que pressupostos de uma verdade única a limitariam (Barthes, 2002), sendo o fato debatido em diversos contextos, evidenciando a sua multiplicidade conceitual enquanto etimologia, fenômeno, categoria e paradigma, na busca da não fragmentação, mas da confrontação da sua complexidade, sentidos e discursos (Schweitzer; Steiger, 1978).

Em um segundo momento, mais direcionado ao objeto da pesquisa, questionou-se: Como a notícia sobre o golpe foi veiculada? Qual foi o teor da notícia? A quem interessou? Como se desenrolaram as notícias a partir desse período da Ditadura Militar (o recorte temporal – principais fatos da Ditadura)?

A partir dessas indagações, que exteriorizaram a perspectiva da linha de pesquisa, mas pensando no objetivo final do Mestrado Profissional em História e a formação de historiador e professor, exprime-se a necessidade de ir além. Afinal, o jornal pode ser um instrumento de uso coletivo para fomentar discussões com o objetivo de ensinar conceitos históricos e a função da imprensa na sociedade. Dessa forma, os alunos, sob a mediação do professor, avaliarão, de forma crítica, o período da ditadura, levando-se em conta o jornal como uma fonte, sem a pretensão de tornar o aluno uma espécie de historiador.

Diante disso, buscou-se traçar o seguinte questionamento: Como o jornal *Correio do Estado* pode ser utilizado como um recurso pedagógico nas aulas de história para compreender a Ditadura Militar no sul de Mato Grosso?

Para responder à pergunta, elaborou-se o seguinte objetivo geral: analisar os recortes das principais notícias do jornal *Correio do Estado* para compreender a Ditadura Militar nas aulas da história no sul de Mato Grosso. E, como objetivos específicos: compreender o debate historiográfico sobre o golpe e a Ditadura Militar em âmbito nacional e regional; identificar como a imprensa refere-se a um modelo de produção e difusão de narrativa histórica; e averiguar o ensino de história e sua correlação com os estudos da Ditadura Militar. Ao final, será produzida uma cartilha intitulada “Compreendo a Ditadura Militar pelas páginas do Correio do Estado”, a qual será utilizada como recurso pedagógico na sala de aula para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Diante disso, tem-se como justificativa a relevância do tema, visto que a Ditadura Militar é um assunto que não se esgota, sendo amplamente debatido no campo político, cinematográfico e acadêmico, entre outros.

O suporte teórico embasa-se na teoria gramsciana (1981; 2001; 2005; 2006), que aborda o conceito de hegemonia, que pode ser explicada como uma forma de dominação social aceitável de um grupo ou mais grupos sobre outros. No caso específico deste estudo, o jornal se materializa como um meio cultural hegemônico utilizado para difundir o regime cívico-militar por meio dos “aparelhos privados”, divulgando suas ideologias e mantendo a sua dominação nas demais classes.

Nesse sentido, ao recorrer à articulação entre mídia e história, a pesquisa busca evidenciar qual era o papel exercido pelo jornal *Correio do Estado* nos anos da Ditadura Militar.

Dessa forma, questiona-se: A imprensa seria uma organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica? Ou agiria numa ação contra-hegemônica, aproveitando a sua influência nos meios de comunicação em massa para se opor à construção do aparelho ideológico que estava sendo construído, abrindo espaços de oposição e adotando uma postura crítica frente ao momento?

A hipótese levantada é a de que o jornal *Correio do Estado* contribuiu com a Ditadura Militar, uma vez que era produzido pelas classes dominantes. Sendo assim, sua produção, difusão e circulação tinha como objetivo legitimar o poder político ideológico ditatorial, fazendo com que o sul de Mato Grosso estivesse na direção dos condicionantes da produção simbólica.

Em 2014, completaram-se 50 anos do golpe de estado que destituiu o presidente da república do Brasil, João Goulart. A data reavivou debates relacionados ao golpe e ao regime militar, envolvendo inclusive o grande público, ou seja, ultrapassou as fronteiras da academia. Na ocasião, foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade², surgindo diversas produções audiovisuais abordando a temática, como, por exemplo, uma série produzida em 2014 e publicada pela UNIVESP TV1³ intitulada “1964: 50 anos do golpe militar”, a qual foi veiculada na plataforma de vídeos YouTube e exibiu reportagens e entrevistas abordando a Ditadura Militar.

Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados votou a instauração do processo de impeachment da presidenta da república Dilma Rousseff. Durante a sessão, parlamentares aproveitaram a oportunidade para exaltarem valores da “família tradicional” e posições favoráveis à Ditadura Militar. Jair Bolsonaro, que na época era Deputado Federal, levantou a questão e se mostrou favorável ao militarismo, citando o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.⁴

Ademais, durante a campanha para presidente, Jair Bolsonaro deixava claro o sentimento nostálgico em relação aos anos da ditadura e, após sua posse como presidente em

² A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, durante a Ditadura Militar. Em 2014, gerou um relatório geral, que possui três volumes: volume I – dividido em cinco partes, abordando a criação da CNV, bem como as dinâmicas e as práticas da violação dos direitos humanos; volume II – traz textos temáticos, em que se abordam vários textos sobre as violações de direitos humanos nos diversos grupos da sociedade; e, por fim, o volume III – aponta os mortos e desaparecidos políticos por meio de um índice em ordem alfabética e cronológica, relacionando os mortos e desaparecidos no período ditatorial.

³ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=XErbAfe0IJI&list=PLxI8Can9yAHcxLg1t0wu8OdGrEFWxdFNX>

⁴ O Coronel reverenciado na fala de Bolsonaro, Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi o primeiro militar a ser reconhecido formalmente pela justiça como torturador após a ação da Família Telles, em 2008.

2019, nada mudou, já que sempre ficou evidente em seus discursos que não houve uma ditadura, mas sim um período no qual os militares comandaram o país e esse momento, dentro da história do Brasil, foi de crescimento e de estabelecimento de valores em prol da família⁵.

Desse modo, nos últimos anos suscita-se um debate caloroso sobre esse tema movido por paixões políticas, gerando controvérsias e, por isso, é necessário levar para a sala de aula fontes que fomentem discussões e debates para compreender historicamente o universo político e ideológico dessas fontes. É preciso também que essas fontes despertem a construção de uma consciência histórica e um sentimento de pertencimento ao país, fazendo com que os alunos se posicionem de maneira crítica e responsável.

Para a elaboração da pesquisa, foram empregadas etapas com o intuito de traçar estratégias para a abordagem científica do estudo e para concretizar o ciclo completo da investigação, visto que o percurso metodológico constitui, no plano de investigação, o caminho das ideias e do pensamento que levou ao estudo. Assim, iniciou-se com a escolha do tema e, em seguida, delimitou-se o recorte temporal, o *corpus*, os objetivos e, por fim, o método. Optou-se por uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e de caráter descritivo. Qualitativa, uma vez que “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos fenômenos observados” (Minayo, 2007, p. 14). Descritivo, pois “[...] objetiva descrever as características de certa população ou fenômeno, envolvem técnicas de coleta de dados padronizadas, assume em geral a forma de levantamento” (Gil, 1994, p. 207).

Desse modo, para o aporte teórico foi realizada a busca pela literatura qualificada utilizando-se o banco de dados da *Scielo*, da CAPES e da UEMS, como também repositórios de outras universidades, entre outras fontes. Para a busca, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Ditadura Militar, Jornal e História. Foram encontradas mais de 250 produções, sendo que 50 foram selecionadas para a leitura e 10 escolhidas para a revisão de literatura, a saber: Carlos Fico (2004), Demian Melo (2012), Reginaldo C. Sousa (2018), Mariana Joffily (2018), sendo eles autores nacionais. E, além destes, Demosthenes Martins (1980), Eronildo Barbosa da Silva (2005; 2014), Eudes Fernandes Leite (2009), Suzana Arakaki (2015) e Thais Fleck Olegário (2018), todos eles autores regionais.

⁵ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb;
Disponível em: Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/gest%C3%A3o-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-peloquarto-ano-seguido/a-61322242>
Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/gest%C3%A3o-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-peloquarto-ano-seguido/a-61322242>

Diante da vasta bibliografia, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão. Assim, foram incluídos somente trabalhos na área de história e jornalismo, publicados em língua portuguesa, dando preferência a produções mais recentes. Já os critérios de exclusão foram: trabalhos em outras línguas, resenhas, produções fora do período selecionado e da área de história e jornalismo, e ainda que não abordassem a temática nem falassem do ensino de história.

Em seguida, para o *corpus* da pesquisa, elegeu-se o jornal *Correio do Estado*. Para isso, foi realizado um contato inicial com o jornal, apresentando-se este autor como pesquisador do mestrado ProfHistória e suas intenções em relação à pesquisa. Na sequência, foi-me disponibilizado login e senha para acessar o acervo do jornal, ressaltando que o passo a passo acerca de como foi realizado o acesso aos recortes das notícias e a seleção delas está exposto no Capítulo 3 desta dissertação, no subtópico 3.3, intitulado “Análise dos recortes das principais notícias do Correio do Estado”.

A dissertação será organizada em três partes: o primeiro capítulo abordará o debate historiográfico sobre o golpe e a implantação da Ditadura Militar em âmbito nacional e regional, porém não como um recorte cronológico, mas a partir da produção das historiografias.

O segundo capítulo tratará da maneira pela qual a imprensa se refere ao modo de produção e difusão de narrativa histórica mediante o modelo hegemônico, utilizando o conteúdo veiculado pelas páginas do Jornal *Correio do Estado* e analisando o seu posicionamento com relação aos 21 anos Ditadura Militar.

O terceiro capítulo discutirá o ensino de História e sua correlação com os estudos da Ditadura Militar, bem como o uso de jornais em sala de aula como uma fonte de consulta. Por fim, será realizada a produção da cartilha “Compreendo a Ditadura Militar pelas páginas do Correio do Estado” para uso pedagógico na sala de aula para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, compreende-se que a escrita não é/foi uma tarefa fácil, visto que, desde a definição da temática até a construção, a organização e o fechamento dos capítulos, a escolha foi atravessada por diversos pontos, como o interesse pessoal por algum assunto, por discussões acaloradas, defesas de pontos de vista, novas perspectivas etc. Mas, como aponta Gil (1991, p. 55): “A escolha do produto decorre de grupos, instituições, comunidades ou ideologias em que o pesquisador se move”. Assim, as variáveis constituíram o ponto de partida para as reflexões que sustentaram esta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GOLPE E A DITADURA DE 1964: CLIVAGENS NACIONAIS E REGIONAIS

Há limites para a liberdade por conta das situações que determinam as nossas ações. Mas é verdade que podemos lidar de diferentes modos com essas mesmas determinações. Diante dos fatos, o que pesa sobre nós? Podemos nos resignar ou podemos tentar superá-los. Podemos viver estritamente segundo a realidade que nos é dada, ou podemos tentar transcender essa realidade e projetar outras possibilidades. Quando escolhemos uma possibilidade diferente da realidade existente é como se já estivéssemos de algum modo agindo em prol desse futuro, motivados por uma realidade possível que, no entanto, ainda é inexistente (Silva, 2006).

1.1 Clivagem nacional: debates historiográficos sobre a ditadura-militar

Existe uma vasta produção sobre o golpe de 1964, sobretudo acerca do período da Ditadura Militar (1964-1985). Nesse sentido, nesta pesquisa optou-se por abrir uma possibilidade de investigação não só voltada à diversidade de produção, mas sim voltada a projetar uma escrita não linear dos fatos, conforme salienta Silva (2006), pois considera-se esse tema amplamente debatido e de conhecimento público. Assim, inicialmente preferiu-se realizar um estado da arte sobre a historiografia já produzida.

Codato (2014) salienta que o balanço historiográfico do “estado da arte” ainda não foi finalizado e passa a impressão, muitas vezes, de ser um passeio por um labirinto sem saída. Muitos estudos analisam as causas do golpe, a repressão, a periodização, o comunismo, a esquerda, entre outros. Um dos temas mais controvertidos/debatidos diz respeito ao questionamento se o período foi marcado por uma ditadura civil-militar ou uma ditadura militar. Com o objetivo de compreender uma parcela dessa literatura produzida sobre a temática, foram mobilizados os principais textos de historiadores que realizaram balanços historiográficos sobre o período, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Artigos que abordam a historiografia sobre o golpe de 1964 e Ditadura Militar

AUTOR	TÍTULO	PERFIL DA PESQUISA	OBJETIVO
Carlos Fico (2004)	Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar	Artigo - Revista	Discutir as mais importantes correntes da historiografia sobre o Golpe de 1964 e confrontar algumas questões controvertidas sobre repressão política, censura e outros temas da Ditadura Militar.

Demian Melo (2012)	Ditadura “civil-militar”? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente	Artigo – Revista	Busca definir tal situação a partir do termo “civil-militar” adjetivando tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura que se seguiu. Procura-se apontar as insuficiências e os desdobramentos mistificadores que tal noção encerra.
Reginaldo C. Sousa (2018)	Ditadura Militar: produção historiográfica e variáveis explicativas	Artigo – Revista	Analisar de maneira crítica a literatura produzida sobre a Ditadura Militar. O estudo classifica quatro variáveis explicativas sobre o período, a saber: a militar, a ideológica, a reconciliação extorquida e a social.
Mariana Joffily (2018)	Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas	Artigo – Revista	Compreender as controvérsias suscitadas nas últimas décadas, situadas em seu contexto histórico, o surgimento e o desdobramento de cada um desses debates, além de problematizar suas repercussões políticas.

Fonte: Silva (2024).

Após busca em plataformas de trabalhos acadêmicos, tais como o Scielo e o Google Acadêmico, foram escolhidos quatro artigos que apresentam balanços sobre a historiografia já produzida acerca do Golpe Militar de 1964 e da Ditadura Militar. O primeiro texto, “Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar”, foi produzido pelo historiador Carlos Fico, especialista na temática. Cabe ressaltar que esse artigo foi publicado em 2004, ano em que o debate acerca de questões relacionadas ao golpe de 1964 e à Ditadura Militar ganhou maior publicidade se comparado aos anos anteriores.

O segundo texto, “Ditadura “civil-militar”? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”, foi escrito pelo historiador Demian Bezerra de Melo e publicado em 2012. Melo (2012) tem se dedicado ao estudo da Ditadura Militar desde a graduação, ou seja, pertence a uma nova geração de pesquisadores que estudam o tema.

O terceiro é o texto “Ditadura Militar: produção historiográfica e variáveis explicativas”, de Reginaldo Cerqueira de Sousa, publicado em 2018. Chamou a atenção por destacar quatro categorias para explicar o golpe e a Ditadura Militar, o que possibilitou o entendimento da temática a partir de várias perspectivas.

Por fim, o quarto é o texto “Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas”, da professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Mariana Joffily, publicado em 2018, o qual permite compreender as controvérsias suscitadas nas últimas décadas, situadas em seu contexto histórico.

Convém salientar que 2004 foi o ano em que o golpe de Estado que destituiu o então presidente constitucional João Goulart completou 40 anos. Nesse sentido, Carlos Fico aproveitou a “efeméride” para publicar na “Revista Brasileira de História” o artigo “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, o qual suscitou discussões sobre as mais importantes correntes historiográficas acerca do golpe e das questões controversas. Nas palavras do autor:

[...] o interesse despertado pelos eventos de toda sorte que vão marcando a data, diferentemente de dez anos atrás, quando seminários acadêmicos sobre os trinta anos do golpe de 64 tiveram de ser cancelados ou contaram com baixa frequência de público. Milhares de pessoas, na maioria jovens, têm comparecido a debates em todo o Brasil. A imprensa acompanha com interesse atividades acadêmicas regra geral ignoradas. Várias publicações voltadas para o tema têm sido lançadas (Fico, 2004, p. 30).

Fico (2004) esclarece que a primeira fase dos trabalhos relativos ao golpe de Estado e os seus desdobramentos podem ser classificados em dois gêneros. O primeiro deles diz respeito às pesquisas influenciadas pela ciência política de linhagem norte-americana, caracterizadas por uma espécie de “politologia”. As perguntas que nortearam o debate desse gênero e que pouco interessavam aos historiadores foram estas:

[...] os militares eram uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou estariam a serviço de determinados grupos sociais? Um único modelo teórico daria conta de explicar, por exemplo, os regimes militares latino-americanos? Haveria alguma singularidade no caso brasileiro? (Fico, 2004, p. 31).

A memorialística é o segundo gênero que prevaleceu na primeira fase e “[...] cresceu sobretudo a partir da distensão política patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel”. (Fico, 2004, p. 31). Alguns desses trabalhos partiram de premissas que se cristalizaram e se tornaram clichês. Por exemplo, o primeiro ditador Castelo Branco (1964-1967), nessas produções, é caracterizado como o líder de um governo “legalista” e “moderado”. Trata-se, segundo o autor, de um perfil claramente ameno sobre o primeiro general-presidente e esse perfil foi muito reiterado pelos pesquisadores. Entretanto,

Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva (Fico, 2004, p. 33).

A contestação da suposta moderação de Castelo Branco pressupõe “[...] o entendimento do regime militar como trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como linha dura” (Fico, 2004, p. 34). O ditador não conseguiu refrear ações do setor mais radicalizado dos militares e contribuiu para a conquista de poder desse grupo. Desse modo, refutar a noção de que Castelo Branco era moderado lançou luz para o entendimento de que a Ditadura Militar foi um “[...] amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior.” (Fico, 2004, p. 34).

Nessa perspectiva, a tentativa por parte dos pesquisadores da memorialística de classificar os militares por meio da divisão “linha dura” e “moderados” também foi questionada por Fico (2004). O projeto da utopia autoritária, aposta política de que seria possível eliminar os obstáculos para o “desenvolvimento” do Brasil, não era um consenso entre os militares:

Alguns não aderiram a tal projeto, sobretudo jovens oficiais da metade final da ditadura que permaneciam omissos, preferindo cuidar de suas carreiras. Havia igualmente, militares decididos a passar para a reserva caso fossem instados a acobertar atos de tortura, mas foram poucos os casos de denúncia ou oposição explícita, o que revela a existência de uma grande quantidade de militares coniventes (Fico, 2004, p. 34).

Desse modo, a posição em relação à tortura não é suficiente para tipologizar os militares, uma vez que, segundo o historiador, é preciso levar em conta fatores como formação militar, redes de lealdade e posição em disputa em relação ao desenvolvimento do país.

Outro ponto que Fico (2004) sublinha sobre a bibliografia da Ditadura Militar é a ideia de que os “excessos”, como a tortura e o extermínio, foram executados por militares de baixas patentes e sem a anuência dos oficiais-generais. Para ele, essa ideia não seria aceitável para a fase seguinte ao AI-2 e a constituição do Sistema Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi). A polícia política que se implantou atuava com independência operacional, mas sem independência política. Não havia autonomia em relação aos oficiais-generais, o que significa que eles estavam cientes sobre as práticas do aparelho repressivo.

Diante disso, a homogeneidade dos aparatos de repressão é outro tema discutível, uma vez que, embora os aparatos fossem articulados, essas instâncias possuíam suas especificidades e foram se construindo mesmo antes da decretação do AI-5, em 1968. Os aparatos repressivos se formaram já em 1964 devido à demora do ditador Castelo Branco para efetivar punições durante a chamada “Operação Limpeza”. Os órgãos de repressão passaram a atuar de acordo

com os valores da comunidade de segurança ou passaram a entrar em conflito com eles (Fico, 2004).

Em relação à política de censura, segundo o historiador, houve dois tipos dela durante a Ditadura Militar. A primeira, referia-se ao setor “Diversões Públicas”, que existia desde 1945, e era direcionada aos artistas, valendo ressaltar que a prática de coibir atendia aos valores caros à “família tradicional”. A segunda, ocorria de modo acobertado por meio de bilhetinhos e telefonemas dirigidos às redações dos meios de comunicação e possuía um caráter político. Entretanto, questões políticas passaram a fazer parte da censura de diversões públicas (Fico, 2004).

A posição em relação à Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), agência de propaganda política criada em 1968, demonstra as rivalidades entre militares. Para a linha dura, o órgão não tinha muita importância e os seus filmes eram desnecessários. A atuação da agência, para a linha dura, não deveria ter uma conotação educativa, pelo contrário, deveriam ser divulgados [...] “discursos de arrependimentos de militantes da luta armada feitos prisioneiros, transmitidos pela TV, ou o famoso slogan ‘Brasil: ame-o ou deixe-o’ [...] (Fico, 2004, p. 38). A crença na utopia autoritária⁶ fez com que o sistema repressivo funcionasse servindo de cimento ideológico. “A mencionada utopia assentava-se na crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e – sobretudo os políticos civis – venais” (Fico, 2007, p. 39).

As produções sobre a Ditadura Militar dos historiadores são mais recentes em relação aos trabalhos memorialísticos e da ciência política e se avolumaram a partir da década de 1980. Uma das principais características dessa produção foi que “[...] boa parte dela foi feita no contexto da chegada da Nova História ao país, ou dizendo melhor, não viria a ser uma produção fortemente influenciada pelo marxismo ou pela segunda fase dos Annales” (Fico, 2004, p. 40).

Segundo a análise de Barros (2013), o ano de 1968 foi marcado por uma série de mudanças na historiografia francesa e conseqüentemente no movimento dos Annales. É nesse contexto fervilhante do final da década de 1960 que surge a História Nova ou a Terceira Geração dos Annales. “O principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a história cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas” (Barros, 2013, p. 311). Em consonância com esse deslocamento na historiografia, Fico (2004) sublinha que:

⁶ O sistema repressivo funcionou devido à já mencionada utopia autoritária, forma diluída da Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, serviu como cimento ideológico.

Assim, abandonar explicações fundadas em conceitos como os de “classe social”, “modo de produção” ou “estrutura social”, os historiadores do que se convencionou chamar de “Nova História” buscaram uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade”, sua “trajetória de vida” etc. [...] (Fico, 2004, p. 40).

Entre as décadas de 1970 e 2000, segundo levantamentos do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram produzidas 214 teses e dissertações sobre o assunto. Ainda segundo Fico (2004), o crescente número de ingressos nos cursos de História nesse período, dentre outros fatores, repercutiu no aumento da produção sobre o tema. Entre 1971 e 1975, foram defendidos apenas dois trabalhos; no quinquênio 1986-1990 houve 47 defesas; já entre 1996 e 2000 registraram-se 74 produções. Os trabalhos tiveram como foco movimentos sociais urbanos, temas da arte e da cultura, censura, dentre outros.

Por fim, Fico (2004) destaca as causas do golpe de 1964 a partir de três correntes: tentativas de teorização da ciência política, análises marxistas e valorização do papel dos militares. A primeira corrente é examinada pelo autor a partir de três trabalhos: o do cientista político Alfred Stepan, “Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira”, publicado no Brasil em 1975, que originalmente constituiu-se como uma tese de doutorado apresentada na Universidade de Colúmbia. Seu autor interpreta a instituição militar como um “subsistema”, defendendo que os militares, por não se sentirem aptos para governar, solucionavam crises e devolviam o poder aos civis, exercendo uma espécie de poder “moderador”. Esse padrão se alterou, segundo Stepan, com a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e os treinamentos desenvolvidos na Escola Superior de Guerra (ESG), e contribuiu para que os militares se sentissem capazes de governar o país. A análise do referido autor apresenta fragilidades, segundo Fico, como a de não levar em conta a heterogeneidade política dos militares.

A obra “O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira”, publicada em 2003, de Wanderley Guilherme dos Santos, é indicada por Fico (2004) para compreender as causas do golpe. O cientista político baseou-se no modelo teórico de “competição política e cálculo de conflitos” e contou com um rigoroso levantamento, sistematização e análise de dados empíricos.

Segundo essa análise, Fico (2004) compreende que:

A crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória e o golpe teria sido fundamentalmente o resultado do emperramento do sistema político, antes que uma reação a iniciativas governamentais: “o golpe militar resultou mais da imobilidade do governo Goulart do que de qualquer política coerente por este patrocinada e executada” (Fico, 2004, p. 45).

A paralisia da produção legal identificada por Santos em sua análise sobre o legislativo do Congresso Nacional, bem como a grande rotatividade ministerial e as consecutivas mudanças nas diretorias de bancos e empresas estatais levada a cabo por Goulart como moeda de troca – a maior no período democrático entre 1945 e 1964 – demonstram as deficiências do executivo.

A justificativa de Santos para estudar as causas do golpe surgiu a partir da insuficiência no arcabouço teórico na análise das ciências políticas no Brasil, segundo seu diagnóstico. Segundo Fico (2004), o posicionamento de caráter antimarxista suscitaria ambiguidades.

A crítica inicial de Santos ao “paradigma tradicional de análise” é confusa, pois não se define quanto ao objeto final de suas considerações: seriam insuficientes as teses (marxistas) que fazem prevalecer as estruturas econômicas e sociais em detrimento dos sistemas políticos ou o paradigma criticado seria apenas aquele que se refere à leitura do “populismo” como gerador do confronto entre executivos progressistas e legislativos controlados pela oligarquia rural? (Fico, 2004, p. 46).

O terceiro trabalho trazido por Fico (2004) intitula-se “Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964”, resultado da tese de doutorado de Argelina Cheibub Figueiredo em Ciências Políticas pela Universidade de Chicago. Lançada em 1987, a obra critica leituras econômicas e políticas classificadas por ela como “deterministas”. Em outras palavras, o papel da burguesia na conspiração do golpe não seria resultado direto da queda de Goulart. Figueiredo concorda com Alfred Stepan ao argumentar que ao “[...] radicalizar sua posição[...]” o mandatário “[...] acabou por definitivamente erodir possíveis apoios[...]” (Fico, 2004, p. 47).

Dentre as interpretações sobre o golpe de 1964 que partiram de uma perspectiva marxista, a segunda corrente examinada por Carlos Fico, a qual é considerada a mais proeminente, denomina-se “Combate nas trevas”, de Jacob Gorender, publicada em 1987. Segundo seu autor, o fim do processo de industrialização por substituição das importações não seria suficiente para explicar a queda de Goulart. A crise econômica que ocorreu entre 1962 e 1965 contribuiu para o amadurecimento do capitalismo e a resposta à crise seria adotar o receituário do Fundo Monetário Internacional - FMI, já que havia a destacada presença da burguesia industrial. Tais medidas não eram consonantes com as reformas propostas pelo executivo. Ao contrário de outros analistas, Gorender defende que havia riscos iminentes para a classe dominante, ou seja, havia chances de vitória da esquerda.

Outro texto que Fico (2004) discute é a obra “1964: a conquista do Estado. Ação política”, poder e golpe de classe, do cientista político e historiador uruguaio René Armand

Dreifuss, outra referência de perspectiva marxista para compreender as causas do golpe. O livro foi fruto de sua tese de doutorado defendida em 1980 na Universidade de Glasgow, na Escócia. Dreifuss defende que os interesses econômicos das multinacionais não eram correspondidos pela política, ou seja, não havia uma liderança política que representasse os interesses do capital internacional. Dreifuss analisou, a partir dos pressupostos de Gramsci, a atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ambas organizações empresariais. Conforme destaca Fico, “[...] a atuação dessas associações também indicou ao ‘bloco nacional e associado’ a necessidade de um golpe de Estado, já que tentativas anteriores de reforma dentro da lei haviam fracassado” (Fico, 2004, p. 50). Esse jogo político do setor empresarial atuava com consideráveis recursos financeiros em todo o país, o que resultou em uma sistemática campanha de desestabilização do governo.

Assim, a falta de consenso social impossibilitou a troca de regime, a fim de impor o projeto de “modernização conservadora”. Desse modo, uma facção dentro das Forças Armadas foi organizada para dar apoio ao grupo empresarial e, após o golpe, empresários ocuparam cargos importantes no governo do ditador Castelo Branco, o que contraria a visão de que “[...] os governos militares seriam conduzidos por uma tecnocracia imparcial e apertidária” (Fico, 2004, p. 51). Ao destacar a proeminência dos empresários, Dreifuss discorda da interpretação de Alfred Stepan, apresentada anteriormente.

Carlos Fico (2004) destaca o trabalho de Gláucio Dillon Soares para se compreender o golpe de 1964 a partir da análise da atuação dos militares. Para Soares, a tradição de análise “economicista” contribuiu para que a classe econômica não fosse responsabilizada pelo golpe. O caos administrativo, a ameaça comunista e o desrespeito à hierarquia são destacados como motivos para os militares darem o golpe.

A busca para compreender a atuação dos militares no golpe levou um grupo de pesquisadores do Centro de Pesquisa e História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas, a realizar entrevistas com militares que resultaram em três volumes. Nesse sentido,

As entrevistas confirmavam a percepção militar majoritária da importância do anticomunismo e do mal-estar com a suposta quebra da hierarquia e da disciplina e, com elas, o aspecto da percepção militar sobre o papel dos civis e dos militares ficaria bastante esclarecido, pois, se óbvio relacionamento entre os ativistas do Ipes e os militares, a decisão de movimentar tropas, que é afinal o gesto capaz de deflagrar o golpe, dependia de considerações especificamente militares [...] (Fico, 2004, p. 55).

O artigo de Carlos Fico (2004) contribuiu para o reconhecimento das principais interpretações sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar até o ano de 2004. Chama a atenção

no trabalho a apresentação e a análise de perspectivas interpretativas para o golpe de 1964, o que demonstra que o tema é controvertido no meio acadêmico. A escolha do artigo se deu pelo grande interesse historiográfico da temática no ano de 2004 e devido à distância temporal do fim do período militar e do golpe.

Em 2012, Demian Melo publicou o artigo “Ditadura ‘civil-militar?’” (2012) na revista “Espaço Plural”. Conforme indica o título, a discussão realizada pelo historiador foi em torno da nomenclatura do regime político pelo qual o Brasil passou entre os anos de 1964 e 1985, se for considerada a periodização mais aceita pelos estudiosos do tema.

O autor argumenta que aqueles que usam o termo “civil-militar” têm a intenção de destacar que o golpe de 1964 contou com a participação de civis para sua concretização. Entretanto, conforme aponta o autor, os que utilizam tal nomenclatura não parecem querer dizer a mesma coisa. Melo (2012) critica a posição canônica do historiador Daniel Aarão Reis (2000), que em diversas ocasiões usou a nomenclatura e se opôs àqueles que utilizam o termo “ditadura militar”. A leitura de Reis é a de que o apoio à queda de Goulart era um “mal menor”, devido à iminência do “comunismo”.

A periodização adotada pelo autor de “Ditadura, esquerda e sociedade” também foi criticada por Melo (2012). Segundo o autor, o regime ditatorial terminou em 1979, pois a partir dessa data iniciou-se o período de “transição”, concluído com a nova Constituição em 1988. Para Melo (2012, p.2), “[...] a escolha desta periodização, baseada na suposição de que o *estado de direito* teria sido restabelecido após a revogação do AI-5 e da Lei de Anistia, apoia-se num critério muito particular de democracia[...]”, ou seja, “[...] a partir de critérios meramente institucionais”. Desse modo, para Reis, a opção pelo termo “ditadura militar” seria uma alternativa para livrar-se de um passado incômodo por meio da construção de uma memória confortável.

Diante disso, ao tratar sobre o apoio social da sociedade a regimes autoritários, Melo (2012) sinaliza para o que ele denomina de “versão tupiniquim” de “argumentos *revisionistas*” em referência à obra “Os carrascos voluntários de Hitler”, que defende que a sociedade alemã foi conivente com o nazifascismo. Esse interesse em compreender a relação entre a sociedade e o seu apoio a regimes autoritários resultou no Brasil na obra coletiva “A construção social dos regimes autoritários”, organizada em três volumes. Essa percepção “civil-militar” contribuiu para outro entendimento da obra de Dreifuss, conforme aponta Melo (2012).

A partir da perspectiva de Gramsci, o referido autor esclarece que

Tanto nos regimes democráticos, onde existe uma relação equilibrada entre coerção e consenso, até nas mais rudimentares ditaduras, nenhum regime político foi capaz de

sobreviver sem o estabelecimento de bases sociais e elementos de hegemonia, pelo menos desde que as sociedades capitalistas se tornaram de massas, isto é, desde o fim do século XIX. (Melo, 2012, s/p).

Melo (2012) traz a contribuição do historiador Fico (2004), que defende que o golpe foi “civil- militar” e o regime que se seguiu foi uma “ditadura militar”. Isto é, o golpe contou com a participação de elites civis, uma vez que a Igreja organizou as famosas Marcha da Família com Deus pela Liberdade, além de contribuir para a execução do golpe, fundamentando-se na mesma justificativa dos militares e, além disso, havia o discurso de que a “sociedade é que reivindicava” a saída de João Goulart. A preparação do golpe também contou com a participação de civis, como o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Melo (2012) aponta a sua insatisfação com a pretensa novidade em alguns estudos historiográficos sobre a participação de civis no golpe. O autor cita o reconhecido trabalho “1964: a conquista do Estado”, de René Dreifuss, que analisou os papéis do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), “[...] entidade que desenvolveu uma intensa campanha de desestabilização do governo de João Goulart e de construção de um programa de poder”. (Melo, 2012, p. 42). Dreifuss mostra a articulação do IPES com outras entidades e identifica a presença de civis. Nesse sentido, usar o termo “civil-militar” incorreria em aceitar a ideologia corporativa das forças armadas, que divide a sociedade entre civis e militares.

Em outro momento do texto, Melo (2012) critica os três argumentos apresentados por Aarão Reis, que defendiam a ideia de que as marchas que apoiaram o golpe foram massivas, as votações expressivas de apoio no Arena – partido pró-militares – e a existência da popularidade de Médici, fatos utilizados para justificar o apoio da sociedade ao golpe e à ditadura. Sobre o primeiro argumento, Melo (2012, p. 8) não questiona que “[...] as marchas em apoio ao golpe e à ditadura já instalada foram massivas”; entretanto, indaga: “[...] mas se esperava o quê, que depois do golpe e da ditadura instalada as esquerdas promovessem atos públicos de repúdio, ou mantivessem a agenda de comícios pelas reformas de base?”.

A respeito do segundo argumento, ele rebate “[...] as votações expressivas no partido de apoio a ditadura, Arena[...] ” argumentando que Reis Filho “[...] não leva em conta que a parte não desprezível da oposição ao regime pregou o voto nulo como forma de denunciar a farsa da oposição entre o “sim” (ARENA) e o “sim, senhor” (MDB)”(Melo, 2012, p. 8). Em relação à popularidade do General Médici, terceiro argumento refutado por Melo, adverte que o historiador deve problematizar as fontes, no caso as pesquisas de opinião realizadas em contexto não democrático. Quem ousaria criticar o ditador de plantão?

A partir da leitura do texto de Melo (2012), nota-se que a adesão a denominações tais como “ditadura militar” ou “ditadura civil-militar”, ou ainda, o uso de diferentes periodizações não são opções ingênuas. Tais escolhas feitas por intelectuais refletem posicionamentos teóricos, metodológicos e políticos, fato que gera embates, contribuindo assim para o enriquecimento do debate acadêmico.

“Ditadura Militar: produção historiográfica e variáveis explicativas”, artigo publicado na “Revista Ágora” por Reginaldo Cerqueira de Sousa (2018), doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, foi o terceiro artigo a ser analisado. Em seu trabalho, Sousa (2018 p. 48) apresenta quatro variáveis explicativas para se compreender a Ditadura Militar: “[...] a variável militar, a variável ideológica, ou o anticomunismo, a reconciliação extorquida ou a política e a lei de anistia, e a variável social”.

Souza (2018) apresentou uma breve reflexão antes de apresentar as variáveis para se compreender a Ditadura Militar. Segundo o historiador, a imagem do Brasil como um “país do futuro” fez com que as marcas históricas ligadas à escravidão e à colonização pouco importassem, sendo assim o ato de lembrar é desnecessário. O autor chama atenção ainda para a ideologia da cordialidade, “[...] que tanto contribuiu para encobrir a corrupção das elites políticas e econômicas” (Souza, 2018, p. 45).

O manejo do passado pelas elites resultou na construção de uma memória que privilegiava determinados acontecimentos em detrimento de outros. Desse modo, a história burguesa contribuiu para o apagamento dos vencidos. Segundo Souza (2018), essas reflexões auxiliam a compreender a Ditadura Militar, uma vez que “[...] por vezes, a memória do período se deu com expressões ideológicas e políticas que impuseram uma leitura sobre seu passado” (Souza, 2018, p. 46).

As várias abordagens interpretativas sobre a Ditadura Militar refletem a intensa transformação no campo teórico e metodológico da ciência histórica, que ocorreu conforme já ressaltado na década de 1970 com a chamada História Nova. Com a Ditadura Militar dando sinais de término e com a queda da Censura, novas análises surgiram a partir da perspectiva marxista. Os estudos com novas abordagens ganharam maior espaço nas décadas de 1980 e 1990, conforme aponta Sousa (2018). Nesse período,

[...] suscitaram a ampliação do debate sobre as questões de natureza política, possibilitando outras análises de poder, incluindo aí o simbólico e o imaginário. Permitiu-se uma pluralidade de estudos no que concerne à Ditadura, que possibilitaram diferentes modos de interpretar o período ditatorial (Sousa, 2018, p. 49).

Alguns estudos levaram em consideração a análise da categoria militar, primeira variável apresentada pelo autor. Sousa (2018) cita a produção de Wanderley Guilherme dos Santos, que defendeu que havia uma relativa coesão entre os militares, o que permitiu uma unidade na orientação e viabilizou o golpe e um posterior governo forte. Os intelectuais que discordam dessa visão

[...] levaram em consideração as circunstâncias históricas no que tange às intervenções militares no processo político brasileiro, ao conjunto de tensões na área militar e, do mesmo modo, às alianças entre alguns segmentos militares e civis para a obtenção de apoio político e social (Souza, 2018, p. 50).

Alfred Stepan, cientista político-brasileiro⁷, defendeu a tese do poder moderador, na qual os militares eram chamados em momentos de crise, resolviam a situação e devolviam o poder aos civis, padrão interrompido em 1964. Essa tese é questionada, uma vez que os militares sempre estiveram presentes na vida política, inclusive para exercer vigilância daqueles que se opunham ao governo da ocasião.

A falta de interesse dos pesquisadores no que se refere aos militares relaciona-se à "tradição sociológica" do Brasil, uma vez que os estudos diziam respeito à perspectiva de uma sociologia voltada para assuntos ligados às diversidades culturais. Logo, categorias como proletariado e burguesia não eram adequadas para os estudos de temas relacionados aos militares. Outra justificativa é que o processo de abertura política levou os pesquisadores a se voltarem "para a nova república em construção" (Souza, 2018, p. 51).

A segunda categoria para se compreender o Regime Militar é a questão ideológica e o anticomunismo. Por meio dessa categoria, procurou-se justificar a tomada de poder pelos militares, uma vez que a Igreja Católica temia o avanço do comunismo, o qual era visto também como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo.

Souza (2018) traz a contribuição do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014), que se debruçou a estudar o anticomunismo militar. Para o historiador, o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo são as três matrizes do anticomunismo. Em artigo publicado na coletânea "O Golpe de 1964 e o Regime Militar", esclarece que, ao analisar a literatura sobre o tema, o anticomunismo militar é "[...] apresentado ora como mera conspiração imperialista, ora como simples "fantasma" manipulado pela burguesia dominante, ora, ainda, como releis manifestação de irracionalismo e fanatismo" (Motta, 2014, p. 10). Isso demonstra que o anticomunismo

⁷ Expressão usada para se referir a intelectuais de origem anglo-saxônica que se dedicaram a estudos relacionados ao Brasil no contexto da Ditadura Militar.

militar é um fenômeno complexo e exige um olhar mais cuidadoso, ou seja, além da imagem do “comedor de criancinhas”.

Desse modo, o imaginário anticomunista já estava presente no debate político desde a década de 1920, ou seja, já estava cristalizado em 1964. Embora existam discordâncias teóricas em relação ao fato de que a Doutrina de Segurança Nacional foi a matriz de pensamento que formulou o golpe, a mencionada doutrina convergia no anticomunismo. Nesse sentido, surgiram novas conceituações em torno da Guerra Fria as quais se amalgamaram ao anticomunismo tradicional que surgiu com a Intentona Comunista de 1935.

A reconciliação extorquida ou a Anistia Política é a terceira categoria possível de explicação. Para Sousa (2018), essa variante relaciona-se com o tema da violência na Ditadura Militar, que tem como marco o período da transição política. Os trabalhos de Elio Gaspari, Lucas Figueiredo (2005) e Mariana Joffily (2013) abordam questões relacionadas com a violência praticada pelo Estado naqueles anos.

A Anistia, da forma com que foi operada, contribuiu para o esquecimento dos crimes praticados.

A Anistia, na tentativa de superar o drama vivido diante da violência contra os perseguidos políticos, não criou um espaço apropriado para a abordagem do passado violento. Ao invés de trazer essas vozes, tornou-se espaço da mudez. Do mesmo modo, o caráter elitista e excludente da política de transição promoveu uma reconciliação extorquida causando não a punição e o perdão sem reparação dos perpetradores da violência contra a sociedade (Sousa, 2018, p. 54).

Sousa (2018), analisando os escritos de Maria Rita Kehl acerca da violência praticada pelo Estado durante o Regime Militar, esclarece que o silêncio em relação à tortura contribuiu para a continuação da violência policial, abrindo espaço para o medo e a sensação de impunidade, inviabilizando, assim, a denúncia. A transição política da forma com que foi realizada não deu foco para a violência. Para a autora, não refletir sobre situações traumáticas reforça a aceitação da violência como natural e necessária.

A sociedade é quarta variável explicativa da Ditadura Militar apresentada por Sousa. Nesse campo, destacaram-se os estudos sobre as esquerdas, priorizando-se temas referentes à “[...] resistência na cultura, sobre o movimento estudantil e sobre aqueles que eram contrários ao arbítrio estabelecido pelos militares no intuito de reconstruir o espaço público esgarçado da política” (Sousa, 2018, p. 55). O autor ressalta que os estudos que relacionam a ditadura com a sociedade não são recentes e cita o já mencionado trabalho de René Dreifuss, que estudou a atuação de civis no golpe, bem como a pesquisa de Solange de Deus Simões (1985), que

analisou a atuação das mulheres nas marchas em favor da família, as quais ocorreram antes e após o golpe.

Em 2018, Mariana Joffily, professora do curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), publicou na revista “Tempo e Argumento”, especializada em História do Tempo Presente, o artigo “Aniversários do Golpe de 1964: debates historiográficos - implicações políticas”, elaborado no âmbito do III Simpósio Internacional História do Tempo Presente, que se realizou em 2017, na UDESC.

Conforme pontua Joffily (2018), os aniversários de eventos políticos significativos incitam debates de balanços historiográficos devido ao fato de que, ao serem abordados em lançamentos de filmes e de livros, tornam o passado assunto do presente. A autora tem como objetivo apresentar um panorama das interpretações sobre a Ditadura Militar situando-o em seus respectivos quadros sociais. O interesse do grande público em relação ao debate acerca do período é recente, entretanto “[...] os pilares dos principais debates historiográficos foram estabelecidos muito precocemente” (Joffily, 2018, p.207).

No primeiro tópico do artigo “Anos 1980: primeiros debates”, a autora se detém em três obras: a primeira “1964 – A Conquista do Estado”, obra oriunda da tese de doutorado defendida na Universidade de Glasgow, na Escócia, do uruguaio René Armand Dreifuss; a segunda, “1981 – Estado e oposição no Brasil”, de Maria Helena Moreira Alves, de 1984 e de 1985, que teve o apoio da Arquidiocese de São Paulo. Mesmo reconhecendo que interpretações a respeito do golpe e a Ditadura que se seguiu foram sendo produzidas desde o início do período, a autora justifica a escolha das obras devido ao fato de sua produção ter sido realizada nos anos finais da Ditadura, bem como em virtude do acesso a uma generosa documentação e à sua relevância para os trabalhos posteriores.

Partindo dos pressupostos teóricos desenvolvidos por intelectuais como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, essas produções defendiam que o golpe e posteriormente a Ditadura resultaram, no campo econômico, da estagnação do modelo de industrialização por substituição de importações e pela crise do populismo na esfera social. Nesse sentido, a elite empresarial nacional desejava se associar ao capital internacional, que, por sua vez, não via com bons olhos as reivindicações populares (Joffily, 2018).

Segundo Joffily (2018) no clássico “1964 – A Conquista do Estado”, Dreifuss defende que o golpe de 1964 foi possível devido à articulação da burguesia nacional com o bloco multinacional, buscando-se assim evitar a via nacional reformista. Dreifuss classifica o golpe como civil-militar, uma vez que teve a participação de setores ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), além, é claro,

de militares como sócios minoritários. Nesse sentido, o autor se contrapõe à tese do poder moderador defendida por Alfred Stepan, na qual os militares colocavam ordem na casa e após devolviam o poder aos civis, já que em 1964 eles permaneceram no poder. Dreifuss chama a atenção para a presença de empresários e não tecnocratas em cargos estratégicos em ministérios e outros órgãos administrativos.

Joffily (2018), a partir da resenha publicada por Maria Victoria Benevides na “Revista Lua Nova”, em 1981, afirma que Dreifuss subestimou o papel dos militares, uma vez que o próprio autor havia reconhecido que havia um intercâmbio de conhecimento entre "tecnopresários" e militares na Escola Superior de Guerra.

A obra “Estado e Oposição no Brasil”, de Maria Helena Moreira Alves, de 1984, destaca em sua análise a relevância da Doutrina de Segurança Nacional, corrente de análise que interpretou a Ditadura no início da década de 1980. Com isso

[...] a ditadura correspondeu às diversas fases de implementação da DSN, cujos principais componentes seriam a teoria da segurança interna, o modelo de desenvolvimento econômico e os objetivos nacionais permanentes. Sua aplicação, entretanto, teria sofrido reveses em virtude de reações de setores organizados da oposição. (Joffily, 2018, p. 210).

“Brasil: nunca mais” produziu outra interpretação de impacto.

A efervescência dos movimentos sociais no início dos anos 1960 é contraposta à elevada inflação, à pregação da direita anticomunista junto às classes médias, à oposição do Congresso às reformas propostas pelo governo João Goulart e à colaboração entre a CIA, a diplomacia estadunidense, o complexo IPES/IBAD e os militares. (Joffily, 2018, p. 211).

Nessa perspectiva, a década de 1990 ficou marcada pela atuação de opositores, figuras dos novos movimentos sociais e pessoas que sustentaram a Ditadura e protagonizaram os debates em torno do tema. Em 1994, o assunto não teve grande repercussão, situação justificada pela curta distância temporal dos acontecimentos. Nesse período, ficou a cargo de cientistas políticos e da imprensa o debate sobre a temática, conforme aponta Joffily (2018, p. 218):

O tema da ditadura, considerado demasiadamente recente, ainda era pouco visitado pelos profissionais da história. O Instituto de História do Tempo Presente francês, importante referência posterior, fora inaugurado em 1980 e o tempo presente ainda era considerado, mesmo nos países precursores desse campo disciplinar, interdito aos historiadores.

No ano em que se completaram 30 anos da queda de João Goulart, em 1994, destacaram-se no debate historiográfico dois trabalhos produzidos por cientistas políticos que privilegiaram temas relacionados ao golpe militar de 1964. O primeiro, “21 anos de regime militar: balanços e perspectivas”, foi organizado por Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares.

O artigo de D’Araújo e Soares, representante da corrente que deu grande destaque para o papel dos militares, se sobressaiu nos debates, segundo Joffily (2018). O autor sustenta que o golpe e o regime tiveram caráter militar, mesmo contando com a elite civil. Com isso, “[...] busca dar relevo em suas análises aos fenômenos diretamente ligados à caserna, como a quebra de hierarquia e da disciplina, questões de promoção e a ‘infiltração comunista no meio militar’, que teriam sido ignorados pela bibliografia a despeito de sua importância” (Joffily, 2018, p. 219). Entretanto, o trabalho de D’Araújo e Soares é criticado por realizar a problematização das fontes.

A obra “1964: visões críticas do golpe”, publicada originalmente em 1997, foi a segunda que se destacou no período. A coletânea de textos surgiu de um evento ocorrido em 1994 na UNICAMP, assim que o golpe completou 30 anos. O trabalho contou com a participação de Caio Navarro de Toledo, organizador, e também Jacob Gorender, Florestan Fernandes, entre outros. No trabalho, os autores discordam no tocante ao golpe e ao “golpismo”. Quem dará o golpe? Pergunta que surgiu com o isolamento de João Goulart conforme a análise de Toledo. Ao analisar o artigo de Toledo, Joffily (2018, p.220) indica “[...] que a direita acreditava que seria Goulart, apoiado por setores nacionalistas, populares e da esquerda. Já os setores progressistas temiam a reação conservadora, ao mesmo tempo em que desconfiavam de Goulart.” Com uma interpretação diferente, Gorender defende que no golpismo estavam presentes a esquerda e a direita.

A terceira posição em relação ao golpe e ao “golpismo” apresentada por Joffily (2018) foi a de Argelina Cheibub Figueiredo, para a qual havia um conflito entre a questão da democracia e das reformas. A esquerda não se empenhou em “[...] expandir os limites de uma democracia liberal controlada pelas elites, porque essas possuíam tão pouco compromisso com o jogo democrático quanto a direita” (Joffily, 2018, p. 221). A democracia corresponderia assim ao preço a ser pago para as reformas de base acontecerem. Para Figueiredo, o golpe resultou da radicalização política, o que impossibilitou uma saída negociada. Entretanto, para autora,

[...] falar em incompatibilidade das reformas desejadas com a democracia tem um desdobramento político controverso: o de que é necessário contentar-se com os estreitos limites da democracia liberal representativa para evitar que as elites instaurem regimes autoritários (Joffily, 2018, p. 221).

Em 2004, conforme aponta Joffily (2018), ano em que o golpe completou 40 anos, houve um amplo debate público marcado pela presença de especialistas no período, militantes de esquerda e militares incomodados com a presença de ex-presos políticos, que compreendiam a agenda da política de transição como “revanchismo”. Como já mencionado, o tema ganhou grande destaque com a publicação de novos livros e a edição de clássicos.

Diversas foram as causas do amplo interesse na ditadura militar em 2004. Joffily apresenta como justificativas o desenvolvimento da História do Tempo Presente, a abertura de arquivos e a disponibilização de documentos, bem como a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, “[...] sindicalista, líder das greves do ABC nos anos 1980 e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT)” (Joffily, 2018, p. 223).

A grande imprensa passou a usar o termo golpe de estado em contraposição ao termo “revolução”, empregado pelos militares e “setores golpistas”. As comemorações do golpe, no dia 31 de março, e as ordens do dia não marcariam presença naquele ano. Nesse período, o principal tema discutido foi a relação das esquerdas com a democracia. Daniel Aarão Reis, que colaborou com a coletânea intitulada “O golpe e ditadura militar 40 anos depois”, advertia que a memória apagou “[...] a radicalização das esquerdas que ressurgiam como ‘vítimas bem-intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista’”, ou seja, uma “falta de compromisso com a democracia” (Joffily, 2018, 225)

A esquerda, que optou pelo enfrentamento direto, para Daniel Aarão Reis, operara durante a transição um “deslocamento de sentido”, transformando o combate por ideais revolucionários durante a ditadura em “resistência democrática” ao autoritarismo (Reis, 2000, p. 70), ou seja, transfigurando o que fora um projeto ofensivo em prática defensiva.

1.2 Clivagem regional: Ditadura Militar no sul de Mato Grosso

A Ditadura Militar no sul do estado de Mato Grosso é um tema explorado com enfoque em obras de caráter memorialista e trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado). Assim, foram escolhidos alguns autores, tais como Martins (1980), Silva (2005/2014), Leite (2009), Arakaki (2015), olegário (2018), que trouxeram as suas impressões em livros ou pesquisas científicas relacionadas ao desenvolvimento do Estado sob um viés econômico, político e social do regime ditatorial, buscando traçar quais foram as principais transformações da sociedade durante esse período, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Obras regionais sobre a Ditadura Militar no sul de Mato Grosso

AUTORES	TÍTULO	PERFIL DA OBRA	OBJETIVO PROPOSTO
Demosthenes Martins (1980)	A poeira da jornada	Livro – Memorialista	Narra seus momentos vividos em solos “sul-mato-grossenses”, mais precisamente o que ele considera ser de vida pública
Eronildo Barbosa da Silva (2005)	Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920/1980	Livro	Busca registrar que as primeiras entidades trabalhistas no sul de Mato Grosso datam do início do século XX e as suas implicações com o período militar
Eronildo Barbosa da Silva (2014)	55 anos de lutas do Sindicato dos bancários de Campo Grande e Região (1959-2014).	Livro	Busca registrar as lutas sindicais dos bancários de Campo Grande, ressaltando as perseguições no período ditatorial.
Eudes Fernandes Leite (2009)	Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução	Livro – Memória e História oral	Compreender sobre o Golpe Militar de 31 de março de 1964 em uma cidade interiorana, Aquidauana, então estado de Mato Grosso. Seu foco de atenção volta-se para questões da Repressão e da Utopia Comunista em 1964
Suzana Arakaki (2015)	As implicações do golpe civil-militar no sul de mato grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964 – 1969).	Tese de Doutorado	O trabalho trata do contexto do golpe e dos primeiros anos da ditadura militar, como foram vividos e que desdobramentos tiveram nesta região fora do eixo do teatro das ações do golpe.
Thais Fleck Olegário (2018)	A ação democrática mato-grossense (ADEMAT) no sul de Mato Grosso: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)	Dissertação de Mestrado	Analisar as práticas discursivas e repressivas da ADEMAT entre os anos de 1963 e 1985. Desse modo, é explorado quem foram os integrantes dessa organização, como se deu sua ação discursiva através da utilização da imprensa campograndense, quais redes de vínculos existiam entre seus membros e outras organizações

Fonte: Autor (2024).

Iniciando com a obra memorialística “A poeira da jornada” (1980), de Demóstenes Martins, ressalta-se que o período é atravessado por impressões pessoais do autor, misturados com entrechoques culturais vividos e percorridos em um estado que estava para nascer.

Contudo, considera-se a obra de Martins (1980) relevante, pois o autor evidencia as transformações territoriais do sul do estado, bem como o desenvolvimento econômico e social, o aumento populacional, o crescimento do comércio e, conseqüentemente, o surgimento de novos grupos sociais. Convém salientar ainda que, como o autor era uma pessoa “ativa”⁸ no

⁸ Demosthenes Martins era telegrafista e advogado, mas também atuou como líder político partidário, sendo vereador, prefeito, secretário e coletor estadual.

campo político do estado, sua visão sobre os arranjos políticos brasileiros nessa época ficava evidente.

Para Martins (1980, p. 237), a estratégia do então presidente Goulart era associar-se ao comunismo e isso fica evidente em sua fala quando ele aponta em alguns fragmentos de seus textos palavras que coadunam com valores implantados pelos conservadores, tais como: “[...] plano subversivo que os corifeus do regime comunista, aninhados à sombra de Goulart” ou “[...] a falência da assistência social, explorada por aproveitadores; as Ligas Camponesas de Francisco Julião”.

Cabe ressaltar que a economia do sul de Mato Grosso era baseada essencialmente na produção agrária e ter uma assistência voltada para a Liga Camponesa causava inquietação, isto é, caso houvesse um vislumbre de uma reforma agrária, isso gerava uma preocupação para a elite agrária (Martins 1980). Dessa forma, para a classe média, a implantação do regime militar demonstrou um grande alívio e contentamento, inclusive foi algo tão motivador que aproximou o norte e o sul do estado, fato que até então era inédito.

Em Mato Grosso, a nova situação emergente foi recebida com aplausos e apoiada com entusiasmo. Pela primeira vez, nos movimentos políticos que culminavam com ações revolucionárias, os mato-grossenses estiveram unidos, eis que sempre foi uma constante, nesses episódios, a divergência entre as duas regiões em que se representa o Estado – o Norte e o Sul (Martins, 1980, p. 246).

Contudo, as divergências logo reapareceram, pois eram algo vivo e identitário entre esses grupos opostos, findando-se no movimento divisionista em pleno período ditatorial. Em suas impressões, Martins deixava transparecer que era a favor dessa divisão, observando as potencialidades de ambos os locais, Mato Grosso e o recém-criado Mato Grosso do Sul. O autor termina sua obra tecendo algumas críticas sobre os rumos da política no estado e o fim do regime militar.

Dessa forma, considera-se a obra memorialística de Martins relevante para o cenário sul-mato-grossense, pois, por meio dela, pode-se observar como a política se desenvolvia e como a elite pensava e se articulava naquele momento. Contudo, devem ser consideradas as lacunas, uma vez que se trata de uma obra memorialística, transmitindo uma visão unilateral de um contexto, podendo, inclusive, conter inverdades e apresentar idealizações.

A obra “Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução”, de Eudes Fernandes Leite é fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 1994. Constitui-se como uma obra científica, mas trazendo a memória e a história oral com tema central de discussão, pois seu autor discorre sobre como se desenvolveu a formação

política na década de 1960 na cidade de Aquidauana, considerando como os acontecimentos de uma pequena cidade do interior no sul de Mato Grosso refletem o temor das elites diante da organização dos trabalhadores.

A cidade de Aquidauana era uma região considerada fronteira, em que habitavam militares, mas também era alicerçada na conjuntura de uma estrutura da elite agrária, definida pelo autor como “signo do boi”, ou seja, possuía uma influência agrária. Contudo, em Aquidauana também havia na década de 1960 movimentos populares de cunho marxista, o que preocupava o universo conservador dos proprietários rurais.

Leite (1994, p. 37) salienta que as organizações sindicais e esses movimentos populares faziam reuniões dominicais e estavam ligados a Ligas Camponesas, em que “[...] o centro das reivindicações era matizado por problemas relacionados ao trabalhador rural e à distribuição da terra, assim como os ligados aos poucos trabalhadores urbanos em fase de organização”.

Nesse sentido, observa-se que ao longo da dissertação o autor expõe que todas as reivindicações do movimento estavam ligadas ao contexto das propostas mais amplas debatidas no cenário brasileiro, as quais já estavam inseridas nas políticas revolucionárias mundiais. Por isso, o autor percorre todo o contexto e o enuncia como uma utopia comunista. Entretanto, a obra é relevante, pois traz depoimentos dos envolvidos, sejam eles militares ou militantes e, além disso, enfatiza como uma cidade considerada pequena e longínqua trouxe tantas transformações para o cenário político mato-grossense.

Em “Sindicalismo no Sul de Mato Grosso (1920-1980)”, livro lançado em 2005, Eronildo Barbosa da Silva dedica um capítulo para tratar da Ditadura Militar. Para isso, recorreu à tese “Operário nas indústrias da construção civil: participação e luta por direitos sociais”, da historiadora Alisolete Weingartner. O autor considerava que a classe trabalhadora do sul de Mato Grosso sempre foi atuante, sobretudo nas cidades de Corumbá e Campo Grande, cidades que “[...] contavam com uma relativa base operária, ligada, inicialmente, às atividades marítima e ferroviária e à indústria da construção civil.” (Silva, 2005, p. 39).

Silva (2005) trata das perseguições aos trabalhadores sindicalizados de Campo Grande, como também das prisões políticas desses trabalhadores. Desse modo, como era algo corriqueiro no período, as prisões ocorriam sem motivo aparente ou a partir de acusações sem provas, ou seja, os motivos alegados das prisões eram por acusação em comum ou por atos subversivos ou comunistas. Assim, os presos eram enviados para as dependências de quartéis, situação ocorrida em outras cidades que abrigavam órgãos do exército.

Cabe ressaltar que nesse período houve a prisão de bancários do Banco do Brasil, com a denúncia de pichação com cunho anticomunista, na qual se enaltecia a figura de Luís Carlos

Prestes. Para Silva (2014, p. 37), as prisões estavam relacionadas às recusas de créditos aos membros da ADEMAT e, segundo o autor, tratavam-se de “Questões pessoais pode ter levado a ADEMAT a incluir os bancários na caça às bruxas. Pode estar relacionado à represália dos fazendeiros que não tiveram atendidos seus desejos junto ao sistema bancário”.

Em contrapartida, a tese de doutorado “As implicações do Golpe Civil-Militar no Sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)”, de Suzana Arakaki (2015), faz críticas às poucas obras que se tem sobre esse período, sobretudo as que enaltecem o golpe. Ademais, dedica um capítulo para fazer um balanço historiográfico sobre o golpe de 1964, ressaltando que o Estado foi decisivo para que tal fato ocorresse, pois as guarnições das Forças Armadas existentes nas cidades fronteiriças contribuíram para dar corpo e continuidade a ele, como cita:

[...] as prisões ocorriam sem qualquer razão, as vezes por denúncias vazias de um vizinho desafeto ou um adversário político. Acusar alguém de comunista era suficiente para a prisão. Ou até mesmo a simpatia pelo governo deposto era suficiente para prisões [...]. Os quartéis ficaram lotados de presos registram o que ocorreu na maioria das cidades com unidades do Exército. Se em Campo Grande o quartel ficou lotado de presos, em Ponta Porã aconteceu o mesmo [...] (Arakaki, 2015, p. 85).

Arakaki (2015) descreve que, após a posse do presidente Castello Branco, uma das primeiras ações foi criar a Comissão Geral de Investigação – CGI, pois uma das premissas de seu governo era combater o comunismo e acabar com a corrupção no país. No estado de Mato Grosso, a CGI veio por meio do decreto n. 713, de 11 de maio de 1964:

O decreto criando a CGI se deu por ato do então governador Fernando Correa da Costa, em 11 de maio de 1964. Com base no AI 1, a CGI mato-grossense dava poderes de investigar até mesmo funcionários civis e militares, além dos servidores públicos, supostamente envolvidos em crimes contra a segurança nacional, o regime democrático e a probidade da administração pública (Arakaki, 2015, p. 117).

Contudo, a autora evidencia que a CGI não foi efetiva, não atendendo os objetivos iniciais como esperado, não tendo tantas demissões e nem acabando com a corrupções não só no estado de Mato Grosso, como também em todo o Brasil.

Ademais, Arakaki (2015) também cita em sua tese a situação externa relacionada à elite agrária ou a profissionais liberais, que tinham interesses na política e se reuniam e formavam grupos destinados à ação democrática mato-grossense (ADEMAT) no sul de Mato Grosso.

A ADEMAT era uma entidade formada por homens profissionalmente competentes, médicos, advogados, pecuaristas e comerciantes entre outros, mas pelo que se vê com pouco ou nenhum sentimento humano. Alguns representantes dessa entidade sentiam prazer em cumprir a triste missão de delatar, agredir e humilhar as pessoas que, por alguma razão pensavam diferente. O cacique maior deles, Demóstenes Martins, [...] apreciava cargo público que lhe desse a oportunidade de vasculhar a vida alheia, de fazer interrogatórios e outras coisas ligadas ao campo da punição e da repressão (Oliveira, 2013 *apud* Arakaki, 2015, p. 136).

O referido grupo utilizava o jornal *Correio do Estado* para divulgar suas ações e ideias, isto é, os valores anticomunistas e as “ameaças” a quem era contra ao projeto que estava sendo implantado.

Nessa perspectiva, a tese de Arakaki (2015) ainda registra relatos da vigilância, das perseguições e das torturas que eram cometidas contra alguns trabalhadores, estudantes, jornalistas, entre outros, consideradas pessoas ligadas ao comunismo, contrárias ao golpe ou praticantes de atividades subversivas, sobretudo após a edição do Ato Institucional n. 5.

Dessa forma, considera-se a tese de Arakaki valiosa, pois contribui não só com trechos de memórias de personalidades que viveram na época e materiais retirados de obras e artigos do período, mas também esmiúça os arquivos públicos dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro. Também explora os arquivos dos jornais, percorrendo a anunciação das movimentações políticas anteriores ao golpe de 1964, o golpe em si, os primeiros anos da Ditadura e as várias visões do fato, tecendo suas críticas.

A dissertação de Thaís Fleck Olegário intitulada “A ação democrática mato-grossense (ADEMAT) no sul de mato grosso: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)”, de 2018, relata que houve uma articulação das elites do sul de Mato Grosso que contribuiu para o golpe de 1964. A autora relata que a ADEMAT tinha uma coluna semanal no jornal *O Matogrossense* em Campo Grande, de caráter anticomunista e, após o golpe de 1964, realizou atividades repressivas, constituindo-se em um grupo de ação paramilitar.

Dessa forma, observa-se que as colunas tinham a intenção de trazer conteúdos, assuntos e abordar o inimigo único, o comunismo. O foco era falar sobre essa luta, atacar cubanos, russos, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e qualquer um que fosse uma ameaça à “democracia”. Enquanto ações paramilitares, há evidências de armamento de civis para o combate às ocupações de terras ocorridas em Rondonópolis: “A ADEMAT não assumiu a forma de esquadrão da morte ou de grupo de extermínio, mas sim incorporou as características repressivas de ameaçar, constranger, infligir medo e usar do recurso da força em casos de conflito, com finalidades intimidatórias” (Olegário, 2018, p. 144). Inclusive a autora cita Demóstenes Martins como partícipe ativo da ADEMAT.

Nesse sentido, a autora aponta um outro viés, ou seja, que havia articulações políticas das elites mato-grossenses, sobretudo agrárias, utilizando de aparatos repressivos comuns na época, como grupos de atividades clandestinas com intuito de intimidar e reprimir o que acreditavam ser atos subversivos.

Portanto, a partir das primeiras leituras que se tem do panorama sobre o período que antecede o golpe, o golpe propriamente e os anos seguintes da Ditadura, compreende-se que, mesmo fora do eixo das principais cidades brasileiras, o sul de Mato Grosso teve relevância para legitimar e perpetuar o projeto político que estava sendo implantado no país, como será exposto/exemplificado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – JORNAL CORREIO DO ESTADO: COMUNICAÇÃO E HEGEMONIA CONSERVADORA

O acesso à informação para efetiva participação social coloca a comunicação como elemento central para consolidação da democracia. É, portanto, ponto crucial para que a cidadania – enquanto livre exercício de direitos e deveres –, seja exercida (Monteiro, 2007, p. 15).

2.1. A imprensa como modelo de produção e difusão da narrativa histórica e instrumento hegemônico

O homem nasceu para se comunicar e, ao longo da história da humanidade, verifica-se que a posse da informação constitui o seu diferencial. Na pré-história, em diversas paredes de cavernas pelo mundo, inclusive no Brasil, pode-se identificar que o homem já buscava essa comunicação por meio dos desenhos rupestres. Com o advento dos primeiros alfabetos na Idade Antiga e o conseqüente crescimento e desenvolvimento da escrita em comunidades localizadas no Oriente Médio e na Europa, iniciou-se, a construção do conhecimento racional, instituindo os primeiros regramentos sociais, tendo o seu ápice na Revolução Industrial com a prensa de Gutemberg, o qual iniciou uma grande revolução nos meios de comunicação de massa (Bordenave, 2008).

Dessa forma, para a Bordenave (2008, p. 36) a “[...] comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social [...] servindo para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente e a realidade que as rodeia”. E por ser uma necessidade básica e por modificar a realidade do indivíduo, o acesso à informação deve ser para todos, como bem coloca Monteiro (2007).

Desse modo, a crescente aceleração tecnológica em decorrência das revoluções industriais não resultou apenas em ferramentas úteis para a vida humana, mas também em reordenações sociais sentidas por novas formas de comunicação, sendo assim novos debates foram suscitados por meio desse acesso à informação.

Assim, Gramsci (2001, p. 67) refletiu em sua época que “[...] a arte da imprensa revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional”. Isso porque o autor considerava que esse instrumento teria o objetivo de transformar a realidade por meio de consciência crítica.

Nessa ótica, este estudo também não percorrerá um percurso linear da invenção da imprensa, mas se deterá em expor como ela se torna um instrumento de comunicação, isto é,

um veículo de notícia, de acesso à informação, de produção e difusão de narrativa histórica, sobretudo um mecanismo hegemônico do saber.

Ao pensar no jornal como um mecanismo hegemônico, há de se considerar a forma como a noção hegemônica é trazida no contexto da sociedade sob o viés de Gramsci (2005), que defende essa noção pela força dos meios que o Estado utiliza para exercer influência sobre as massas, legitimando o seu poder, pois, para ele, a sociedade política é a instituição mais relevante de uma sociedade.

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Porquê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores (Gramsci, 2005, s.p.).

Nesse sentido, o autor mostra como um meio de comunicação de massa, o jornal, está servindo como um instrumento para manter, defender e desenvolver a frente teórica e ideológica, isto é, evidencia o jornal como instrumento de fundamental importância dentro da sociedade, pois ele serve para divulgar a sua ideologia, assegurando a existência da classe dominante por meio de um consenso, consolidando o projeto ideológico.

Isso se deve ao fato de que, por meio dele, se inicia a divulgação de ideias com mais rapidez e para um maior público de pessoas. Dessa forma, o que antes era exclusivo da elite ou da Igreja, após o período das Revoluções⁹, por intermédio dos folhetins, as informações começam a circular entre as populações, consolidando-se esse instrumento para veiculação delas.

⁹ Cunhado por Hobsbawm (2015), o termo “era das revoluções” refere-se à Revolução Industrial, à Revolução Francesa, às Revoluções Burguesas

Oliveira (2011) observa a história da imprensa como um produto social, visto que o surgimento da imprensa está atrelado

[...] à busca por informações inerentes às sociedades – ou pelo menos à grande parte delas – sendo que a curiosidade pública, a narração dos acontecimentos e as necessidades burocrático-administrativas dos Estados, entre outros, se tornaram elementos fundamentais para o surgimento de sistemas de coleta e propagação de informações (Oliveira, 2011, p. 129).

Nesse sentido, o jornalismo surge no advento da modernidade como forma de propagar as ideias e os avanços de uma nova era de mudanças na forma de pensar dentro do campo religioso, bem como de difundir novas descobertas científicas, avanços tecnológicos, revoluções, entre outros.

Desse modo, Oliveira (2011) apresenta algumas teorias sobre o nascimento da imprensa, como a do autor Rüdiger (1998), que se baseia em dois vieses: o marxista e o weberiano. O primeiro, devido ao surgimento do capitalismo, e o segundo, em virtude do processo de construção do Estado Moderno. Para o autor, houve o impacto de ambas as teorias, mas ele também defende que esse fato se propaga com a revolução comercial, pois a “[...] ascensão da sociedade burguesa na esteira da expansão do capitalismo comercial colocou novos problemas de governo para as autoridades, que rápido descobriram na imprensa nascente um meio de controlar a opinião e exercer o poder” (Rüdiger, 1998, p. 14).

O autor Otto Groth (2011, p. 35) analisou o jornal enquanto um produto cultural “[...] à similaridade do seu sentido, seus lados considerados essenciais, suas qualidades constantes, as ‘características’ e a estrutura desta unidade – e o que está ligado a isto”. Nesse sentido, dentro desse fenômeno, deve-se considerar como é produzido, distribuído e para qual público é destinada a sua existência.

Além disso, Groth (2011) considera que as principais características estruturais de um jornal devam estar inseridas em seu conteúdo, a saber: “universalidade” e “atualidade”. Isto é, deve ser universal, já que existe o mundo diante de si, e atual porque lida com a relação do tempo presente. Quanto à forma, é preciso que tenha periodicidade e publicidade, ou seja, deve haver uma continuidade e tornar pública e acessível a informação, possibilitando o conhecimento.

Entretanto, se de um lado essa publicidade amplia a rede de conhecimento, permitindo que o público participe do ser e do acontecer das informações sobre a esfera das instituições, por outro lado também se torna objeto de controle.

Lara (2017) ressalta,

Disponibilizar os dados, contudo, não é suficiente; é a ponta do iceberg, ainda mais no que se refere a instituições centrais da nossa sociedade, como é o caso dos três poderes. Tornar público aquilo que acontece no âmbito público é mais do que apenas disponibilizar dados. Essa premissa revela outra, mais ampla: admite-se que a comunicação que se origina de dentro das instituições públicas têm papel essencial nesse contexto (Lara, 2017, p. 9).

Assim, espaços públicos têm como premissa que o “público” seja algo em que deve haver a prestação de serviços, de contas, isto é, deve ser sinônimo de transparência nas ações. Contudo, nem sempre ocorre dessa forma, devido ao fato de não haver a disponibilização efetiva desses dados ou ainda por serem “mascarados”.

Diante disso, o autor recorre ao estudo que observa um interesse público nas instituições estatais e, por isso, o jornalismo deve ser sério, responsável e acessível. No entanto, percebe-se que existem muitas limitações, como o baixo orçamento, tornando-o refém das circunstâncias mandatórias, como o silenciamento de determinados assuntos e por muitas vezes e promoção política (Lara, 2017).

Na pesquisa de Santos (2015), observa-se que o jornalismo brasileiro sempre representou uma proximidade com o poder público, pois essa proximidade nasceu com a vinda da família real brasileira, conhecida como a Imprensa Régia. Mas, a partir desse momento, surgiu a interlocução do público com o privado, inclusive muitos jornais possuíam um espaço para que os leitores pudessem manifestar suas opiniões políticas. Nesse sentido, para a autora, isso dava credibilidade e confiança ao jornal e aproximava o leitor dos assuntos políticos.

Schmitt (2018) revela que havia uma ordenação em seus conteúdos, além da imparcialidade das notícias publicadas, e também havia colunas fixas para informação e as de opinião.

[..] o conteúdo dos jornais começou a expor uma nova ordenação, com notas, reportagens, entrevistas, crônicas, seções para o público feminino, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, assuntos policiais e internacionais; passou a existir uma divisão mais clara entre textos informativos e opinativo [...] (Schmitt, 2018, p. 21-22).

Dessa forma, observa-se que houve uma mudança significativa na organização do jornal, nas dinâmicas e nos seus modos de produção. No entanto, a autora salienta que essas transformações foram bem utilizadas e muitas vezes financiadas pelo poder político, uma vez que se observou a sua potencialidade simbólica.

Os partidos encarregavam-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade. Nesse contexto, surgiam as redações

propriamente falando, os jornais passaram a ter uma organização editorial e se consolidou uma racionalidade em seu funcionamento. Os políticos foram progressivamente tomando o lugar dos tipógrafos na função social de jornalistas (Rüdiger, 1998, p. 28).

Na década de 1940, o mundo vivia profundas transformações no campo político, econômico e social. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil – que estava sob um regime de censura aos meios de comunicação e pela propaganda oficial, fiscalizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instituído no governo Estado Novo de Getúlio Vargas – começava a flexibilizar. Assim, com o declínio do Estado Novo e a queda de Vargas, novos partidos começaram a surgir, alterando o cenário político brasileiro.

Nessa perspectiva, observou-se que a imprensa brasileira na década de 1940 e 1950 foi marcada por forte “paixão política”. O debate político entre os principais partidos do período – Partido do Trabalhadores do Brasil (PTB)¹⁰, União Democrática Nacional (UDN)¹¹, Partido Democrático social (PSD)¹² – ocupou as páginas dos grandes jornais e também daqueles que integravam a chamada imprensa do interior.

Assim, para Gramsci (2006, p. 105), quando o jornal se reveste de uma posição política, exerce a função de direção e organização de uma opinião pública, de acordo com concepção ideológica, uma vez que são “[...] elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias”, pois:

[...] na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar [...] (Gramsci, 2006, p.105).

Desse modo, observa-se que a partir do momento em que o jornal assume o papel do partido político, elaboram-se e se difundem ideais de ética e política que são adequados a eles, pois assumem modos de representação e modelos de autoridade que se legitimam e se universalizam entre as classes por meio do consenso.

Para analisar essa posição, Gramsci (2006) distingue a sociedade em duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil; sendo a primeira a classe dominante que detém o

¹⁰ O PTB foi fundado em 1945, tendo como líderes Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari e Alberto Pasqualini. Sua posição era de centro esquerda, sendo dissolvido pela Ditadura Militar.

¹¹ A UDN foi fundada em 1945 por Carlos Lacerda, Júlio Prestes e Otávio Mangabeira, tendo orientação conservadora e frontalmente opositor às políticas e à figura de Getúlio Vargas.

¹² PSD foi fundado em 1945, tendo orientação de centro. Foi importante nas décadas de 40 e 50, pois elegeu o presidente e ministros, sendo extinto na Ditadura Militar.

monopólio legal da repressão e da violência, e a segunda que representa os partidos políticos e os meios de comunicação que irão propagar o campo das ideologias. Assim, a formação do consenso irá depender da capacidade das classes subalternas de se converterem em força política efetiva.

Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos e consentimentos em torno de suas proposições (Moraes, 2010, p. 59).

Cabe salientar que esse contexto tem um interesse em captar um número de eleitores para a política, pois a partir da instituição da Lei Agamenon, de 1945, a qual estabelecia o voto secreto e universal, mesmo mantendo a exclusão dos analfabetos, houve um aumento expressivo de eleitores. Ressalta-se também que no ano de 1950 foi instituído um novo Código Eleitoral, em que o alistamento dos cartórios era feito pelos próprios cidadãos. Em razão disso, os partidos políticos passaram a utilizar novas táticas para atrair novos eleitores (Regina, 2020).

Assim, nesse período a UDN tornou-se um partido com a maior força de oposição antigetulista e antitrabalhista.

[...] a composição da UDN era bastante heterogênea, incluindo desde liberais, socialistas (das chamadas esquerdas democráticas) até antigos aliados de Vargas, descontentes com o caminho por ele tomado. No entanto, com o passar do tempo, os grupos politicamente conservadores acabaram predominando dentro do partido, sustentando suas linhas de ação sob o antigetulismo e, posteriormente, sob o antirreformismo – pautas em torno das quais, o partido não teria conseguido superar o imobilismo e chegar ao poder (Regina, 2020, p. 18-19).

Desse modo, os udenistas tinham como ideais “[...] o liberalismo econômico; o antiestatismo; o antigetulismo; o anticomunismo; o moralismo; o bacharelismo; a excelência das elites; e a restrição à participação popular na política” (Regina, 2020, p. 19). Os udenistas tornaram-se a classe dominante no cenário, consolidando o exercício normal da hegemonia, que nortearia não só o campo político, como também o cultural, conquistando assim a liderança ideológica e o consenso da ordem vigente.

Portanto, “[...] a formação do consenso para a transformação da ordem vigente depende da capacidade das classes subalternas de se converterem em força política efetiva, forjando uma unidade de objetivos que resulte na coordenação de iniciativas e princípios ideológicos” (Moraes, 2010, p. 56).

Nessa ótica, a relação entre imprensa e política era regida pelo fato de haver ou não o papel de oposição impresso nos discursos dos jornais, bem como pela forma em que essa oposição era produzida no campo ideológico, quais modelos hegemônicos estavam em pauta, e o que estava sendo legitimado ou deslegitimado pelos jornais.

Na obra “História da imprensa”, o marxista Nelson Werneck Sodré (1999) compreende esse período como “revolução brasileira”, pois ele associa a imprensa brasileira com o processo político e econômico que o Brasil estava passando, isto é, o autor torna-se referência intelectual desse período, sendo um dos criadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) O instituto promovia cursos, palestras e encontros, além de lançar livros a partir dos quais se difundiam os princípios do nacional desenvolvimentismo. O Golpe de 1964 teve impacto para o ISEB, sendo fechado pelos militares. Sodré foi perseguido e preso por dois anos.

Assim, Sodré (1999) avalia que imprensa compatibilizava com o regime, com as classes e com as forças políticas dominantes, por isso em seu livro como a “crise da imprensa”. Contudo, o autor sempre considerou que a imprensa brasileira era uma força histórica ativa e uma das principais instituições que deram forma ao mundo capitalista.

Os estudos de Luca (2011) salientam que a imprensa sofre a influência do processo de industrialização no século XX e do modo de produção capitalista, pois incorpora o lucro, a especialização e a divisão de trabalho no seu modo de produzir o jornal e gerir a notícia. Assim, os interesses particulares se sobressaem e voltam-se como um produto mercadológico. É nesse contexto de disputas por hegemonias de sentidos que se constroem as narrativas do cotidiano:

A mídia (a imprensa como parte dela) assumiu a privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público. E a palavra palco não foi escolhida aleatoriamente. Na contemporaneidade, as representações substituem a própria realidade. Um assunto exposto na esfera pública não é necessariamente de interesse público. Ele pode ser forjado nos esquemas de marketing que visam moldar o gosto do público e agendar seus debates (Pena, 2013, p. 29).

Desse modo, as notícias não são construídas, mas são novos modos de conceber e perceber a realidade do mundo ou do seu entorno, de como ela está sendo articulada ou camuflada. Portanto, está a serviço de quem? E para quem? E por quê?

De acordo com Schmitt (2017, p. 28), a maioria dos donos de jornais no período eram udenistas, ou seja, não partilhavam das ideias do então presidente João Goulart. Assim, para a autora, a imprensa “[...] foi um dos suportes estratégicos do movimento militar para a derrubada do regime constitucional e recebeu grandes investimentos para que houvesse uma campanha publicitária de promoção ao Estado”

Diante disso, observa nas palavras de Schmitt (2017, p. 22) que “[...] a simbiose apresentada no conjunto dos dois campos (jornalismo e política) mostrou, muitas vezes, uma sobreposição de interesses”. Desse modo, observa que houve uma aproximação entre os meios de comunicação e as instâncias de poder (Luca, 2011) e muitos veículos comunicacionais estavam nas mãos de pessoas que faziam parte da esfera privada ligados à esfera pública, ou que em dado momento tinha participado ou estado dentro desse campo.

Foucault (1997) alerta que o poder não deve ser constatado como uma coisa, e sim como uma relação. As abordagens que operam o cotidiano das sociedades trazem à tona comportamentos que apontam para dissimulações e/ou manipulações conscientes da realidade, difundidas de modo a fazer valer vontades dominantes específicas, ou seja, corrompendo o sistema de regras.

Nessa perspectiva, houve um grande investimento por parte dos militares para os meios comunicacionais, pois viam isso como uma forma de propaganda massiva de um projeto conservador e a ideia de integração nacional (Schmitt, 2017). É claro que existiam jornais contrários, e esses eram combatidos severamente, instaurando-se uma rigorosa censura e perseguição a jornalistas, sendo assim muitos foram presos, tiveram seus direitos políticos cassados e foram até exilados (Sodré, 1999).

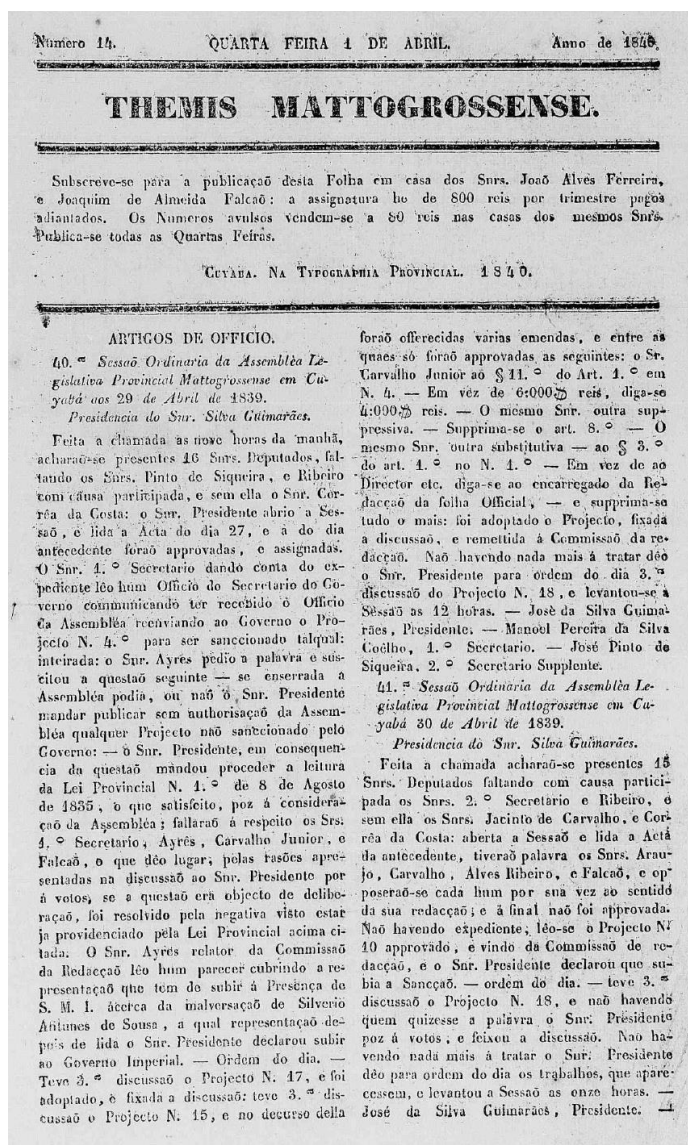
Portanto, a partir desse conjunto de leituras, observou-se que a imprensa foi criada com o intuito de ser um instrumento de veiculação de informação, sendo essencial para observar as transformações de uma sociedade, uma vez que ela transita dentro do campo político, econômico e social e das instituições presentes em seu bojo. Ela evidencia as ocorrências e divergências no seio da sociedade e também pode sofrer imbricações, pois em muitos momentos ela assume o papel de difundir a vontade do poder vigente, sendo um instrumento da hegemonia dominante.

2.2 Imprensa mato-grossense

Antes de abordar a questão da criação do jornal *Correio do Estado* e sua história, é interessante ressaltar a trajetória da imprensa mato-grossense, pois a sua história evidencia como o jornalismo se apresenta, bem como é retratada a cultura de uma sociedade e quais os contextos que estão imbricados na criação e no desenvolvimento de um meio de comunicação de massa e, sobretudo, como ele servirá como instrumento hegemônico de um período, de uma classe e da criação de um novo estado.

O primeiro jornal a ser circulado foi em 1834, com semanário *Themis Mattogrossense*, quando o estado de Mato Grosso ainda era uma província.

Figura 1 - *Themis Mattogrossense*



Fonte: https://memoria.bn.br/pdf/817198/per817198_1840_00014.pdf. Acesso: 14 abr. 2024.

Desse modo, o jornal era impresso em papel almaço, o contudo era distribuído em duas colunas largas e se destinava exclusivamente para publicar os atos oficiais, tendo como foco veicular à população notícias do que era realizado pela administração da Província. “O *Themis Mattogrossense* desapareceu em julho de 1840, após o corte de verba da Assembleia Provincial destinada ao custeio da tipografia em oposição ao então presidente provincial” (Andrade, 2015, p. 56).

Fernandes (2017, p. 18) considera que o nascimento da imprensa mato-grossense foi relativamente rápido, apontando diversos obstáculos, tais como o “[...] reduzido número de habitantes na região, o alto índice de analfabetismo, o baixo poder aquisitivo dos moradores e principalmente, a longa distância entre a província e os grandes centros do país, como Rio de Janeiro e São Paulo”.

Em 1848, surge o *Echo Cuiabano*, um jornal particular. Sendo assim, para a província publicar os atos oficiais, precisava ser paga uma certa quantia, podendo ser observado o acordo entre os aparelhos privados e o governo.

No ano de 1859 surgiu um novo tipo de jornal no estado com viés oposicionista, que inclusive evidenciava a força do poder estatal sobre os meios de comunicação.

A Imprensa de Cuyabá, que se apresentava como veículo político, mercantil e literário. Fundado pelo Padre Ernesto Camilo Barreto e por João de Souza Neves, representou uma revolução editorial na imprensa mato-grossense, no momento em que desenvolveu nas suas páginas oposição ao governo da época, do Tenente Coronel Antônio Pedro de Alencastro. Em função da posição política do jornal, o Padre Ernesto foi preso e deportado para o Rio de Janeiro, num episódio que repercutiu nacionalmente e que motivou a demissão de Antônio Pedro de Alencastro do seu cargo de Presidente da Província (Andrade, 2015, p. 59).

Outro importante ponto da imprensa mato-grossense foi evidenciar a primeira guerra envolvendo o Brasil contra a República do Paraguai (1865-1870): a Guerra da Tríplice Aliança. Nas páginas da imprensa regional ficou registrada a preocupação com as causas tanto políticas quanto sociais desse conflito.

Após a Guerra do Paraguai, Corumbá, de uma pequena vila comercial, tornou-se um grande importador e exportador, o que permitiu seu desenvolvimento e conseqüente aumento de fluxo de pessoas em seu território. Assim, em 1877, após 38 anos, a imprensa surgiu no interior do estado com a criação do jornal *O Iniciador*, em Corumbá (Souza, 2005).

O primeiro jornal do sul de Mato Grosso tinha como epígrafe “Legalidade, Justiça, Ordem e Liberdade”, seu material era importado, o conteúdo era distribuído em 4 colunas e impresso no Paraguai (Fernandes, 2017).

Figura 2 – Jornal “O iniciador”

Anno III. Corumbá (PROVINCIA DE MATTO-GROSSO) 18 de Janeiro de 1879 N.º 182

O INICIADOR

— Legalidade, Justiça, Ordem e Liberdade. —

Jornal Commercial, Noticioso e Literario.

AGENCIARIA PARA CORUMBÁ E LAGOA
 Por ano... 20000 — Trimestre... 5000
 Semestre... 10000 — Número avulso \$500
 — Publicar em duas vezes por semana.

REDACÇÃO E OFFICINA — Simão Antonio Pereira de Souza
 Impressor — Manoel Antonio Guimarães
 — Ph. P. —
 — Publicar em duas vezes por semana.

AGENCIARIA PARA TODA A CHUVA
 Trimestre... 10000 — Semestre... 15000
 Anual... 30000
 Os artigos não publicados, não serão restituídos.

O INICIADOR
SABADO, 17 de Janeiro de 1879

Extravios de dinheiros publicos

Há quinze dias, mais ou menos, corria com insistencia nesta cidade o boato de que a Commissão nomeada para examinar as contas de um ex-empregado da Camara Municipal tinha descoberto nessas contas muitas irregularidades, verificando-se contra o ex-empregado um alcance quantioso de dinheiros cobrados e não recolhidos ao respectivo cofre.

Dizia se tambem á puridade que um empregado da Camara estava arrecadando ou revisando os recibos de impostos cobrados por esse empregado, e que nesses recibos existentes em poder dos contribuintes estava mencionada quantia superior á que o mesmo ex-empregado havia dado entrada para os cofres da Camara Municipal.

Até agora nada dissemos sobre tal assumpto, não sómente porque não tínhamos ouvido mais que boatos de surdina propalados, como tambem porque esperavamos que a Commissão nomeada pela Camara Municipal desse conta do seu exame.

Hoje, porém, julgamos inutil toda reserva sobre tam grave assumpto, não só porque se tem propalado que,

depois de tanta celexima, se pretende encobrir o crime, como porque tudo o que narramos está, ha muitos dias, no dominio publico, e até já se citam nomes e particularidades que dão a esses boatos toda a cor de verdade.

Diz-se, por exemplo, que o Sr. Acós tem em seu poder um recibo de haver pago 700\$000 de impostos sobre couros, entretanto que o ex-empregado no talão dos recibos e nas contas que presta apenas lançou 42\$000!!

Que o Sr. Ricardo Petis mostrava a alguém um recibo da importância de impostos em q se dava igual fraude, porém que depois recusava exhibir esse documento por pedidos que lhe fizeram para não comprometter o referido ex-empregado.

Vá-se, pois, q' si esses boatos não desmentidos são verdadeiros, trata-se não simplesmente de um alcance, mas de uma verdadeira fraude, de um crime que não desaparece com o recolhimento da quantia defraudada!

Entretanto já corre como certo q' alguém se empenha em que se abafe este escandaloso negocio, e tambem, cremos que sem fundamento, que a Camara Municipal está disposta a pôr pedra em cima de tam grave accusação, si o ex-empregado entrar com o dinheiro que defraudou!!

Entretanto já corre como certo q' alguém se empenha em que se abafe este escandaloso negocio, e tambem, cremos que sem fundamento, que a Camara Municipal está disposta a pôr pedra em cima de tam grave accusação, si o ex-empregado entrar com o dinheiro que defraudou!!

Fonte: Disponível em <https://memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=215163&pagfis=1> Acesso: 10 abr. 2024.

Esse jornal era vinculado a comerciantes portugueses, mas suas páginas também eram marcadas por um viés ideológico e muitas notícias traziam como era a vida miserável que assolava Corumbá. Desse modo, pode-se observar que a imprensa que surgia em defesa de uma causa, como era notório em outros jornais, não escondia sua cor partidária.

Observa-se que na década de 1880 há um efervescência na imprensa nacional e na regional devido ao peso da Revolução Industrial e do movimento capitalista, surgindo assim diversos jornais e folhetins, sobretudo no sul de Mato Grosso, tais como: *A voz do Sul* (1894), jornal de Nioaque, *O estado de Mato Grosso* (1913), em Campo Grande, *Ponta Porã* (1914), em Ponta Porã, *O Apa* (1914), em Bela Vista, *Gazeta de Três Lagoas* (1915), em Três Lagoas, *a Razão* (1917), em Aquidauana (Fernandes, 2017).

Para Andrade (2016, p. 11-12), foi o sul que “[...] alavancou o desenvolvimento da imprensa em Mato Grosso, já que depois de Cuiabá, as cidades que despontaram no setor foram Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas, todas do atual estado de Mato Grosso do Sul”.

Muitos anos depois surgiu o *Jornal do Comércio* (1921), criado para defender interesses legítimos do comércio e das classes produtoras, circulando por mais de 40 anos. Surgiu também o jornal *O Estado de Mato Grosso* (1938), que apresentou alto grau de sofisticação em sua forma de diagramação, contudo a sua proposta era ser imparcial, sendo um instrumento de divulgação à população das boas ideias (Andrade, 2015; Fernandes, 2017).

Assim, nota-se que os primeiros jornais tinham o interesse de divulgar as ações do governo, alguns surgiram com o cunho oposicionista e muitos jornais citados surgiram alinhados ao ideal republicano, anunciando um novo projeto político de uma república recém-nascida.

2.2. *Correio do Estado*: a trajetória de um jornal local

O *Correio do Estado* iniciou sua trajetória em 1952 e permanece até os dias hoje, 2024 (ano da pesquisa). Esse periódico faz parte do Grupo Correio do Estado e da Fundação Barbosa Rodrigues, configurando-se com um dos maiores grupos de comunicação de Mato Grosso do Sul. Estão ligadas à sua rede as emissoras de rádios Mega 94 FM e Cultura AM, e as emissoras de televisão TV Campo Grande, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), e a TV Guanandi, com filiação à Rede Bandeirantes, além de possuir um portal de notícias na internet.

O diário *Correio do Estado* foi fundado em 1952, na cidade de Campo Grande, e sua criação teve motivações políticas e partidárias, uma vez que a sua fundação foi feita por um grupo de políticos e investidores ligados a União Democrática Nacional (UDN), nascendo com o signo de apelo político para disseminar as ideias do partido na região sul do antigo estado de Mato Grosso.

O periódico, que teve a sua primeira edição publicada num domingo, dia 7 de fevereiro de 1954, em formato de tabloide, funciona até os dias de hoje. Seus fundadores foram os políticos Fernando Corrêa da Costa, governador do estado de Mato Grosso, José Manuel Fragelli, primeiro presidente do órgão e José Inácio da Costa Moraes, principal acionista (Corrêa, 2018).

O jornal teve ainda a participação de empresários e profissionais liberais ligados a UDN, tais como Vespasiano Martins, Laudelino Barcelos e Wilson Barbosa Martins, homens que ocupariam nos anos seguintes posições de destaque no cenário político estadual.

Em sua primeira edição, o teor das notícias mostrava que o jornal teria um signo oposicionista:

Figura 3 – Jornal Correio do Espaço – 1ª Edição



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1954).

Na primeira edição do jornal pode-se observar que não havia uma simetria entre as colunas e não havia uma organização na época, pois as notícias tinham fontes distintas. Em seu teor, continha notícias locais e regionais, espaço para crônicas, colunas religiosas, Correio Agrícola, Seção Trabalhista e propagandas (Andrade, 2015).

Assim, na primeira edição do jornal, se apresentava para todo o estado de Mato Grosso a ambição de servir o povo, indagar os problemas da população e empenhar-se na solução deles (Correio do Estado, 1954). Nesse sentido, mostravam-se a suas intenções políticas, dando abertura ao povo sobre suas reivindicações, além de mostrar as problemáticas do governopositor e alfinetar a imprensa contrária.

Desse modo, as motivações primárias surtiram efeito com a conquista da reeleição do ex-governador Fernando Corrêa da Costa e, após o feito, o grupo subsidiário do periódico, em 1954, repassou para José Barbosa Rodrigues¹³, que era então o recém-contratado redator e gerente e se tornaria figura central até a sua morte, em 2003.

Já em 1954, sob a tutela de Barbosa Rodrigues o jornal sofreu suas primeiras transformações com destaque para uma readequação das pautas com vistas a priorização de questões estaduais, contratação dos primeiros jornalistas, a inserção de seus filhos no quadro de funcionários (transformando o jornal numa empresa familiar). Houve, em concordância com a visão da nova diretoria do veículo, um aumento das tiragens diárias do periódico que passaram de 600 para cerca de 2000, atendendo as demandas de uma população de pouco mais de 50 mil habitantes (Corrêa, 2018, p. 4).

Entre fins dos anos 1950 e início dos 1960, o jornal passou a se modernizar, seguindo uma tendência das empresas jornalísticas do país. O investimento em novas tecnologias em seu parque gráfico é reconhecido com uma de suas marcas, sendo o jornal *O Estado de São Paulo* a principal referência. Nos anos finais da década de 1960, o jornal passou a ser impresso com seis páginas durante a semana, e oito aos finais de semana. Assim, novos conteúdos foram inseridos, tais como “‘Coluna Feminina, por Suzana’ - agência NOVA, ‘Capital dia a dia por José Pillar exclusivo para o Correio do Estado’, o quadro de crônicas ‘Reflexões do General’ e a ‘Coluna Médica’, por exemplo” (Corrêa, 2018, p. 81).

Em 1977, ano da divisão de Mato Grosso, o jornal circulava de segunda a sexta-feira, com 9 páginas impressas em preto e branco e em formato *standart*. Já em 1999, o periódico era o único do país a imprimir todas as suas páginas coloridas (Andrade, 2015). Atualmente, o jornal circula semanalmente, mudando sua quantidade de páginas, sendo de 30 a 38 páginas,

¹³ José Barbosa Rodrigues era oriundo de Poços de Caldas (MG). Nasceu em 30 de junho de 1916, sendo filho de um carpinteiro e de uma lavadeira. Chegou em Campo Grande em 1943, acompanhado da mulher, a professora Henedina Hugo Rodrigues. Inicialmente, o destino da família Rodrigues era o Território Federal de Ponta Porã, escolhido por questões políticas. Entretanto, acabou fixando-se em Campo Grande, que se encontrava em franca ascensão econômica. Barbosa Rodrigues ocupou a função de professor logo quando chegou a Campo Grande. Em seguida, ingressou no Jornal do *Comércio* como faxineiro. Concomitante a essa função, passou a publicar artigos para o jornal e em dois anos assumiu o controle da redação. Era muito comum na década de 1950 aprender a profissão de jornalista na prática. No Brasil, a graduação em Jornalismo surgiu em 1947 e no estado de Mato Grosso do Sul apenas na década de 1980. Ao longo dos anos, Rodrigues se firmou como uma figura importante no cenário sul-mato-grossense e foi um dos maiores apoiadores e incentivadores pela divisão do estado. Foi apontado como expoente da cultura estadual por sua produção literária (11 livros) e participação na Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, no Conselho Estadual de Cultura e no Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul. Seu nome intitula uma Escola Estadual no Bairro Universitário, além do Espaço da Memória e da História do Departamento de História da UFMS e uma avenida que liga o Bairro Imbirussu-Serradinho. Fundou a instituição Barbosa Rodrigues. Morreu aos 86 anos de idade, em 19 de março de 2003 (Andrade, 2015; Corrêa, 2017).

subdivido por meio de editoriais e quatro cadernos, como cadernos infantil, rural e de informática.

2.3. Correio do Estado e Ditadura Militar: análise dos recortes das principais notícias

O jornal não é só visto como um veículo comunicacional, mas como uma fonte de pesquisa histórica, pois, “[...] possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através do tempo.” (Capelato 1988, p. 13). Assim, pode-se analisar tanto o contexto político, como o social.

Os discursos impressos e as fotografias são relevantes para a pesquisa, pois suscitam problemáticas e perguntas para servir de base para interpretações dos quadros de representação social e dos códigos de comportamento da sociedade (Pereira; Coelho, 2010).

Entretanto, ao analisar recortes de um jornal, torna-se um trabalho tortuoso, pois ao selecionar as notícias para traçar determinado período histórico, considera-se grande parte significativa, sendo esse dado essencial para tecer e analisar. Ademais, o recorte analisado é o período ditatorial – 1964 a 1985, ou seja, 21 anos de notícias veiculadas em mais de 7000 exemplares para ler e selecionar, fato que se traduz em um trabalho imenso e exaustivo.

A partir disso, estabeleceram-se critérios para não se perder do objetivo do trabalho, fazendo recortes temporais e analisando algumas tiragens do período: 1) O golpe, primeiros Atos Institucionais e a posse de Castelo Branco. 2) Empossamento dos presidentes, AI-5, Repressão, Censura e Resistências 3) Redemocratização, anistia e Diretas já.

2.3.1 O golpe, primeiros Atos Institucionais e a posse de Castelo Branco

Nos anos 1960 o Brasil, como aconteceu com diversos países do mundo, vivia um contexto polarizado, permeado pelas disputas entre capitalismo e comunismo. Nesse período, havia um “[...] contexto ideológico em que João Goulart assume o poder no dia 7 de setembro de 1961, um clima de enfrentamento das facções e forte agitação política”. Desse modo, era nesse cenário que as notícias nacionais circulavam e não era diferente para o *Correio do Estado*:

Figura 4 – Correio do Estado – 31 de março de 1964



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1964).

No dia 31 de março de 1964, o jornal Correio do Estado mostrava a tensão que existia no país, pontuando uma fala do então deputado Hebert Levy, que fazia parte da UDN, em que declarava que o presidente João Goulart deveria ser responsabilizado pela promoção da luta de classes, além de validar o manifesto dos almirantes, pois as ações do presidente estava levando o país a uma ditadura comunista. Ademais, se colocava como patriota e clamava: “Esta é a undécima hora. Ou os patriotas se levantam para defender a liberdade, ou mais tarde não teremos sequer pátria para defender, mas apenas um satélite a mais, escravizado aos senhores de Moscou”.

Gramsci (2006) destaca a importância de se formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva. Nesse sentido, por meio da ideologia dominante, provém a formação da consciência coletiva de se aliar e “defender a liberdade”.

Figura 5 – Correio do Estado - 01 de abril de 1964



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1964).

No dia 01 de abril de 1964, o jornal trazia em sua primeira manchete: “Brasil em pé pela liberdade”, com o interessante avaliar a questão da palavra liberdade no contexto em que estavam vivendo. Assim, trouxe manchetes de outros jornais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Edição dos jornais no dia 01 de abril de 1964

Correio da Manhã	RJ	"(?) Estados já em rebelião contra JG"
Diário Carioca	RJ	"Guarnições do I Exército marcham para sufocar rebelião em Minas Gerais"
Jornal do Brasil	RJ	"S.Paulo adere a Minas e anuncia marcha ao Rio contra Goulart"
Folha do Estado	SP	"II Exército domina o vale do Paraíba"

Fonte: O autor (2024).

O quadro 3 evidencia que os jornais de grande circulação nacional no eixo RJ-SP estavam veiculando as notícias sobre o momento em que o general Olímpio Mourão Filho, que era então chefe da 4ª Região Militar em Minas Gerais, considerava que as atitudes do então presidente João Goulart eram de cunho comunista, organizando uma marcha de suas tropas em direção ao Rio de Janeiro. Além disso, recebeu a adesão da maioria dos comandos militares, inclusive de Mato Grosso, fato que também foi divulgado no jornal *Correio do Estado*.

Além disso, a “derrubada” do então presidente Goulart teve a participação dos partidos PSD e UDN (podendo ser visto também abertamente no *Correio do Estado*) e dos governadores influentes, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.

Nessa ótica, estava claro que os jornais, tanto de grande circulação nacional quanto o *Correio do Estado*, constituíam-se como propaganda notadamente a favor da deposição do presidente constitucional João Goulart.

Figura 6 – Correio do Estado - 06 de abril de 1964



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1964).

É interessante observar que não há notícias dos dias seguintes, contudo não se sabe se não houve a tiragem do jornal ou se não foi colocado no arquivo. Assim, ao analisar a notícia do dia 06 de abril de 1964, o jornal traz um ponto de reflexão importante: a deposição de Goular, a posse provisória do Sr. Pacoal Ranieri Manzilli, a fuga de Goulart e seu asilo político no Paraguai, além de citar o presidente por meio do tratamento de “Sr João Goulart”, não o chamando mais de presidente.

Como analisa Capelato (2008):

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula (Capelato, 1998, p. 66).

Salienta-se que o jornal pontua a Marcha da família campo-grandense “[...] para demonstração de civismo em favor da liberdade”. Também coloca a manchete ressaltando que Mato Grosso podia confiar na ação patriótica do Exército brasileiro, a fim de “libertar poderes constituídos em cêrcos nefastos do comunismo em órgãos do governo”, sob a fala de Gn Barbosa Pinto da 9ª RM.

Nesse sentido, pode-se observar que não havia críticas, mas um intenso engrandecimento feito ao Governo, especialmente quando se fala que a Revolução se constituiu como um acontecimento do mais alto significado cívico-patriótico (Pereira, Coelho, 2010).

Desse modo, corroboram-se os estudos de Dreifuss (1981), quando ele defende que o golpe foi fruto da ação da classe dirigente, composta pela burguesia nacional articulada. A elite mato-grossense estava na marcha das classes produtoras, delegações dos partidos, bancários, entre outros.

Figura 6 – Correio do Estado - 06 de abril de 1964



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1964).

No dia 06 de abril, o jornal ressaltava a marcha de Deus com a Família e destacava como a população se solidarizava com os militares, colocando buquês de flores nas estátuas de militares como Duque de Caxias, homenageando também o General Barbosa Pinto e Major Araújo Lopes em virtude de sua atuação na defesa do civismo ao povo mato-grossense.

Além disso, nas páginas do jornal já estava impressa a possível posse do General Castelo Branco para presidência da república. E também contava com o movimento das Classes produtoras, ressaltando o interesse pela descomunicação total no Brasil, posicionando-se contra o comunismo e lançando bases para a promoção do patriotismo.

instituição que proporciona ambiente para realização de pesquisas sobre os mais diversos assuntos. qualquer matéria, de decretação de estado de sítio e, privativamente ao presidente, de criar ou aumentar a despesa pública. O Art. 7º, por sua vez, suspende as garantias de vitaliciedade e estabilidade, dando abertura para o governo demitir ou dispensar servidores públicos “desde que tenham tentado contra a segurança do País”. O Art. 10 dá prosseguimento ao discurso de manutenção da segurança e “interesse da paz e da honra nacional” coroando assim o início do estado de exceção ao conferir o direito aos Comandantes-em-Chefe de “suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais” (Brasil, 1964 *apud* Soares, 2018, p. 10-18).

Na pesquisa de Arakaki (2015, p. 115), demonstra-se que a preocupação era outra:

[...] o presidente Castello Branco prometeu varrer a corrupção no país e, para isso, criou a Comissão Geral de Investigação – CGI. Era a chamada “operação limpeza”, comandada pelo Marechal Estevão Taurino de Rezende para quem o problema da corrupção era mais grave que o comunismo. O problema da corrupção administrativa era tão grave, segundo ele, que, se tudo fosse apurado, o Brasil se esvaziaria.

Desse modo, é interessante pensar nas palavras que se utilizavam nos documentos, que legitimariam e institucionalizariam as ações das forças armadas, como “movimento civil e militar”, “autêntica revolução”, “não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”. Nesse sentido, os militares legitimaram o golpe, uma vez que a legitimidade do Poder Constituinte depende do princípio de soberania popular.

Assim, para Gramsci (2002), a hegemonia é obtida e consolidada não só na estrutura econômica e na organização política, mas na expressão de saberes, nas práticas e nos modelos de autoridade que a legitimam e a universalizam. Além disso, o jornal estampava a foto da cidade e colocava a seguinte frase: “Esta cidade, como milhares de outras em todo o Brasil, amanhece e anoitece tranquila, sob a verde pendão da Pátria, graças à ação energética, mas equilibrada e sem violência, das forças armadas” [...] (Correio do Estado, 1964, p. 1).

Como Gramsci relaciona a sociedade política ao Estado ao poder, os intelectuais alinhados, no caso, os jornalistas, estariam sendo os reprodutores da hegemonia, lutando pela manutenção do poder vigente (Moraes, 2010).

Figura 8 – Correio do Estado - 13 de abril de 1964



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1964).

No dia 13 de maio as notícias tinham como foco a ação do Ato Institucional, envolvendo perseguições, prisões, dispensa do corpo docente, entre outros. Vale lembrar que nesse período os jornais favoráveis à Ditadura estampavam as notícias que estavam ligadas a esse postura, como pode ser comprovado por meio das manchetes da *Folha de S. Paulo*, no dia 10 de abril: “Bispo diz ser subsersiva a cartilha de Paulo Freire”, “Presos onze professores da Universidade de Brasília”, “MATERIAL SUBVERSIVO”, “Foram afastados os funcionários comunistas da Petrobrás”. Assim, as manchetes dos jornais atestavam que todas as repressões eram tidas como necessárias, trazendo a falsa ideia de que toda a ação era em prol da manutenção da ordem.

Interessante notar as frases soltas no jornal, tais como: “Na série de transformações que vão da ideia ao fato, o movimento de abril marca o instante em que o sonho de uma nação se transforma em uma realidade” e “O país está no direito de esperar, confiar e exigir que esta

revolução vitoriosa afaste definitivamente de seu caminho os perigos que se viu ameaçado” (Correio do Estado, 1964, p. 1). Desse modo, para Moraes (2010 p. 55) “[...] uma direção ético-política eficiente não depende somente da força material que o poder confere. Deve ser alcançada também através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social”.

Figura 9 – Correio do Estado - 14 de abril de 1964



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1964).

No dia 14 de abril de 1964, veiculou a notícia de que o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito para o cargo de Presidente da República, tendo 361 votos, e 72 parlamentares, a maior parte do PTB, se abstiveram.

A segunda manchete trazia a frase: Apoteótica consagração, na qual o governador Fernando Correa da Costa é recebido pela população, por sua atuação nos atos que salvaram o

Brasil e mantiveram as forças democráticas no dia 01 de abril. Além de ressaltar a sua posição favorável ao novo presidente da república, ora eleito.

Para Moraes (2016, p. 12), Gramsci via a imprensa como um “[...] aparelho privado de hegemonia sintonizado com as classes dominantes”. Portanto, as notícias veiculadas do dia 31 de março a 14 de abril pelo *Correio do Estado* comprovam a teoria gramsciana sobre a hegemonia, ao mostrar ao leitor um inimigo em comum, no caso o comunismo, e assegurando que esse “perigo” não rondava somente aspectos da vida política e econômica, mas podia emergir de aspectos da vida social, logo utilizando-se do jornal para ser instrumento em prol de uma ideologia, consolidando um consentimento das massas.

2.3.2 Empossamento dos presidentes, AI-5, Repressão, Censura e Resistências

Figura 10 – Correio do Estado - 14 de março de 1967



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1967).

Figura 11 – Correio do Estado - 01 de abril de 1967



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1967).

No dia 14 de março, o jornal anunciava a cerimonia de pose do Presidente Costa e Silva e no dia 01 de abril o jornal noticiava sobre o novo presidente da república, mas nada se falou nas próximas edições dos meses seguintes sobre a nova Constituição e nem acerca do endurecimento do regime. Quando noticiava algumas manifestações, o jornal sempre colocava em box pequenos, trazendo meramente uma notícia factual, não trazendo nenhuma reflexão sobre tal assunto.

Figura 12 – Correio do Estado – 27 de junho de 1968



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1968).

No dia seguinte, a Passeata dos cem mil, manifestação organizada pelo movimento estudantil e encabeçada por Wladimir Palmeira, tendo apoio da classe dos artistas, alguns membros da Igreja, intelectuais, dentre outros participantes que se posicionavam contra a Ditadura, foi noticiada pelo *Correio do Estado*. É interessante ressaltar que, apesar de ser uma

manchete da primeira página, não foi dada a ela muita visibilidade. No entanto, a manchete de destaque é “Vanguarda Comunista quer tomar conta do país”, palavras do General Manoel Rodrigues sobre o “atentado” do QG do II Exército. O General não relaciona os atos com a passeata dos estudantes, entretanto ressalta que o endurecimento do governo “[...] é o caminho, a única solução [...]” (Correio do Estado, 1968, p. 1).

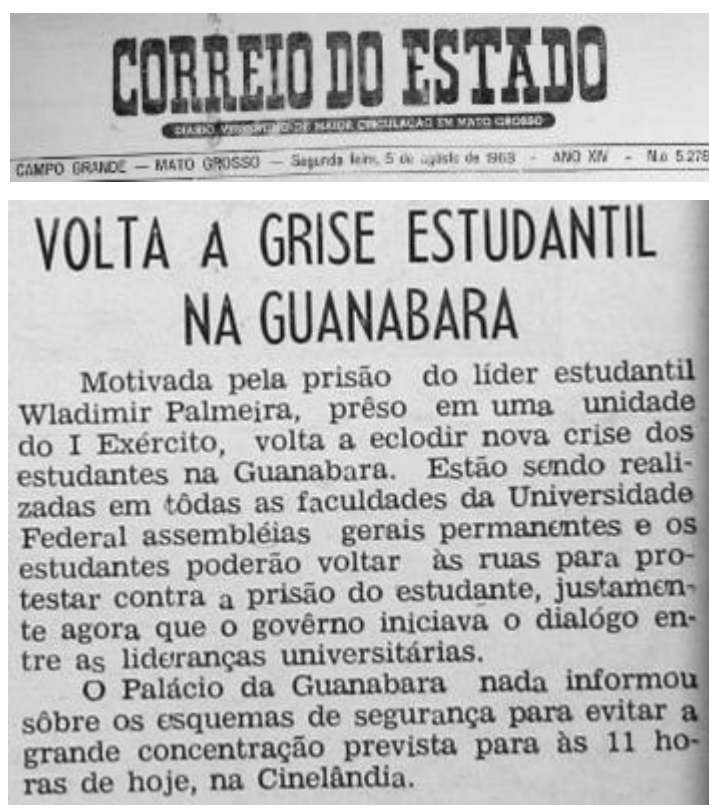
Figura 13 – Correio do Estado – 03 de agosto de 1968



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1968).

Em 03 de agosto foi noticiada a prisão de Wladimir Palmeira, o qual foi encaminhado ao DOPS. No entanto, o *Correio do Estado* nada falou sobre isso e não se posicionou sobre o fato, não dando maiores detalhes. A justificativa foi que ele estava sem documentos. Palmeira, que era presidente da União Metropolitana de Estudantes e líder da passeata dos Cem Mil, pedia explicações sobre a morte do estudante Edson Luís, morto em uma manifestação e sem justificativa. Também pedia o fim da Ditadura. Ficou preso por 45 dias e foi solto por *Habeas Corpus*.

Figura 14 – Correio do Estado – 05 de agosto de 1968



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1968).

No dia 05 de agosto, um dia após a prisão de 300 alunos, o *Correio do Estado*, não noticiou a prisão, mas informou que havia uma crise e que os estudantes podiam voltar às ruas, “[...] justamente agora que o governo iniciava um diálogo”. Essa frase mostra a posição do jornal e a sua intenção de minimizar as repressões que estavam acontecendo.

Nessa ótica, os movimentos continuaram, bem como as repressões do governo, até que no dia 13 de dezembro de 1968 foi promulgado o Ato Institucional n. 5, tornando-se o mais rígido do governo. Entre suas determinações estavam as seguintes:

- Fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais;
- Cassar mandatos legislativos e executivos, federais, estaduais, municipais;
- Suspender direitos políticos;
- Demitir, remover, aposentar funcionários civis e militares;
- Demitir ou remover juízes;
- Decretar estado de sítio sem restrições;
- Confiscar bens para punir corrupção;
- Legislar por decreto, baixar atos institucionais e complementares (Brasil, 1968, p. 1).

Desse modo, o *Correio do Estado* minimizou as ações dos estudantes e anunciou o AI-5 sem se opor e nem mostrar as consequências deste, e mais uma vez se mostrou articulado ao projeto do governo. Conforme salienta Gramsci (1971, p. 121-122), “[...] o aparelho estatal é muito mais resistente do que pode crer e consegue organizar, nos momentos de crise, forças fiéis ao regime, mais do que a profundidade da crise poderia deixar de supor”.

Figura 15 – Correio do Estado - 14 de dezembro de 1964



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1967).

No dia 14 de dezembro, o então presidente Costa e Silva instituiu o Ato Institucional n. 5, considerado o mais duro dos dezessete decretos, no entanto o *Correio do Estado* anunciou:

“Ato determina recesso do Parlamento por tempo indeterminado”, descrevendo as mudanças, mas na manchete não transparece a “linha dura”, como aconteceu nos demais jornais de circulação nacional.

Nesse sentido, observam-se as seguintes manchetes: “No ato, Congresso entra em recesso” (Estado de São Paulo - SP) e “Governo baixa um novo Ato” (Folha de S. Paulo – SP), ambas noticiando os acontecimentos, mas abrandando a situação. Já em outros dois jornais, as manchetes noticiavam: “Governo baixa um novo Ato Institucional e coloca o Congresso em recesso por tempo determinado” (Jornal do Brasil – RJ) e “Editado o Ato 5” (O Globo – RJ). Esses foram mais didáticos, situando as consequências e o movimento da população após a promulgação do Ato.

Figura 16 – Correio do Estado - 14 de dezembro de 1964

CORREIO DO ESTADO
DIÁRIO VESPERTINO DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM TODO O BRASIL
CAMPO GRANDE - MATO GROSSO - Segunda-feira, 14 de dezembro de 1964 - ANO XIV - Nº 3.077

MISTÉRIO EM TÔRNO DA ARRECADAÇÃO DO ESTADO

Moça Encantadora



Moça encantadora e bonita está se apresentando em todos os lugares. Ela é conhecida em todo o Brasil e é considerada a mais bonita do mundo. Ela é conhecida em todo o Brasil e é considerada a mais bonita do mundo.

Revoluções serão feitas dentro da Revolução



Revoluções serão feitas dentro da Revolução. O Presidente da República, Marechal Arizua, disse que a Revolução não é apenas uma mudança de governo, mas uma transformação profunda da sociedade brasileira.

Ponta Porã: Rêde de Água

Trabalhos de construção de uma rede de água em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, estão avançando rapidamente.

Novo Partido Político em Articulação

Um novo partido político está sendo articulado em Campo Grande, visando a participação política da população.

Publicação de Atos Oficiais da Municipalidade

A Prefeitura Municipal de Campo Grande publicará os atos oficiais em um novo formato para facilitar o acesso da população.

Ivo Arzuza cancela vinda

O governador Ivo Arzuza cancelou sua viagem planejada para visitar o interior do estado.

AVISO AO FUGIDO

AVISO AO FUGIDO: O Sr. João da Silva, nascido em 10/10/1920, residente em Rua X, nº 123, está sendo procurado.

Nasceu o

Nasceu o novo partido político em articulação em Campo Grande.

Fonte: Acervo do Correio do Estado (1968).

Após as agitações no país e da promulgação do AI-5, no dia seguinte o então presidente Costa e Silva deu a declaração sobre o Ato, dizendo que a “[...] revolução é irreversível, e que faria outras revoluções dentro da revolução, se preciso, para essa conseguir seus objetivos. A revolução estará em alerta contra as tentativas de perturbação da ordem, da paz e da tranquilidade” (Correio do Estado, 1968, p. 1).

Ainda traz a explicação sobre a desarticulação do ARENA, que, para eles, possuía integrantes muito piores na oposição, e não fazia sentido mantê-los, propondo lançar mais um partido: “[...] que reúna elementos que estejam identificados no mesmo ideal político, defendendo plenamente a Revolução e o governo que o encarna” (Correio do Estado, 1968, p. 1).

Conforme a pesquisa de Arakaki (2015), após o AI-5 começaram a surgir as cassações sumárias e inexplicáveis, atingindo deputados estaduais de Mato Grosso. Os atos de cassação foram expedidos em Brasília:

Américo Porphirio Nassif
 Sanção: Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
 Diário Oficial 30.04.1969 – p. 3662
 Augusto Mario Vieira
 Sanção: Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
 Diário Oficial 14.03.1969 – p. 2212
 João Chama
 Sanção: Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
 Diário Oficial 14.03.1969 – p. 2212
 Luiz Thomas de Aquino
 Sanção; Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
 Diário Oficial 30.04.1969 – p. 3662
 Sebastião Nunes da Cunha
 Sanção: cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
 Diário Oficial 14.03.1969 – 2212º (Arakaki, 2015, p. 108).

Cabe ressaltar que a Assembleia Legislativa do estado não foi consultada sobre essas cassações, sendo expedidas diretamente por Brasília e, dessa forma, cinco deputados estaduais perderam seus mandatos nos anos de 1969; desses cinco, quatro pertenciam à porção sul do estado de Mato Grosso.

Figura 17 – Correio do Estado - 27 de outubro de 1969

Ponto Facultativo

CORREIO DO ESTADO

Ministros no


DIÁRIO VESPERTINO DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM MATO GROSSO

CELEBRANDO ANIVERSÁRIO Nº 100 - 100 ANOS - 1969


Irregularidade na Exatonia de Bela Vista

O Conselho de governo da Exatonia de Bela Vista, presidido por Francisco Tavares, decidiu por unanimidade a favor da posse do presidente eleito, o Sr. Alberto Melo de Almeida, em 30 de outubro de 1969, apesar de a Constituição Federal exigir a posse em 15 de março de 1974.

Nôvo Presidente foi eleito por 293 votos



O Congresso Nacional, reunido em sessão solene, elegeram o General Euzébio de Moraes para Presidente da República por 293 votos, contra 16 votos em branco e 10 votos nulos.



O General Euzébio de Moraes foi proclamado presidente da República em sessão solene realizada no dia 30 de outubro de 1969, às 19h30, no Palácio do Congresso Nacional.

Plínio pôs-se à margem da campanha eleitoral

O Prefeito de Campo Grande, Dr. Plínio Barbato Martins, declarou que não concorrerá à Presidência da República em 1974, preferindo dedicar-se à administração municipal.

Mais uma

Professor Bey: ENCERRA SEU PRIMEIRO CURSO

Professor Bey encerra seu primeiro curso de formação de professores em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Acervo do Correio do Estado (1969).

A notícia da posse do presidente se deu dois dias após, mostrando os votos concedidos e não tendo um teor opinativo sobre a votação, somente informativo acerca da posse e do período governamental, que seria do dia 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

e que os dados econômicos eram fornecidos por agências oficiais (Abreu, 2002, p. 21).

Nesse sentido, o jornalismo mudou a sua abordagem ao tratar de temas econômicos, uma vez que, se anteriormente eram privilegiadas a divulgação de informações práticas, como a cotação da bolsa e dados cambiais, a partir daquela década as notícias econômicas passaram a vir acompanhadas de análises. Essa mudança revela um ponto de estratégia tanto dos militares quanto do próprio jornal, conforme analisa Abreu (2002).

Figura 19 – Correio do Estado - 09 de março de 1972

Figura 20 – Correio do Estado - 15 de fevereiro de 1973



Figura 21 – Correio do Estado - 17 de fevereiro de 1973



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1972 e 1973).

As notícias do dia 09 de março de 1972 e dos dias 15 e 17 de fevereiro de 1973 são exemplos de reportagens que traziam o “milagre econômico”, mostrando que as exportações

estavam com um número elevado, sobretudo no setor agroexportador, fato que trazia a sensação de elevação da economia, atestando que o momento que o país estava vivendo era de pleno desenvolvimento, não havendo maiores preocupações com a repressão.

Nesse sentido, recorre-se à obra de Fico (2017, p. 22), na qual ele descreve a “seletividade nada de contraditório”, isto é, o autor vai tecendo exemplos de abordagens/ações utilizadas durante esse período que, ao se ter uma visão mais simplista, essa seletividade torna-se contraditória, no entanto, ao se analisar, isso não passava de seletividade muito bem estruturada.

Um exemplo é a questão econômica, o chamado “milagre econômico”, que se tornou um debate nos últimos anos.

[...] quando se pensa a ditadura brasileira, é fácil identificar a repressão, o conservadorismo, o autoritarismo, por um lado e, por outro, o crescimento econômico do “milagre” brasileiro, as obras de infraestrutura, os avanços nas telecomunicações etc. Para o senso comum, uma ditadura deveria corresponder a um período de trevas, de completa estagnação, devendo ser regressiva e inteiramente repressiva. Daí ser tão comum a pergunta que os jornalistas nos fazem sobre ter havido um “lado bom” no regime militar brasileiro, justamente o lado do crescimento econômico, das obras de infraestrutura etc. Isso seria aparentemente contraditório, difícil de compreender (Fico, 2017, p. 26).

Mas a repressão e censura continuavam. Na pesquisa de Fico (2017), o autor defende que a repressão foi altamente seletiva, não havendo nessa seletividade nada de contraditório. Por exemplo, na educação, modernizavam-se as universidades e, ao mesmo tempo, recomendava-se intensificar a vigilância contra as lideranças estudantis.

A repressão por vezes deixava de combater determinados setores por causa do impacto negativo que isso teria na opinião pública ou por sua desimportância relativa. Por exemplo, a censura de diversões públicas preocupava-se menos com o teatro do que com a televisão ou o cinema porque o público das peças era menor. Essa seletividade não era clara para Barbara Heliodora, crítica de teatro, que acusava o regime de ser contraditório porque o teatro não era considerado importante quando se falava de subvenções para a cultura, mas era visto como perigoso e subversivo pela censura moral. Para o senso comum, esse tipo aparente de contradição também transparecia no cinema, pois a ditadura financiava e censurava filmes. Entretanto, entre 1969 e 1981, a Embrafilme produziu 140 filmes (com investimento direto, sem contar coproduções). Quatro desses filmes foram censurados por razões políticas e nove sofreram censura por razões políticas e morais (muitos outros foram censurados apenas por questões como nudez, palavrões etc., como vinha acontecendo desde antes da ditadura) (Fico, 2017, p. 23).

Nos movimentos populares é que se nota mais censura, sobretudo na classe dos artistas, já que as músicas lançadas nesse período eram exemplo de resistência. Houve Festivais da Canção que popularizaram a Música Popular Brasileira (MPB) e lançaram diversos artistas com

músicas que marcaram a época: “Cálice”, de Chico Buarque (1978), o Bêbedo Equilibrista, de Aldir Blanc e João Bosco (1979) e “Pra dizer que não falei das Flores”, de Geraldo Vandré (1968). Essa última virou hino da resistência. Entretanto, cabe salientar que os Festivais da Canção não foram registrados no *Correio do Estado*.

Em 15 de março de 1974, foi noticiada a posse do General Ernesto Geisel como presidente da república, cuja gestão encerrou-se em 1979.

Figura 22 – Correio do Estado - 15 de março de 1974



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1974).

Mato Grosso recebeu com confiança o novo presidente, inclusive a matéria termina dizendo: [...] Neste dia memorável para todos os mato-grossenses, mas uma vez só nos resta dizer: Muito obrigado, Presidente Médico. E para o futuro presidente: Confiamos em si” (Correio do Estado, 1974).

Assim, conforme analisa Gruppi (1980, p. 70), “[...] a hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim, marcado por profundas contradições de classe”. Dessa forma, o jornal mostrava o apoio

aos governos ora apresentados, buscando mais uma vez alijar a população do domínio ideológico.

Figura 23 – Correio do Estado - 16 de março de 1974



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1974).

O discurso do então presidente Geisel veio no dia seguinte na página 2 do *Correio do Estado*: “Eis ai a tônica: revigorante que trouxe o país essa Revolução, de 64, que breve completará um decênio criador e que não esvaiu em promessas vãs, antes demonstrou com realidade e com números a que veio realmente, através da obra fecunda que ora ostenta aos aolhos de todo mundo” (Correio do Estado, 1974).

O bordão “abertura lenta, gradual e segura”, cunhado pelo próprio Geisel, que tratava sobre o início do processo de abertura política não foi noticiado. Dessa forma, a transição deveria ser feita de forma lenta, porque, se feita de forma abrupta, haveria o perigo da tomada

de poder pela esquerda. Assim, foi feita de forma gradativa, assegurando a “democracia”. Como houve avanços e recuos, esse período ficou conhecido como “processo de distensão”.

Figura 24 – Correio do Estado - 12 de outubro de 1977



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1977).

No dia 12 de outubro de 1977, as manchetes do *Correio do Estado* estamparam a divisão do estado, mostrando a foto de Geisel em Brasília, sancionando a Lei dividindo MT de MS, bem como a foto do primeiro bebê nascido no estado e a grande passeata em Campo Grande, a qual foi elevada a capital do recém-criado estado, tendo como primeiro governador Harry Amorim Costa. Na ocasião, foi fretado um Boeing para levar os políticos e personalidades que eram ferrenhos divisionistas para assistir à solenidade em Brasília.

Cabe lembrar que o processo divisionista foi uma discussão de muitos anos devido aos desdobramentos políticos que se estenderam entre arenistas e emedebistas. E para “frear” o

crescimento do MBD, Pedro Pedrossian teria usado a sua expressividade política para tratar com Geisel sobre a criação do novo estado, tendo sucesso (Correa, 2018).

Além disso, a imprensa teve muita importância na divisão, sobretudo o *Correio do Estado*, conforme salienta Correa (2018):

Correio do Estado apresentaria a divisão como “idealizada e decidida no Palácio Alvorada, em Brasília, [...], bem apoiada pela população do Sul e igualmente bem acolhida pela grande Imprensa do País”, constituindo, àquela altura, “problema de Interesse De Segurança Nacional”, ou seja, problema “que se sobrepõe a preferências e recusas de grupos regionais, constituindo-se o último argumento de quem tomou a decisão de o homologar, no caso o eminente e esclarecido presidente Ernesto Geisel (Correa, 2018, p. 189).

Em 31 de dezembro de 1978, o presidente Geisel revogou o AI-5, dando um passo decisivo no processo de redemocratização do país. No entanto, nas páginas do *Correio do Estado* não se falou sobre isso, e nos dias 01 e 02 de 1979 não houve edições, apenas no dia 03 de janeiro, e o jornal, nesses e nos próximos dias, focou somente na recém-criação do estado de Mato Grosso do Sul e em como se daria sua organização política, econômica e social.

2.3.3 Redemocratização, anistia e Diretas já

Figura 25 – Correio do Estado - 16 de março de 1979



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1979).

No dia 16 de março, o *Correio do Estado* noticiou a fala de Figueiredo em sua posse, na qual ele declarou que assumiria o compromisso com a Revolução, com a volta do estado pleno da democracia no Brasil, além de manter, defender e cumprir a Constituição

Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei de Anistia que, apesar das restrições, beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos, presos políticos, parlamentares cassados desde 1964, permitindo a volta de exilados ao país.

Figura 26 – Correio do Estado - 29 de março de 1979



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1979).

A Lei da Anistia não foi mencionada nas primeiras páginas do jornal *Correio do Estado*, mas sim em um texto opinativo de editorial, trazendo como título “Anistia da Oposição”, deixando transparecer que o jornal não era contra a anistia, mas se mostrava contra algumas ações que estavam acontecendo, sobretudo acerca da posição do partido MDB em prol da propaganda da anistia, afirmando ser altamente demagógica. Assim, eram contra

[...] a anistia ampla e irrestrita, que implica no perdão daqueles que feriram e mataram. Perdoar tais elementos, seria condenar suas vítimas ou as famílias das vítimas e ver criminosos libertos, como se nada tivessem feito. Seria, em verdade, o maior crime contra os direitos humanos perdoar criminosos há bem pouco tempo defendendo uma ideologia, lançaram bombas em aeroportos, em casas comerciais, atiraram contra inocentes e regaram com sangue inocente o solo dessa Pátria (Correio do Estado, 1979, p. 2)

Assim, em relação à questão da anistia, compreende-se que partiram de três paradigmas: o primeiro, de 1975 e 1977, mais ligado ao esquecimento e à pacificação; o segundo, a partir de 1978, como conquista dos direitos humanos; e o terceiro, como pacto de reconciliação (Fagundes, 2019). Nessa ótica, inicialmente buscava-se esquecer os dados da Ditadura, as mortes e as torturas na tentativa de abrandá-la. No segundo momento, a anistia era um processo político, o processo de transição. E no terceiro momento, com a abertura de novos documentos e com a comissão Nacional da Verdade (CNV), era necessário retomar a questão de ligá-la a um resgate da memória daqueles que lutaram para o exercício da democracia.

A ideia do movimento de Diretas Já começou em 1983, expandindo-se em diversas cidades por meio de passeatas e comícios a favor das eleições Diretas. Em Campo Grande, ocorreu somente em 1984.

Figura 27 – Correio do Estado - 24 de março de 1984



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1984).

No dia 24 de março, o *Correio do Estado* divulgou a seguinte manchete: “Diretas: Hoje o comício”, na cidade de Campo Grande, onde já havia acontecido, e nas cidades de Três Lagoas, Coxim e Dourados. O jornal apresentava o dia da passeata, as autoridades presentes e suas posições a favor da emenda Dante de Oliveira, no entanto essas autoridades avaliavam sua posição partidária, afirmando que seu principal ponto era discutir o que fazer depois.

No dia seguinte, o jornal veiculou que a passeata foi um sucesso, mas não apresentou um posicionamento contra tal processo.

Figura 28 – Correio do Estado - 15 de janeiro de 1985

CORREIO DO ESTADO

PREVISÃO DO TEMPO

Figueiredo assiste pela TV a votação

Brasil conhece hoje seu novo presidente

Campo Grande mobilizada desde às 6h

Fonte: Acervo do Correio do Estado (1985).

No dia 15 de março, dia da posse do presidente, o *Correio o Estado* anunciou a vitória de Tancredo Neves, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf (PSD), tornando-se o primeiro presidente civil. Foram colocados na manchete adjetivos como “pouca vibração” e “comemorações tímidas” na capital em relação à vitória do presidente, não sendo muito significativo o ato público.

Figura 29 – Correio do Estado – 16 de janeiro de 1985

EDITORIAL

Da eleição ao sistema que substituí

O Brasil, neste dia, está vivendo a primeira vez em sua história em que o primeiro presidente civil assumiu o cargo em 15 de março de 1985.

A eleição não representou um triunfo. Há 400 votos contra os 180 do Paulo Maluf, o vencedor, e 220 votos para Tancredo Neves, o primeiro presidente civil. Mas, apesar de ser o primeiro presidente civil, Tancredo Neves, eleito em 15 de março de 1985, não é o primeiro presidente civil do Brasil. O primeiro presidente civil do Brasil foi Tancredo Neves, eleito em 15 de março de 1985.

Da eleição ao sistema que substituí

Este é o primeiro dia de governo civil no Brasil. O Brasil, neste dia, está vivendo a primeira vez em sua história em que o primeiro presidente civil assumiu o cargo em 15 de março de 1985.

Da eleição ao sistema que substituí

Este é o primeiro dia de governo civil no Brasil. O Brasil, neste dia, está vivendo a primeira vez em sua história em que o primeiro presidente civil assumiu o cargo em 15 de março de 1985.

Fonte: Acervo do Correio do Estado (1985).

No dia seguinte no editorial, o jornal se posicionou, mostrando surpresa com o resultado expressivo da vitória da oposição e destrinchou o que considerou o mérito dos 21 anos de governo, falando dos cinco presidentes.

Castelo Branco, embora tenha instituído o AI-2, distinguiu-se por uma atuação destacada e construtiva, sobretudo no campo das finanças, renovando o sistema tributário e detendo a inflação. Costa e Silva fez a Reforma Administrativa e começou a ponte Rio Niterói; Médici notabilizou-se por uma política de desenvolvimento, ampliando as exportações e atraindo capitais estrangeiros e obras arrojadas como a transamazônica; e Geisel ampliou o campo de ação da Petrobrás: “[...] analisando detidamente esse período foi o de maior progresso do País, dando-lhe uma dimensão tal que dele emergiu com uma força e expressões novas [...]” (Correio do Estado, 1985).

Desse modo, após observar as páginas dos jornais nesses 21 anos, analisando o que foi veiculado no período militar, pôde-se constatar que o jornal *Correio do Estado*, ao final, mostrou-se a todo momento favorável politicamente à Ditadura Militar, sendo um mecanismo hegemônico, utilizando-se do meio de comunicação para progressivamente dominar a massa por intermédio do consenso (Gramsci, 1971).

CAPÍTULO III – A DITADURA MILITAR E O ENSINO DE HISTÓRIA

“O verdadeiro ensinamento pode ser terrivelmente perigoso [...] Ensinar sem uma grave apreensão, sem uma reverência perturbada pelos riscos envolvidos, é uma frivolidade. Fazê-lo sem considerar as possíveis consequências individuais e sociais é cegueira. O grande ensino é aquele que desperta dúvidas, que encoraja a dissidência, que prepara o aluno para a partida [...]”
(Steiner, 2005)

3.1 Ensino de história

Nas escolas europeias, no século XVI, o acesso a conteúdos históricos ocorria por meio dos autores clássicos greco-romanos, tais como Tito Lívio, Tucídides, Xenofante etc. O estudo das humanidades visava ofertar uma formação plena ao indivíduo, ademais “[...] a essa concepção inicial, os educadores cristãos introduziram um outro conceito às Humanidades situando-a como base para uma formação centrada nos estudos das escrituras cristãs” (Bittencourt, 2018, p. 128). A História, então, não se constituía como uma disciplina escolar autônoma, pois os autores foram cristianizados, sendo os excertos desses textos utilizados nos métodos de leitura e na formação de bons oradores para atuarem no clero.

A educação escolar na Colônia Portuguesa foi realizada majoritariamente pelos clérigos da Companhia de Jesus, que aportaram no Brasil em 1549. Tinham como objetivo a evangelização dos indígenas, em um contexto no qual a Europa punha em prática a Contrarreforma. A ordem religiosa, que atuou no Brasil Colônia sem maiores interferências do Estado Português, criou aldeamentos em diversas localidades da extensa colônia, onde desenvolvia, além da catequização dos indígenas, atividades agrícolas e artesanais. Nos colégios jesuítas na colônia, os alunos também recebiam formação humanística para ingressarem em universidades metropolitanas.

Assim como ocorria na Europa, na colônia o ensino de História ocorria por meio dos clássicos, para atender, porém, a outros objetivos. Bittencourt (2018, p. 129) afirma que o estudo dos autores antigos “[...] serviu, mais fortemente que na Europa, como meio de seleção social das elites do que efetivamente como fundamento para o estudo da cultura letrada”. Os textos eram direcionados para serem aplicados ao contexto colonial, ou seja, para justificar práticas como a escravidão.

Durante o período em que Marques de Pombal esteve no poder, no século XVIII, foram realizadas diversas reformas, influenciadas pelo movimento da Ilustração. Para levar a cabo o projeto de modernização do estado português e, desse modo, fazer frente às mudanças que estavam ocorrendo em várias nações europeias, a educação também sofreu significativas mudanças. Na área educacional, o principal objetivo do primeiro ministro era formar uma burocracia estatal. O período foi marcado também pelo ensino escolar em língua materna e os mestres se colocam a serviço do estado e não mais da igreja, assim o ensino de História caminhou para uma incipiente autonomia. Nesse contexto, os textos clássicos passaram a ter outra função pedagógica. (Bittencourt, 2018)

Conforme aponta Fonseca (2004, p. 40),

[...] a Universidade de Coimbra passou por expressiva reorganização, por meio da qual foram revistos métodos, currículos, criadas faculdades e estabelecimentos anexos, observando-se sempre o “espírito moderno” que movia as reformas. Buscava-se estimular e difundir a formação técnica e científica que pudesse contribuir para o desenvolvimento econômico, sem, contudo, negligenciar-se a formação jurídica, central para o funcionamento de um Estado fortemente legislador e fiscalizador.

Com o objetivo de assegurar o projeto, foram padronizados os currículos e os manuais didáticos passaram a ser controlados pela Real Mesa Censória, tarefa que antes era realizada pela Inquisição. A Companhia de Jesus, que serviu muito bem aos interesses da propagação da fé cristã e para a efetivação do projeto colonizador no novo mundo, chocou-se com a secularização e, por esse e outros motivos, foi expulsa do Império Português. As humanidades foram reformuladas, então, para atender a outra função pedagógica (Bittencourt, 2018, p. 129).

Em relação ao ensino de História na Colônia Portuguesa, Bittencourt (2018), ao analisar os currículos do Seminário de Olinda inspirado em autores iluministas, ressalta que é possível identificar uma introdução ao estudo de História e uma noção de cronologia, entretanto esse ensino estava atrelado ao Ensino de Língua da Pátria. A partir disso, criou-se a concepção de narrativa cronológica, fundamental para a historiografia das novas nações.

O início do século XIX foi marcado pela independência do Brasil e a consequente formação do Estado Nacional Brasileiro. O quadro político para atuar nas diversas esferas do império, que deveria elaborar projetos em todas as áreas, inclusive no âmbito educacional, foi formado pela elite aristocrática, ou seja, ricos fazendeiros e comerciantes, muitos deles religiosos seculares. (Bittencourt, 2018)

Entre diversas propostas, destaca-se a de Januário da Cunha Barbosa, apresentada ao parlamento em 1826, na qual pensava-se na questão do ensino secundário, com base em um

liberalismo conservador. A proposta possuía um caráter cronológico, dava relevância aos fatos políticos e supervalorizava o feito dos notáveis.

Nesse sentido, “[...] o debate em torno do que deveria ser ensinado nas escolas, e como isso seria feito, expressava, de certa forma, os enfrentamentos políticos e sociais que ocorriam então no Brasil, envolvendo os liberais e os conservadores, o Estado e a Igreja” (Fonseca, 2004, p. 43).

A História se constitui como disciplina escolar no período Imperial com dificuldades (Fonseca, 2004; Bittencourt, 2018) devido ao seu caráter preparatório, uma vez que algumas faculdades passaram a exigir tais conhecimentos para admitir os egressos. “Essa condição avaliativa imprimiu uma cultura educacional que tem controlado a seleção de conteúdos e métodos das escolas públicas e particulares secundárias até os dias atuais”.

O final do século XIX foi marcado pela emergência do período republicano no Brasil. A elite se renovou surgindo assim novos donos poder e a ideia de civilização passou a figurar como conceito fundamental no Ensino de História. As concepções do historiador francês Charles Seignobos atenderam aos anseios das elites brasileiras, que acreditavam que o Brasil tinha como vocação a agricultura voltada para a exportação. A jovem república estava assim predestinada ao “progresso”, por ser herdeira da “civilização europeia”.

Nesse período, surgiram novas propostas curriculares e materiais didáticos, entretanto “[...] mantinham, em essência, o método catequético do humanismo clássico com as práticas do “aprender de cor” as causas e os efeitos dos diferentes acontecimentos realizados sempre pelos poderosos representantes do Estado, da Igreja ou do poder dos grandes proprietários”. (Bittencourt, 2018, p. 137).

Sobre as primeiras décadas do século XX, Fonseca (2004, p. 50) ressalta que:

[...] é importante destacar uma preocupação mais evidente com os métodos empregados. Prova disso são os numerosos textos de orientação publicados nos livros didáticos e destinados aos professores e estudantes, sobre a melhor forma e os melhores recursos para se obter os resultados esperados, em função dos objetivos definidos para o ensino de História.

Ao analisar os livros didáticos do início do século XX, Fonseca (2004) corrobora as ideias de Bittencourt (2018) ao destacar que o ensino de História era indispensável na “[...] formação de um cidadão adaptado à ordem social e política vigente” (Fonseca, 2004, p. 50). Assim como no Brasil, na constituição da III República Francesa, “[...] os republicanos contavam com a história para desenvolver o patriotismo e a adesão às instituições” (Prost, 2008, p. 27) nas crianças no ensino fundamental.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos criou o Ministério da Educação e Saúde. Pela primeira vez ocorreu a centralização política da educação e o currículo passou a ser uniformizado nacionalmente. O caráter propedêutico do ensino de História ainda era uma marca, uma vez que:

[..] embora houvesse indicações de mudanças metodológicas estas não se concretizaram, dentre outras razões, pelo crescente número de alunos que ingressaram no ginásio ao se tornar uma etapa obrigatória para alunos que desejassem cursar as Faculdades (Bittencourt, 2018, p. 137).

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a divulgação dos horrores cometidos durante o período, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propôs a difusão de um ensino de “História para a paz”. Nesse período, as relações internacionais passaram por novas redefinições políticas e ideológicas.

A década de 1950 foi marcada pela criação de cursos de História em nível superior com a preocupação de formar professores familiarizados com o conhecimento produzido na academia. Esse momento foi marcado pelo anseio por mudanças.

Mas além da revisão dos conteúdos, também tiveram início propostas de novos métodos de ensino a serem introduzidos em escolas públicas secundárias que se multiplicavam e se transformavam com a presença de novos grupos sociais. Havia preocupação em construir projetos que articulassem, portanto uma expansão quantitativa aliada a uma de caráter qualitativo para tornar possível métodos instrucionais para métodos de aprendizagem e foram criadas escolas experimentais nas quais era fundamental sedimentar uma educação que superasse os limites do “mundo da instrução” e se voltasse para o “mundo do estudo” (Bittencourt, 2018, p. 140).

Na década de 1950 e 1960, a educação passava pelo cunho nacional-desenvolvimentista, e com a penetração americana, fortalecia-se nos currículos a disciplina História da América, especificamente a História dos Estados Unidos.

No ensino elementar centravam-se no desenvolvimento da ideia dos círculos concêntricos, indicando o predomínio de um discurso de homogeneização, de educação para o trabalho, de um preparo voltado para o advento do mundo urbano e industrial. No nível secundário foram propostos estudos econômicos baseados nos “modos de produção”, sob a influência da historiografia marxista, como os do grupo que lançou uma produção didática chamada História Nova, com uma abordagem histórica que enfatizava as transformações econômicas e os conflitos entre as classes sociais, em detrimento da história tradicional que valorizava o político e a trajetória vitoriosa da classe burguesa na consolidação harmoniosa do mundo moderno. Nas escolas primárias, apesar das propostas de Estudos Sociais, prevaleciam os conhecimentos históricos baseados nas festividades cívicas, e nas séries finais preparavam-se os alunos com resumos da História colonial, imperial e republicana para atender ao programa dos exames de admissão (Brasil, 1997, p. 22).

Desse modo, uma possível renovação no ensino de História foi impossibilitada devido ao golpe militar que destituiu o presidente eleito João Goulart. A instituição do novo regime em 1964 significou uma barreira para mudanças na área educacional. É conhecido o caso de repressão aos integrantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que haviam produzido e lançado no mês anterior ao golpe a coletânea História Nova do Brasil. Intelectuais ligados ao centro de estudos foram presos e submetidos a torturas. (Bittencourt, 2018)

Em consonância com Bittencourt (2018), Fonseca (2018) esclarece que algumas características tradicionais do ensino de História foram agudizadas após o golpe de 1964, uma vez que

[...] no que diz respeito às concepções de História inerentes a esse ensino, não houve grandes transformações, tendo permanecido a herança tradicional, de longa data, a orientá-lo. Isso significa que as diretrizes norteadoras dessa concepção de História permaneceram na formação de milhares de jovens, enfatizando-se os fatos políticos e as biografias dos “brasileiros célebres”, entre os quais figuravam os principais personagens do novo regime (Fonseca, 2004, p. 55-56).

A continuidade de elementos tradicionais no ensino de história favoreceu a ditadura “[...] na medida em que apresentava o quadro de uma sociedade hierarquizada, cuja vida seria conduzida de cima para baixo e em que a ordem seria uma máxima a ser seguida pelos seus membros” (Fonseca, 2008, p. 56).

Os cursos de formação de professores, os quais eram considerados subversivos em potencial, sofreram medidas de restrição. Foi introduzido no ensino universitário a disciplina de “Estudos dos Problemas Brasileiros”. A História e a Geografia fundiram-se e deram origem à disciplina de Estudos Sociais, que, junto com a Educação Moral e Cívica, pretendiam requerer uma visão harmoniosa da sociedade. Conceitos genéricos de História, Geografia e Filosofia eram diluídos na disciplina de Estudos Sociais para que o aluno “[...] localizasse e interpretasse fatos sociais, não de maneira analítica e reflexiva, mas deformando a História como campo de saber” (Fonseca, 2008, p. 58).

Nesse sentido, no momento em que ocorriam as tensões políticas, desencadearam-se movimentos conservadores que culminariam com a imposição de algumas disciplinas. O ensino de História foi o alvo de desconfiança, devendo ser extinto e substituído pelos Estudos Sociais e disciplinas indubitavelmente ideológicas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

O ensino de História da América foi proibido por se caracterizar como subversivo e como um ato suspeito que deveria ser evitado para alunos mais jovens, os quais poderiam ser

manipuláveis, devido ao fato de estudarem temas ditos “perigosos”, tais como a Revolução Cubana e as ditaduras militares, principalmente as do Cone Sul.

Conforme Kalil-Alves e Oliveira (2011, p. 290), o controle do ensino de História da América se agravou pós instauração do AI 5, que instituiu poderes exacerbados ao Poder Executivo, por meio do Decreto 65.814 de 1969, que previa:

No artigo 1º - Efetuar a revisão dos textos adotados para o ensino em seus respectivos países, a fim de depurá-los de tudo quanto possa excitar, no ânimo desprevenido da juventude, a aversão a qualquer povo americano (...)

No artigo 3º - Fomente em cada uma das Repúblicas americanas o ensino de história das demais;

Procure que os programas de ensino e os Textos de História não contenham apreciações hostis para outros Países ou erros que tenham sido evidenciados pela crítica;

Não julguem com ódio ou adulterem os feitos na narração de guerras ou batalhas cujo resultado haja sido adverso, e destaque tudo quanto possa contribuir construtivamente à inteligência e cooperação dos países americanos (Fonseca, 1993, p. 43).

As disciplinas de História e Geografia foram substituídas pelos Estudos Sociais, que traziam um caráter do projeto nacionalista, enquanto no Ensino Secundário se fortalecia a História da América, uma vez que a presença americana estava ativa na economia brasileira. Nessa ótica, as disciplinas de História e Geografia foram ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista justificando o projeto nacional organizado pelo governo militar.

Diante disso, como a formação crítica não era o objetivo do governo e o ensino de História dava esse embasamento teórico para observar as injustiças que cercam o cidadão e que ele seria capaz de transformar a história, os Estudos Sociais vieram atender plenamente ao que pretendia o governo, pois o professor seria submetido a um ensino generalizante e superficial que o conduziria à reprodução sem qualquer envolvimento e compreensão da realidade que o cercava.

O professor idealizado para produzir esse tipo de ensino deverá, portanto, ser submetido a um treinamento generalizante e superficial, o que conduzirá fatalmente a uma deformação e a um esvaziamento de seu instrumental científico. Não há que pensar em fornecer-lhe elementos que lhe permitam analisar e compreender a realidade que o cerca. Ele também não precisa refletir e pensar, deve apenas aprender a transmitir. (Fonseca, 1993, p. 28)

A disciplina de História passou por transformações decorrentes da Ditadura, restringindo assuntos quando tratavam sobre a atual política do país. O programa curricular imposto pelo governo impunha um ensino direcionado, positivista, no qual a História aparecia como uma sucessão linear de fatos considerados significativos pelo regime, os quais eram predominantemente políticos e militares, enfocando os “grandes vultos”

Cabe ressaltar que os professores também foram um dos alvos de vigilância, pois deveriam ensinar o que era proposto pelo governo, assim foram criados os guias curriculares, conhecidos como “verdão”¹⁴. O processo era absolutamente dirigido, os guias tinham o título de “Subsídios curriculares para...”, os quais norteavam a elaboração dos planejamentos escolares (Fonseca, 1993).

Em 1976, o Ministério da Educação, instituiu a portaria n. 790, por meio da qual determinava que somente os profissionais formados em Estudos Sociais poderiam ministrar aulas de Estudos Sociais para o 1º grau, enquanto os professores de História e Geografia atuariam apenas no 2º grau, fato que influenciou os profissionais de História a ingressar nos cursos de Graduação em Estudos Sociais (Baraglio, 2011).

Essa medida possibilitou a formação de profissionais menos qualificados, cuja função seria somente a de suprir a necessidade de mão de obra, sendo meros reprodutores de conteúdo, e não contestadores das ações do governo, conseqüentemente formariam também cidadãos sem a capacidade de protestar.

Caberia então aos professores a tarefa de passar os conteúdos pré-selecionados pelo governo e, ao aluno, recebê-los. Os professores universitários que formulavam o currículo que era aplicado no ensino fundamental e médio passaram a organizar os livros didáticos, assim tiraram a autonomia do professor da sala de aula.

Os profissionais de educação formados nos cursos de licenciatura em Estudos Sociais eram autodidatas, construíam um conhecimento global dos conteúdos que deviam ministrar. Porém, se sabe que eles não estariam bem preparados como os professores formados em cursos regulares de História, o que os levava a ter os livros didáticos como material essencial, seguia a risca os conteúdos selecionados pelos autores, reproduzindo uma história factual, alicerçada no estudo de grandes feitos, construindo a figura de heróis e memorização de datas. Essas práticas pedagógicas constituíam uma forma mascarada da intervenção do Estado no processo de formação dos alunos. Por conseguinte se pode constatar que a escolha dos professores de Estudos Sociais para lecionar no Ensino de 1º grau não foi por acaso (Baraglio, 2011, p. 1).

Nesse sentido, o entendimento da disciplina não ficou evidente para alguns professores, e também não houve preparo específico para tal, deixando à margem diferentes conceituações da proposta.

Em 1987, a disciplina de Estudos Sociais foi eliminada mediante a deliberação 004/87 do Conselho Estadual de Educação (CEE). Essa deliberação trouxe de volta as disciplinas de História e Geografia às grades curriculares de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. A partir

¹⁴ Os guias recebiam esse nome por ser de capa verde ou por estar diretamente ligados ao militarismo.

dos anos 90, surge um novo contexto neoliberal-conservador, retirando a disciplina de Estudos Sociais da grade das quatro primeiras séries iniciais e extinguindo de vez a disciplina.

a América Latina, países como Argentina, Brasil e México estavam desenvolvendo pesquisas na área, iniciados em momentos distintos. No México “[...] faz aproximadamente 20 anos que o ensino de história encontrou também um impulso significativo e incipiente”¹⁵. (Plá, 2012, p. 163).

Ao analisar a relação entre pesquisa e ensino de História, Plá (2012) destaca a lógica binária entre o trabalho profissional a partir da perspectiva de Derrida (2005), ou seja, a investigação histórica e o ensino de história. A partir dessa perspectiva, a pesquisa histórica fica ao centro e à margem situa-se o ensino de História para que esta fique dependente daquela por ser considerado um meio de transmissão de resultados. (Plá, 2012).

Desse modo, a partir do pensamento de Certeau (2010), o lugar social onde se iniciou o trabalho do historiador, ou seja, em universidades europeias no século XIX, repercute o que deve ser considerado pesquisa histórica ou não, sendo assim “[...] as condições do lugar social determinam para onde o historiador olha e os regulamentos internos de como ele deve fazê-lo”¹⁶ (Plá, 2012, p. 165).

Assim, a concepção desse lugar social, a partir da luz de uma pretensa neutralidade, acarretou a desvalorização do ensino de História enquanto prática profissional e sua negação como objeto de pesquisa.

O conhecimento histórico produzido na escola está vinculado à historiografia acadêmica, porém possui as suas próprias lógicas e o seu lugar de produção. A instituição escolar deixa as suas marcas na produção do seu conhecimento a partir de suas normas e de sua rotina, assim como na atuação docente e na participação discente (Plá, 2012).

Da mesma forma, o passado, ou melhor, os passados que disputam um lugar hegemônico nas salas de aula provêm de múltiplas fontes, como metanarrativas nacionais, correntes historiográficas, memórias coletivas, histórias locais, culturas juvenis e tradições docentes, entre outras”¹⁷ (Plá, 2012, p. 166).

Ressalta-se que, embora a produção do saber histórico ocorra de modo distinto na sala de aula, o docente precisa de uma boa formação acadêmica na área de História. O processo de

¹⁵ “[...] hace aproximadamente 20 años, la enseñanza de la historia encontro también um impulso significativo e incipiente”.

¹⁶ “[...] las condiciones del lugar social determinan desde donde mira el historiador y la normativa interna de como debe hacerlo”.

¹⁷ Asimismo el pasado o más bien los passados que se disputan um lugar hegemónico en las aulas proceden de múltiples fuentes, como los metarrelatos nacionales, corrientes historiográficas, memorias colectivas, historias locales, culturas juveniles y tradiciones docentes entre otros

produção do conhecimento histórico escolar possui especificidades epistemológicas que variam de acordo com o seu contexto.

Ao analisar as narrativas em aulas de História no tempo presente, Monteiro (2015), destaca que os docentes imprimem noções de causalidade nessas narrativas. Ressalta-se que a produção do conhecimento escolar possui um caráter híbrido, ou seja, construído a partir de fontes diversas como revistas históricas, filmes, documentários e também a partir das contribuições/diálogos com os alunos.

Não basta conhecer a matéria para ensinar. É preciso compreender a estrutura da matéria a ser ensinada e qual o objetivo de se estar ensinando isso, e não outra coisa, para poder transformar o conhecimento a ser ensinado em uma forma própria que possibilite a compreensão de acordo com os objetivos e os alunos envolvidos (Monteiro, 2015, p. 179).

Abordar o ensino de história como lugar de fronteira, enquanto prática de ensino ou objeto de pesquisa, significa dialogar com novas possibilidades e saberes outros que possibilitem novas descobertas. “A fronteira é lugar onde são demarcadas diferenças, mas onde também é possível produzir aproximações, diálogos, ou distanciamento entre culturas que entram em contato” (Monteiro; Penna, 2011, p. 194).

Ao analisar trechos da aula de um professor de História à luz de estudos da retórica, considerando também os estudos de Ricouer (1994) referentes a narrativa histórica, Monteiro e Penna (2011) evidenciam que o docente em sua prática promove a reconstrução de conceitos por meio de correções, partindo da realidade cultural do aluno.

A partir da contribuição de teóricos do campo da retórica, Monteiro e Penna (2011), ao analisar as narrativas de um professor de História, mostrou que o docente lança mão de uma técnica discursiva chamada argumento de autoridade, na qual se utilizam argumentos influenciados pelo prestígio. “É importante destacar que o argumento de autoridade é uma forma muito utilizada para explicar algo na cultura escolar – o auditório não é constituído por seus pares e sim pelos alunos que estão ali para aprender” (Monteiro, Penna, 2011, p. 202). Outros recursos observados nas aulas durante pesquisas foram a ilustração, o exemplo e a comparação.

Com a crise da ditadura, as lutas sociais e os movimentos grevistas dos professores, a Associação Nacional de História (ANPUH) estava engajada para a retomada da disciplina de História. Após o processo de redemocratização, os conteúdos ministrados começaram a ser questionados, por isso a mudança era inevitável e, para efetivar novas reformas, foi verificado o público escolar e sua diferenciação econômica e social (Cerri, 2003).

A partir de 1980, o significado da luta era em torno do contexto político. As propostas de História romperam com a linearidade do tempo do progresso e a opção por proposta para o ensino de história temática ou pela história baseada nas periodizações tradicionais não atingiram apenas as questões metodológicas, pois envolveram uma revisão do conteúdo (Siqueira; Souza, 2003).

Desse modo, para compreender a História, o educando deveria dominar a noção de tempo histórico, porém ocorreu que, no desenrolar da disciplina, as atividades tinham uma visão linear e progressiva dos acontecimentos, o que acabava limitando o aluno na organização do tempo cronológico e de sucessão como datações e calendário.

Dessa forma, começou-se a discutir o retorno das disciplinas de História e da Geografia ao currículo escolar, a princípio para as séries iniciais de escolarização, iniciando com História Crítica, com o intuito de desmistificação das ideologias, fazendo com o que o aluno adquirisse um senso crítico para discernir as manipulações dos meios de comunicação de massas e da sociedade de consumo (Cerri, 2003).

A partir dos anos 1990, o governo de FHC implementou novas políticas educacionais, extinguindo as disciplinas EMC e OSPB, e ainda publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), gerando profundas mudanças na disciplina de História. O ensino passou a ser ligado normalmente ao livro didático. Assim, evidenciaram-se duas propostas para o ensino de História: a História temática, na qual os conteúdos eram divididos por eixos temáticos de acordo com a série e a maturidade do aluno, ou por ciclo e a História integrada, cuja divisão era a História do Brasil e a História Geral (Durham, 1999).

Nos anos 2000, a História tradicional já não era abordada nas escolas, pois buscava-se uma pedagogia em que a História não fosse meramente reproduzida, mas fosse utilizada como um instrumento de transformação social.

Surgem propostas para um ensino discursivo, onde o aluno é ativo no processo de construção do conhecimento, e se sente sujeito crítico, é aí que apontam a história como formadora de cidadãos críticos, capaz de fazer o aluno compreender o presente através do passado e sentir-se um sujeito capaz de mudar a realidade, ou seja, o ensino de história se singularizava na transmissão do conhecimento do professor e apreensão do aluno (Siqueira; Souza, 2003, p.6)

Segundo Fonseca (2003), o conteúdo da História ensinada assumiu diferentes imagens nos diversos espaços onde se processam os debates, as discussões e as reformulações, visando revalorizá-la como campo de saber autônomo fundamental para a formação do pensamento dos cidadãos.

Dessa forma, observa que o ensino de História em sua trajetória foi atravessado por interesses dos grupos hegemônicos, por meio de condicionantes políticos, sociais e econômicos. Com isso, serviu, dentro de períodos da História do Brasil, para legitimar o projeto político nacional, burguês e moderno. Dentro desse contexto está a escola, a qual possui a sua própria dinâmica e a sua cultura escolar. Assim, em algumas instituições ainda o aluno permanece atrelado ao uso do livro didático, que algumas vezes retrata sempre grandes heróis, datas importantes e fatos políticos, constituindo-se esse ensino em uma visão linear.

Entretanto, também foi possível observar que a prática docente possui a sua própria epistemologia, ou seja, está relacionada com o conhecimento acadêmico, mas não se reduz a uma simples transposição didática, portanto o papel do professor é essencial nesse processo, pois é ele que fará o elo com o aluno, sendo assim a sua metodologia poderá ser capaz de mudar o cenário.

3.2 O uso de jornais em sala de aula como recurso pedagógico

A potencialidade dos periódicos enquanto objeto, fonte de pesquisa e também como recurso didático é alvo de debates entre especialistas que estudam a imprensa e o ensino de história. O trabalho “Fontes impressas: História dos e por meio dos periódicos” (2008), de Tania Regina de Luca, oferece subsídios teórico-metodológicos para lidar com a fonte desta pesquisa. Os trabalhos de Selva Guimarães (2012) e Circe Bittencourt (2018) contribuirão na medida em que oferecem elementos para pensar o uso de fontes históricas em contexto escolar.

Segundo a historiadora Tania de Luca (2008), na segunda metade do século XX, os historiadores passaram a se preocupar com novos problemas relacionados com a história das mulheres, das crianças, das mentalidades, enfim, com uma variedade de assuntos antes não estudados. Surgiram também novos sujeitos na historiografia e “os de baixo” passaram a chamar a atenção dos pesquisadores. A ciência histórica passou a dialogar com outras áreas do conhecimento como a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, a Linguística, a Semântica, entre outras, intercâmbio esse que propiciou uma renovação no arcabouço teórico-metodológico da História e tornou as suas fronteiras imprecisas.

O pesquisador que busca trabalhar com a imprensa como objeto de análise e/ou fonte de pesquisa deverá estar atento à materialidade do jornal escolhido. Nesse sentido, ainda segundo a autora, deverá ser observado o papel utilizado na produção do periódico, a presença ou a ausência de imagens, entre outros elementos que conformam a aparência da publicação.

Essas características não possuem nada de natural e auxiliam o historiador a compreender “[...] as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (Luca, 2008, p. 132).

O polêmico debate sobre a questão da objetividade e da neutralidade do conteúdo que se publica na imprensa não contribui para o trabalho do historiador. Essa questão foi superada e hoje admite-se que “[...] à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (Luca, 2008, p. 139).

Ao se dedicar à análise de periódicos, o pesquisador deve realizar uma série de indagações. Quais foram os motivos para se publicar determinado assunto? Em qual local aparece? A notícia vem acompanhada de fotografias? Existe recorrência no assunto? A forma como a notícia está disposta no jornal e os recursos gráficos utilizados interferem na interpretação da mensagem. A linguagem utilizada e a preferência em tratar alguns assuntos indica o público alvo do jornal. Deve-se levar em conta ainda que

[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (Luca, 2008, p. 140).

Desse modo, depreende-se dessa ideia a importância em conhecer a linha editorial do jornal, um caminho para compreender as percepções do passado e o que se projeta para o futuro. Os anúncios, importante fonte de receita, possibilitam a compreensão de vários aspectos de uma sociedade relacionados à moda, ao comportamento, à relação de gênero, entre outros.

Conforme aponta Luca (2008), não é possível estabelecer um modelo fechado para o tratamento da fonte impressa, devido à sua variedade e às múltiplas possibilidades de pesquisa. Entretanto, a autora produziu uma lista de procedimentos para auxiliar os novos pesquisadores na lida com fontes impressas, conforme ilustra o quadro a seguir.

Quadro 4 – Procedimentos com fontes impressas

Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série.
Localizar as publicações na história da imprensa.

Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade).
Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo.
Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação.
Caracterizar o grupo responsável pela publicação.
Identificar os principais colaboradores.
Identificar o público a que se destinava.
Identificar as fontes de receita.
Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Fonte: Luca (2008) (Adaptado pelo autor)

Uma série de fontes, inclusive as impressas, foram por muito tempo ignoradas pelos historiadores na produção historiográfica e também pelos professores em sua prática pedagógica. Essa ausência das fontes na prática docente não é mais admissível, pois “[...] com o avanço tecnológico ao longo do século XX, a universalização da educação, da capacidade de leitura, a imprensa periódica tornou-se um dos principais meios de (in)formação dos povos.” (Guimarães, 2012, p. 335).

As reflexões de Guimarães (2012) contribuem para a análise e o uso das fontes históricas em sala de aula. Para a autora, é necessário levar em consideração o lugar social em que está inserido o meio de comunicação. A notícia é um produto cultural, uma mercadoria, cujo objetivo principal é ser comercializada para gerar lucro. Essa interpretação do fato que chega ao leitor passa por tratamento para atender “[...] os interesses de quem tem o poder de produzi-lo e vendê-lo à população” (Guimarães, 2012, p. 335). A notícia é uma representação e “[...] cria imagens do real: seletivas, limitadas, fragmentadas e, ao mesmo tempo, carregadas de pistas e dados que facilitam a busca de explicitações da realidade” (Guimarães, 2012, p.335), sendo assim, não é neutra e/ou imparcial.

Diversas são as justificativas para o uso de periódicos nas aulas de História. Uma delas diz respeito à possibilidade de tornar o ensino da disciplina escolar mais atrativo, possibilitando, assim, que o estudante se aproxime do passado. Nesse caso, a aprendizagem não se reduziria a um processo decorativo de datas, nomes e fatos. As fontes impressas

[...] permitem o acesso a dados estatísticos, indicadores de diversos aspectos da realidade, e a reconstituição histórica de fatos, sobretudo do nosso passado recente. Apresenta imagens fotográficas, charges, histórias em quadrinhos, crônicas, mapas, textos literários, poesias, canções, dossiês sobre diversos temas (objetos do ensino de História) (Guimarães, 2012, p. 337).

Outra importante contribuição do uso de jornais em sala de aula é a formação de leitores críticos. Em texto que trata sobre esta questão, Moacir Gadotti (2007), afirma que

[...] cabe aos educadores críticos e comprometidos com os princípios de uma educação libertadora a tarefa permanente de denunciar os limites com que as mídias apresentam e representam a realidade”. Como já mencionado, “o que as mídias nos mostram são mediações e não a realidade. São representações e não a verdade (Gadotti, 2007, p. 39).

Nessa perspectiva, levar o jornal para a sala de aula, mesmo que a edição seja de um outro período, abre a possibilidade para que o estudante aprenda a interpretar de modo crítico as notícias do/no presente, pois, ao analisar um determinado tema da História, o aluno, com a mediação do professor, tem a oportunidade de compreender

[...] que há uma gramática do texto jornalístico que dá destaques diferenciados à folha de papel que está à sua frente: a coluna da direita, da esquerda, o que está embaixo, em fonte 10, o que está em cima, em fonte 16, etc. Tudo isso orienta a leitura, conduz o leitor menos crítico para uma determinada compreensão do texto lido (Gadotti, 2007, p. 41).

Assim, ao docente da Educação Básica, que lança mão do uso de fontes históricas em suas aulas, recomenda-se a reflexão sobre os objetivos que se buscam atingir. Dessa forma, o professor precisa se ater ao fato de não estar contribuindo para a formação de um “pequeno historiador”. Diferentemente de uma situação escolar, o historiador profissional utiliza a fonte histórica como matéria-prima para o seu ofício – a pesquisa e a produção historiográfica – e, inclusive, possui conhecimentos prévios sobre a fonte e o objeto de pesquisa (Bittencourt, 2018).

Portanto, considera-se que as fontes históricas precisam ser empregadas em sala de aula, sob vários critérios, tais como: a definição dos objetivos, a faixa etária dos estudantes, o

momento de inseri-las na aula, entre outros (Bittencourt, 2018). Sendo assim, consideramos o jornal *Correio do Estado*, enquanto documento, uma interessante ferramenta pedagógica para se debater o período ditatorial e a hegemonia presente vigorando dentro de um Estado.

3.3 Produto Final – Cartilha “Compreendendo a Ditadura Militar pelas páginas do *Correio do Estado*”

No tópico anterior, pôde-se verificar que o ensino de História passou por várias transformações ao longo dos anos no sentido de fornecer aos alunos alternativas para que o ensino-aprendizagem seja efetuado de maneira eficaz e comprometido com a formação integral desse estudante.

Assim, estimular nos alunos o interesse pela História torna-se uma grande responsabilidade, para a qual é necessária a utilização de diversas fontes materiais e imateriais, além de diferentes métodos para que ocorra o aprendizado de novos conhecimentos.

Nessa ótica, foi pensada uma proposta de Cartilha, buscando auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e promover o pensamento crítico deles. Desse modo, a cartilha “Compreendendo a Ditadura Militar pelas páginas do *Correio do Estado* tem como objetivo fornecer um subsídio didático para trabalhar o conteúdo sobre a Ditadura Militar na disciplina de História sob um viés regional.

3.3.1 Público alvo e Currículo

As mudanças voltadas para a melhoria do ensino passaram a ser construídas em conformidade com as dinâmicas existentes em nosso país. Nessa ótica, a Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual busca ser um instrumento norteador para os currículos dos sistemas e redes de ensino, além de propor estratégias pedagógicas às escolas públicas e privadas em todo o Brasil.¹⁸

¹⁸ São mais de 190 mil escolas de Educação Básica no país espalhadas de Norte a Sul, públicas e particulares. A BNCC é um documento que norteia Áreas de Conhecimento tanto na Matemática, nas Linguagens, Ciências da Natureza e sobretudo na Humana. Há a possibilidade de problematizar questões com tais, ou que são passados são meros fatos. A quem interessa como é posto no currículo e nos livros didáticos e como devem ser repassados aos

De acordo com a BNCC, a área de Ciências Humanas contribui para que os alunos desenvolvam o raciocínio espaço-temporal,

O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, intérprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente (Brasil, 2018, p. 353).

Desse modo, o desenvolvimento desse raciocínio contribui para que o aluno amplie sua capacidade de compreender o momento histórico, desenvolvendo o “pensamento histórico”, como cita Pagès (2009, p. 10): “[...] o pensamento histórico se desenvolve quando o alunado enfrenta um problema [...] saber formular perguntas, saber sintetizar”.

Ademais, a quinta competência exposta na BNCC é que o aluno possa “Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados” (Brasil, 2018, p. 357).

Nesse viés, compreende-se que o passado deve dialogar com o tempo atual e, para tal, é fundamental que os alunos tenham acesso a uma gama de materiais que possam utilizar para compreender essa noção da temporalidade e as relações e os desdobramentos políticos, econômicos e sociais que surgiram de determinada época.

Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. Por meio dessa prática, docentes e discentes poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem, assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental (Brasil, 2018, p. 378).

Assim, considera-se que utilizar diferentes fontes históricas, sejam elas materiais ou imateriais, estimulando os alunos no processo de interpretação e análise de um objeto poderá despertar a construção do pensamento histórico.

Desse modo, compreende-se o aluno ativo no processo de construção do conhecimento e capaz de se posicionar como um sujeito crítico e, nesse sentido a História pode ser apontada

alunos? Logo, a BNCC, como outros documentos norteadores anteriores como os Parâmetros Curriculares Comum (PCNs) devem ser analisados como toda a sua complexidade na sua prática. Não há como homogeneizar saberes em um país tão extenso, em que há uma diversidade. Indaga-se: A padronização é interesse de quem? Outro fator é o contexto da Ditadura: Por que ele é repassado dessa forma? A quem interessa? Portanto, deve-se sempre problematizar essas questões (Macedo, 2006; 2014).

como formadora de cidadãos críticos, sendo eficaz para fazer o aluno compreender o presente por meio do passado e sentir-se um sujeito capaz de mudar a realidade (Siqueira; Souza, 2003).

De acordo com a BNCC, a “Ditadura civil militar”, como é cunhada na base, é objeto de conhecimento trabalhado no currículo do 9º ano do Ensino Fundamental II, conforme evidencia o quadro abaixo:

Quadro 5 – Currículo BNCC – 9 Ano EF II

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946	Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência. As questões indígenas e negra e a ditadura.	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura

Fonte: BNCC, 2018 (Adaptado pelo autor).

Desse modo, considerou-se o currículo do ensino de História do Ensino Fundamental II na turma no 9º ano proposto pela Secretaria de Educação do município de Campo Grande/MS (SEMED) como objeto de análise.

Quadro 6 – Currículo SEMED – 9 Ano EF II

Unidades Temáticas	Objetivos de Conhecimento	Noções e Conceitos	Habilidades Relacionadas	Conhecimentos Específicos
Modernização Ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946	- Os anos 1960: revolução cultural? - A ditadura civil-militar e os processos de resistência. - As questões indígenas e negra e a ditadura. - O processo de redemocratização	-Urbanização; Desigualdade social Desigualdades regionais - Revolução Cultural - Ligas Camponesas - Ditadura civil-militar - Resistência pacífica e armada - Guerrilha - Questão indígena e quilombola - Redemocratização - Eleições diretas e indiretas - Direitos fundamentais - Democracia	(CG.EF09HI19.s) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (CG.EF09HI20.s) Discutir os processos de resistência e as	- A cultura brasileira nos anos 1960; - A instabilidade política e a emergência dos militares ao poder a partir de 1964; - As relações entre a ditadura brasileira e as ditaduras latino-americanas da segunda metade do século XX;

			<p>propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (CG.EF09HI21.s)</p> <p>Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. (CG.EF09HI22.s)</p> <p>Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O movimento estudantil no Brasil Pós-1964; - A cultura e a resistência à ditadura; - A resistência pacífica e armada e os “Anos de Chumbo”; - A divisão do estado de Mato Grosso e a criação e a implantação do estado de Mato Grosso do Sul no contexto do Regime Militar; - Os indígenas na Ditadura e os movimentos de resistência associados às causas quilombola e indígena; - O movimento das “Diretas Já!”; - O processo de redemocratização no Brasil;
--	--	--	---	--

Fonte: Semed, 2020.

O currículo da Secretaria Municipal de Educação para o 9º ano do Ensino Fundamental divide-se em Unidades Temáticas, Objetivos de Conhecimento, Noções e Conceitos, Habilidades Relacionadas e Conhecimentos Específicos.

Desse modo, busca-se inicialmente abordar os anos 1960, tendo como objetivo situar o aluno no tempo histórico e na conjuntura política que estava se formando, para depois abordar a Ditadura cívico-militar, apontando os pontos emblemáticos do período: como os anos de chumbo, o movimento estudantil, a cultura e a resistência à ditadura, o processo de redemocratização e o movimento de Diretas Já. Além disso, ressalta a relevância da participação das comunidades quilombolas e indígenas nesse contexto e, sobretudo, o processo divisionista do estado.

3.3.2 Produção metodológica da Cartilha

O recurso didático sobre o período ditatorial não é escasso, longe disso, pois observa-se uma vasta produção de livros, revistas e materiais cinematográficos sobre ele. No entanto, nota-

se que não há um recurso didático que explore essa temática sob o contexto de Mato Grosso, sobretudo o sul de Mato Grosso. Nesse sentido, o objetivo foi produzir uma cartilha que traga os principais fatos da Ditadura Militar, como o golpe e sua instauração no dia 31 de março de 1964, bem como acerca dos governos, dos atos institucionais, anos chumbo, a repressão e os protestos, contemplando em sua estrutura o contexto do período, mas também trazendo as notícias que foram veiculadas no jornal *Correio do Estado*, trazendo esse olhar crítico de como o período ditatorial foi visto/veiculado dentro de uma perspectiva regional.

Dessa forma, a cartilha será dividida em temas centrais, tópicos e subtópicos, trazendo de forma cronológica os principais fatos históricos e memórias da Ditadura, desde o momento do Golpe de 1964 até o movimento das Diretas Já, sendo expostos textos, documentos, fotografias, links e, sobretudo, notícias veiculadas nos jornais de sul de Mato Grosso.

Assim, a cartilha será estrutura da seguinte forma:

Quadro 7 – Estrutura da Cartilha

APRESENTAÇÃO	Contará com uma breve explicação sobre o objetivo e a relevância da Cartilha Como trabalhar com fontes (recortes de jornais) em sala de aula
PARTE 1 TEMA O golpe de 1964, o “perigo vermelho e a onda conservadora”	Abordará, por meio de notícias dos jornais, a queda do então Presidente João Goulart e a implantação do período “Regime Civil-Militar”, o “perigo eminente do comunismo e como a ala conservadora contribuiu para a implantação do militarismo.
PARTE 2 TEMA Os militares e os apoiadores da Ditadura	Evidenciará os governos dos militares Castello Branco (1964-67), Costa e Silva (1967-69), Médici (1969-74), Geisel (1974-79) e Figueiredo (1979-85) e seus apoiadores, grandes empresários, dentro dos grandes jornais, o que impactou como era veiculada as notícias, sobretudo no <i>Correio do Estado</i> .
PARTE 3 TEMA Resistência- Músicas de protesto e Movimento Estudantil	Abordará algumas músicas de protesto como “Pra não dizer que não falei das flores” (Geraldo Vandré, 1967), “Cálice” (Gilberto Gil e Chico Buarque, 1973) e “O bêbado e a equilibrista” (Aldir Blanc e João Bosco, 1975), por meio das quais o professor poderá fazer um trabalho interdisciplinar com a professora de Língua Portuguesa para abordar a questão da metáfora. Além disso, será abordada a atuação do movimento estudantil na Ditadura, seus grupos de contestação, organizações como a União Nacional dos Estudantes, estratégias políticas e expressões culturais, além dos movimentos de contestação figuradas no Jornal <i>Correio do Estado</i> .
PARTE 3 TEMA Repressão e Tortura – Atos Institucionais	Retrará os atos institucionais promulgados durante o Regime Militar, sobretudo o AI-5 e como os jornais o veiculavam.

<p>PARTE 5 TEMA Redemocratização Abertura Lenta e Gradual, Anistia, Diretas Já.</p>	<p>Demonstrará como aconteceu a liberdade de presos políticos da Ditadura e a permissão de retorno de centenas de exilados, cujo slogan era “Anistia ampla, geral e irrestrita!” Desde a Lei da Anistia em 1979 e a abertura ao pluripartidarismo, a Ditadura dava sinais de enfraquecimento. Os movimentos populares e os novos partidos democráticos se lançavam para uma campanha que trouxe multidões às ruas, pedindo as Diretas Já e o fim da Ditadura, como foi veiculado no <i>Correio do Estado</i>.</p>
<p>SUGESTÕES DE ATIVIDADES</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Atividades objetivas 2) Atividades subjetivas 3) Proposta de produção de charges sobre os momentos-chave da Ditadura Militar 4) Proposta de redação “Memória, verdade e justiça: Os anos da Ditadura Militar”. 5) Proposta de Curta Metragem “Retratos da Ditadura” 6) Proposta de um podcast entrevistando uma pessoa que viveu na ditadura.

Fonte: O autor (2024).

Além disso, por meio da cartilha se buscará acrescentar duas partes, que são consideradas essenciais para que ocorra o desenvolvimento crítico do aluno. A primeira parte tratará sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada em 2012, cuja finalidade foi apurar graves violações dos direitos humanos durante o período ditatorial. Assim, os alunos poderão observar como foi instaurada a CNV, a apuração, algumas vítimas e seus depoimentos, bem como as consequências e a atuação do judiciário para os crimes cometidos.

Outra parte de destaque são as sugestões de atividades, na qual são propostas seis atividades entre questões objetivas e subjetivas ou propostas de produção de charges, redação, curtas metragens ou podcast. O professor pode escolher fazer algumas ou todas, de forma individual, em grupo ou até interdisciplinar. Ainda poderá utilizá-las quando finalizar o conteúdo, ou se preferir durante o final de cada temática, ficando livre a sua organização/ planejamento, tornando múltiplas as formas de trabalhar em sala de aula.

Assim, o objetivo da cartilha é que seja de fácil compreensão e acesso, visto que o professor poderá disponibilizá-la na forma impressa ou baixá-la para usar em notebooks ou em celular.

Desse modo, é indispensável que haja uma organização para o uso da cartilha, pois isso irá contribuir para a construção progressiva do conhecimento, alcançando os resultados de forma satisfatória e um aprendizado mais efetivo. Para tal, o professor deve ser o mediador

desse processo, mas o aluno deve ser o corresponsável nesse processo, tornando uma aprendizagem efetiva, conforme salienta Libâneo (1994, p. 250):

O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem também para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades.

Logo, a atuação do professor nunca deve ser unidirecional, uma vez que a interação deve ser estabelecida por meio de seleção e exposição de conteúdos, na qual o educador é um intermediário que irá apresentar esse conteúdo, fazendo com que o aluno possa absorver e assimilar as informações de forma clara, motivando-o para que possa desenvolver o prazer pelo aprender.

Dessa maneira, o professor, além de estar preparado para exercer a prática pedagógica, necessita oferecer a empatia, a confiança e o respeito dos alunos, sendo necessário elevar o nível de reflexão dos estudantes, para que assim eles possam desenvolver-se individualmente. Libâneo (1994, p. 56) complementa:

O ato pedagógico pode ser então definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais tanto no nível do intrapessoal como no nível de influência do meio, interação esta que se configura numa ação exercida sobre os sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. Presume-se aí, a interligação de três elementos: um agente (alguém, um grupo, etc.), uma mensagem transmitida (conteúdos, métodos, habilidades) e um educando (aluno, grupo de alunos, uma geração).

Assim, o professor atua como um agente que visa auxiliar na transmissão do conhecimento, com o propósito de construir o processo educativo, colocando o aluno como sujeito atuante nesse contexto.

Cabe ressaltar que esse material e as atividades constituem-se em um subsídio didático e em nenhum momento pretende-se engessar o professor em sua forma de organização, sistematização ou metodologia, ademais sugere-se que o professor utilize outras fontes de consulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada fase da história do Brasil refere-se à sua herança cultural, refletindo um jogo antagônico de forças conservadores e modernizadores. Assim, os choques são inevitáveis entre a tradição e as novas ondas que vão se formando. Isso exige uma reflexão serena e construtiva, uma vez que se verifica a sociedade com todo o seu desenvolvimento, ou seja, como entidade integrada num sistema político, econômico e social.

Desse modo, ao iniciar a pesquisa e a escolha da temática, juntamente com o *corpus* teórico, surgiram diversos questionamentos e diversas problemáticas para serem tomadas à pesquisa. Primeiramente, foi traçado um percurso diferente de outras dissertações. Optou-se por não traçar um viés cronológico da Ditadura Militar, mas trazer um olhar das obras relacionadas à temática, considerando-se os debates historiográficos tanto no âmbito nacional quanto no regional.

Ainda atinente à temática, foi escolhido o *corpus* suscitando diversos questionamentos, tais como: A quem pertencia o jornal? Quais notícias eram veiculadas? Para qual público era voltado? Era acessível a toda a população do sul de Mato Grosso? Esse jornal circulava em todo o estado? Qual linguagem era utilizada? E, em um segundo momento, mais focado no objeto da pesquisa: Como a notícia sobre o golpe foi veiculada? Qual foi o teor da notícia? A quem interessou? E como se desenrolaram as notícias a partir desse período da Ditadura Militar (o recorte temporal – principais fatos da Ditadura)?

Era necessário também fazer observações sobre a imprensa em relação a como ela traria a questão por se constituir como um mecanismo hegemônico. Embasando na teoria gramsciana, foram tecidas reflexões sobre a imprensa, observando que é possível dizer que, além de informar, ela também se torna um veículo de comunicação capaz de induzir e formar pensamentos, isto é, trazendo, muitas vezes, notícias parciais diante dos acontecimentos, carregadas de ideologias, bem como influenciando diretamente o leitor e seu meio social.

Nessa direção, para aprofundamento do *corpus*, buscou-se obter o acesso ao jornal *Correio do Estado*, um periódico que inicialmente surgiu ligado a um grupo político, a União Democrática Nacional, tendo como fundadores Fernando Corrêa da Costa, José Manuel Fragelli e José Inácio da Costa Moraes. Isto é, o jornal nasceu com um propósito de disseminar notícias com viés partidário, com signo oposicionista. Em seguida, foi dirigido por José Barbosa Rodrigues até sua morte e encontra-se em atividade até os dias de hoje. As notícias eram veiculadas para todo o estado, tinham uma linguagem acessível e eram direcionadas para a população em geral.

No segundo momento, buscou-se caracterizar o cerne da pesquisa, sobre os 21 anos de Ditadura Militar e o posicionamento do jornal durante esse período. Observou-se que a empreitada foi audaciosa: 7000 exemplares. Como se pode perceber, são muitos anos e muitas tiragens, sendo inúmeros os dados para analisar e tudo era, a princípio, considerado significativo, tendo muitas nuances para tecer.

Dessa forma, buscou-se traçar alguns critérios e selecionar as manchetes principais das primeiras páginas de jornais e alguns editoriais que elucidassem a história. Assim, elencou-se essa seleção em três partes: 1) O golpe, os primeiros Atos Institucionais e a posse de Castelo Branco. 2) Empossamento dos presidentes, AI-5, Repressão, Censura e Resistências 3) Redemocratização, Anistia e Diretas já.

Em todas as notícias que foram selecionadas nesses 21 anos, foi observado que todas possuíam um viés pró-ditadura, enaltecendo a deposição do João Goulart, resolutamente contrárias ao comunismo, lançando bases para o civismo e o patriotismo. Até utilizavam analogias como “armas para democracia” para se referirem aos atos institucionais, ou “autêntica revolução” para o golpe, ou seja, legitimavam a cassação de deputados e vereadores, pois estes estavam caminhando “contra a democracia”. Assim, a hegemonia era gerida em vias de consolidação.

Outra conclusão obtida é a de que o jornalismo serviu aos interesses tanto dos proprietários de jornais quanto dos militares, mostrando apenas o projeto “desenvolvimentista” do governo e silenciando os protestos massivos e os atos repressivos que havia nesse período.

Com o processo de redemocratização, observa-se que em muitos momentos o jornal somente difundia a notícia, não expondo sua opinião, silenciando-se em muitos momentos. E, ao final, quando a Ditadura chegou ao fim, o jornal lançou um editorial expressando toda a sua opinião e destacando positivamente todos os pontos de cada um dos “presidentes”.

Ressaltaram-se as qualidades de Castelo Branco, com atuação destacada e “construtiva”, sobretudo no campo das finanças, renovando o sistema tributário e detendo a inflação. Costa e Silva, por seu turno, realizou a Reforma Administrativa; Médici, notabilizou-se por uma política de desenvolvimento, pois ampliou as exportações e atraiu capitais estrangeiros, bem como realizou obras arrojadas como a transamazônicas; e, por fim, Geisel ampliou o campo de ação da Petrobrás. No final das contas, o balanço geral do *Correio do Estado* era altamente elogioso: tratava-se de um período de “extenso progresso” para o país.

Desse modo, foi possível compreender a posição política do jornal: um mecanismo hegemônico favorável politicamente à Ditadura Militar. Buscou-se, na sequência, analisar como seria possível utilizá-lo para compreender esse processo nas aulas de história.

Assim, perpassou-se pela construção da disciplina de História e verificou-se que o ensino de História no Brasil começou a ser ministrada a partir do século XIX, com o intuito de preparar os nobres para o exercício do poder e direção dentro da sociedade. Após a implantação da República, o ensino de história trouxe novos desafios políticos: era necessário inserir a população dentro de um “espírito cívico”. A História passou a desempenhar no currículo um papel civilizatório e patriótico e o Estado passou a ser visto como o principal agente histórico condutor das sociedades ao estágio civilizatório.

Analisando o período de 1930 a 1945, pode-se concluir que a educação teve um grande avanço, já que foi marcada, sem sombra de dúvida, pela industrialização, pelo comércio emergente e pelo crescimento da economia nacional, ressaltando-se que a educação era organizada não só para a formação pessoal, mas sim para uma formação de capacitação com o ensejo de promover o desenvolvimento da nação.

Na década de 1960, com a implantação da Ditadura, a escola era vista como fonte de disseminação de novos conceitos, que traziam a crianças e jovens a consciência patriótica e o dever com a Nação. Convém ressaltar que a disciplina de História tem por essência o desenvolvimento intelectual do estudante, o que não era o interesse dos militares, pois o objetivo não era a formação de cidadãos críticos. O ensino de História foi substituído, então, nas séries iniciais pela disciplina Estudos Sociais, inserindo as disciplinas indubitavelmente ideológicas, tais como Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

A finalidade dessas disciplinas estava ligada ao fortalecimento da unidade nacional e ao preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum. Assim, propiciou a compreensão da sua importância, uma vez que as suas especificidades consistem na base de sustentação da reflexão e do exercício intelectual, evidenciando que o papel do professor é de suma importância nesse contexto para que haja a transformação e continuidade da história ensinada. Buscar uma educação de qualidade sempre foi o desafio para aqueles que trabalham com a formação intelectual do indivíduo. Nessa perspectiva, os educadores necessitam efetuar novas experiências para a educação. Assim, a proposta da cartilha como produto final da pesquisa é que traga abordagens para tornar a disciplina de História mais dinâmica, com o intuito de facilitar e instigar o estudante, formando pessoas ativas socialmente, cidadãos conscientes e críticos.

Para tal, suscitou-se a ideia de criar a cartilha visando fornecer um subsídio didático diferenciado, para nortear o conteúdo sobre a Ditadura Militar trabalhado na disciplina de

História, contudo com um viés focado no nosso estado, por meio de um olhar local para o global, trazendo aos alunos mais similaridade com o conteúdo. Ademais, levar materiais diferenciados e outras fontes de consulta, como os jornais, abre a possibilidade para que o estudante aprenda a interpretar de modo crítico as notícias do/no presente.

Considera-se também que os professores são peças fundamentais na transformação dos meios educacionais, pois são eles que planejam, desenvolvem, executam e avaliam os conteúdos abordados. Também estão em contato constante com os alunos, interagindo e auxiliando-os, logo são provedores de uma formação individual e coletiva, com o intuito de torná-los mais reflexivos e críticos, sendo peças-chave para a utilização dos materiais didáticos e demais fontes históricas.

Além disso, salienta-se que escola é um ambiente de construção e exercício da cidadania e a disciplina de História vem ao encontro disso, fazendo com que os alunos se tornem cidadãos críticos e reflexivos sobre as demandas sociais, viabilizando uma percepção do seu entorno, suas tradições e culturas, construindo uma consciência histórica.

Por fim, considera-se que este trabalho representou um primeiro exercício de produção reflexiva, mas espera-se que ele possa contribuir para que professores e alunos se posicionem de maneira crítica, responsável e construtiva.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Danusa S. **A cobertura dos jornais *Correio do Estado*, de Campo Grande, e *o Estado de Mato Grosso*, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo.** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande– MS, 2015.
- ARAKAKI, Suzana. **As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964 – 1969).** (Tese) Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD). Dourados/MS, 2015.
- BARTHES, Roland. **Le Neutre: cours au Collège de France (1977-1978).** Paris: Seuil, 2002.
- BITTENCOURT, Circe M. F. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados** 32 (93), 2018.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação.** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CERRI, Luiz Fernando (org). **O Ensino de História e a Ditadura Militar.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2ª ed., 2003.
- CORREA, Línive de Albuquerque. **Grupo Correio do Estado, de Jornal a conglomerado midiático (1954 – 1980).** (Dissertação). Mestrado em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista. Assis-SP, 2018.
- CORREIO DO ESTADO. **Acervo do Jornal**, Campo Grande, 1964-1983. Disponível em: <http://191.33.253.164/ged/> Acesso dia 05 fev. 2024.
- DURHAM, **A educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso**, 1999. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701999000200013&script=sci_arttext. Acesso dia 08 jan. 2024.
- FAGUNDES, P. E. **Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado.** Vitória: Milfontes, 2019.
- FERNANDES, Mario Luiz. Apontamentos para uma história da imprensa de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 01, 2017.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e Ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada.** São Paulo: Papyrus, 1993.
- FOUCAULT, M. . **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo. Atlas. 1991.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Wilson. Fato e interesse. O fato jornalístico como problema. In: **Textos**, nº 26, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V I.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – O Princípio Educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Vol. II.

GRAMSCI, Antonio. **A construção do partido comunista: 1923-1926**. Torino: Einaudi, 1971.

GRAMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários**. *Marxists Internet Archive*, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro, 1979.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos das ciências dos jornais**. Petropolis (RJ): Vozes, 2011.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018.

KALIL-ALVES, T. OLIVEIRA, W. de. O ensino de história da América Latina no Brasil: sobre currículos e programas. **Magis, Revista Internacional de investigación en Educación**, 2011.

LARA, Matheus Henrique de. **Jornalismo a serviço de quem? Produção editorial informativa em assessorias de imprensa de prefeituras no interior do Paraná**. (Dissertação) Mestrado em Processos Jornalísticos - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

LEITE, E. F. **Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução**. Dourados MS: Editora UFGD, 2009

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 149-175.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.11, n. 32, p. 285- 372, maio/ ago. 2006.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v.2, n.3. 2014.

MARTINS, Demosthenes. **A poeira da jornada: memórias**. São Paulo: Resenha Universitária, 1980.

MARTINS FILHO, João Roberto - **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**, Campinas, SP: Papirus, 1987.

MELO, Demian, B. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2000.

MELO, Francisco E. O Ensino de Estudos Sociais, EMC E OSPB e a Resignificação da Cultura Cívica Nacional nas Práticas Escolares em Escolas de Fortaleza Durante o Regime Militar. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTEIRO, Ana Maria; PENNA, Fernando de Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n.1, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Aulas de História: questões do/no tempo presente. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, 2015.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.) et al. **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Dênis, Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, 2010.

OLEGÁRIO, THAÍS FLECK. **A ação democrática Mato-Grossense (ADEMAT) no sul de Mato Grosso: da ação política à articulação paramilitar (1963-1985)**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo S. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, 2011.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto. 2013.

PEREIRA, Juliana dos Santos; COELHO, Fabiano. Considerações sobre o “milagre econômico” brasileiro na imprensa douradense (1970-1973). **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD – Dourados, 2010.

PLÁ, Sebastian. *La enseñanza de la historia como objecto de investigación*. **Revista Secuencia**, n. 84, 2012.

PROUST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REGINA, Thiago Costa Juliani. **As representações sobre a União Democrática Nacional na imprensa carioca do segundo governo Vargas (1951-1954)**. (Dissertação). Mestrado em História. Programa de PósGraduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

SANTOS, Luciane Justus dos. **Ofertas e modos de apropriação dos comentários dos leitores nos jornais diário dos campos e gazeta do povo**. 2015. 174 f. (Dissertação). Mestrado em Processos Jornalísticos - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

*SCHWEITZER, Michael, STEIGER, Heinhard. "Neutralität". In BRUNNER, Otto, CONZE, Werner, KOSELLECK, Reinhart. **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1978.*

SCHMITT, Elaine. **O golpe civil militar e o jornalismo no interior: análise do discurso produzido pela imprensa de união da Vitória/PR e Porto União/SC em 1964**. 2017. 168 f. Dissertação (Mestrado em Processos Jornalísticos) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SILVA, Eronildo Barbosa da. **Sindicalismo no sul de Mato Grosso 1920-1980**. Campo Grande MS: Editora Uniderp, 2005.

SILVA, Eronildo. Barbosa da. **55 anos de lutas do Sindicato dos bancários de Campo Grande e Região (1959-2014)**. Campo Grande MS: Diogo Gráfica e Editora Ltda, 2014

SOARES, Carla Meira. **Manchetes de um abril antidemocrático: O golpe civil-militar e o AII a partir dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo**. (Monografia) Licenciatura em História. Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Brasília, 20018.

SODRÉ, Nelson. W. História da *imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Ditadura militar: produção historiográfica e variáveis explicativas. **Revista Ágora**, [S. l.], n. 28, 2019.

SOUZA, João Carlos. Corumbá, MS - o desejo de integração à civilização em fins do século XIX. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

VALLE, Diniz A. **Guia do Civismo**. Brasília, Ed MEC, 1971.

ANEXOS



CARTILHA “COMPREENDENDO A DITATURA MILITAR PELAS PÁGINAS DO CORREIO DO ESTADO”



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
PARTE 1	
TEMA	
O golpe de 1964, o “perigo vermelho e a onda conservadora”	4
PARTE 2	
TEMA	
Os militares e os apoiadores da Ditadura.....	7
PARTE 3	
TEMA	
Resistência – Movimento Estudantil.....	11
PARTE 4	
TEMA	
Repressão e Tortura – Atos Institucionais.....	15
PARTE 5	
TEMA	
Redemocratização, Abertura Lenta e Gradual, Anistia, Diretas Já.....	18
SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	21
REFERÊNCIAS.....	25

APRESENTAÇÃO

A cartilha “Compreendendo a Ditadura Militar pelas páginas do Correio do Estado” tem como objetivo fornecer um subsídio didático para nortear o conteúdo sobre a Ditadura Militar trabalhado na disciplina de História.

A proposta da cartilha está embasada na teoria de Gramsci (1981; 2001; 2005; 2006) acerca do conceito de hegemonia, concebida por ele como uma forma de dominação socialmente aceitável. Nessa perspectiva, o jornal em questão pode ser compreendido como um meio cultural hegemônico utilizado para difundir o regime cívico-militar, constituindo-se em um espaço por meio do qual a classe dominante exerce sua hegemonia, ou seja, o jornal trata-se de um “aparelho privado” para divulgar suas ideologias e manter a sua dominação sobre as demais classes.

Além disso, conforme afirma Fico (2004), considera-se que esse período pode ser considerado como uma Ditadura Militar por ter sido conduzido por militares, mas também pode ser visto como uma Ditadura Civil-Militar, pois o golpe também teve a participação de entidades civis, como os políticos Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, e de algumas pessoas ligadas à Igreja.

Cabe salientar que o recurso aqui proposto não se trata de algo inovador, pois se observa que existe uma vasta produção de livros, revistas e materiais cinematográficos que tratam desse tema, no entanto não há um recurso didático que explore essa temática sob contexto de Mato Grosso, sobretudo o sul de Mato Grosso. Nesse sentido, o objetivo foi produzir uma cartilha que traga os principais fatos da Ditadura Militar, como o golpe e sua instauração no dia 31 de março de 1964, assim como a discussão sobre os governos, os atos institucionais, os anos de chumbo, a repressão e os protestos referentes a esse período, contemplando em sua estrutura o contexto, mas também trazendo notícias que foram veiculadas no jornal *Correio do Estado*.

Assim, a cartilha foi pensada visando auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, bem como promover o seu pensamento crítico, utilizando para isso as páginas do jornal *Correio do Estado*, especificamente com um olhar sobre a Ditadura Militar regionalizada.

Desse modo, esperamos que você aproveite o material!

PARTE 1

TEMA “O golpe de 1964, o “perigo vermelho e a onda conservadora”



Jango discursando no Comício da Central

A euforia dos anos Juscelino Kubitschek – JK (1956-1961) foi seguida por um turbilhão de conflitos políticos e problemas econômicos que encerraram a chamada fase populista da democracia brasileira. Entre os sinais da instabilidade generalizada do período estavam o aumento da inflação e a ocorrência cada vez maior de manifestações e movimentos ligados ao contexto da Guerra Fria por todo o Brasil.

Jânio Quadros, empossado em 1961, renunciou em agosto do mesmo ano, não sem antes ter condecorado um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto “Che” Guevara. Embora Jânio Quadros não tivesse qualquer simpatia pelo socialismo, em um mundo polarizado pela Guerra Fria, esse gesto foi interpretado pelas elites e pelos quadros militares como uma “aproximação do comunismo”

Com a renúncia, o vice-presidente João Goulart voltou de missão oficial realizada na China e, ao desembarcar no Brasil, foi impedido pelos militares de assumir o posto deixado vago. O impasse foi “solucionado” com a votação de uma emenda constitucional que instituiu o sistema político parlamentarista. Portanto, em 1961, João Goulart assumiu o cargo de presidente com poderes extremamente reduzidos (Crivelente *et al.*, 2017).

Goulart tentou colocar em prática na sua agenda política as chamadas “Reformas de Base”, que incluíam a melhoria nas condições de trabalho, a reforma política, a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ilegal desde 1946, e a reforma agrária (Crivelente *et al.*, 2017).

João Goulart procurou garantir suas reformas a todo custo no Brasil, tendo como símbolo máximo o comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro. A radicalização foi tão grande que se estabeleceu a visão de que o presidente estava promovendo a quebra da ordem, do respeito à hierarquia e promovendo o crescimento do movimento



Manifestantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

manifestando a oposição ao governo de João Goulart.

comunista. A oposição, formada por parte dos militares, do empresariado e a classe média, se articulou e em menos de uma semana, no dia 19 de março, estabeleceu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contando com a participação de mais de 500 mil pessoas em São Paulo.

Em Campo Grande, nas manchetes do *Correio do Estado* do dia 31 de março de 1964, lia-se:



Fonte: Acervo do Correio do Estado (1964).

O jornal mostrava a tensão que existia no país, pontuando uma fala do então deputado Hebert Levy, que fazia parte da UDN, em que declarava que o presidente João Goulart deveria ser responsabilizado pela promoção da luta de classes (Correio do Estado, 1964).

No dia 06 de abril, o jornal ressaltava a marcha de Deus com a Família, noticiando que a população se solidarizava com os militares, colocando buques de flores nas estátuas de militares como Duque de Caxias, e também homenageava os Generais Barbosa Pinto e Major Araújo Lopes, em virtude de sua atuação na defesa do civismo do povo matogrossense (Correio do Estado, 1964).

Além disso, nas páginas do jornal já estava impressa a possível posse do General Castelo Branco para presidência da república, contando com o movimento das classes produtoras e ressaltando o interesse pela descomunicação total no Brasil, bem como se posicionando contra o comunismo e lançando bases para a promoção do patriotismo.

A radicalização do projeto de reformas de Jango gerou uma significativa reação conservadora no país, a ponto de dar origem à sua deposição por via de um golpe militar. Sendo assim, sob o argumento de evitar uma ditadura comunista no período da Guerra Fria, as Forças Armadas brasileiras realizaram um golpe de estado em 31 de março de 1964.

Desde o início, a Ditadura Militar buscou ter um **aparato legal como forma de se institucionalizar e se legitimar** perante a opinião pública, sobretudo a liberal, que tinha apoiado a destituição de Jango. Nesse sentido,

o golpe contou com apoio do Congresso Nacional e de juristas, sendo formalizado na madrugada do dia 2 de abril, no Congresso Nacional, mas sem amparo na Constituição, pois o cargo foi declarado vago, enquanto o presidente continuava no território nacional, sem ter renunciado nem sofrido impeachment, já que somente numa dessas três circunstâncias – além da morte – isso poderia acontecer (Instituto Herzog, 2022).



Tanques em meio a populares próximo à Avenida Getúlio Vargas no dia 2 de abril de 1964. Na imagem, vê-se ao fundo a Central do Brasil e no centro o Palácio Duque de Caxias.



Para saber mais:

https://www.youtube.com/watch?v=EVwlepPYp_o

PARTE 2

TEMA

Os militares e os apoiadores da Ditadura

Os antecedentes ao golpe de estado de 1964 já demonstravam a intensa participação dos militares na política brasileira, visto que as Forças Armadas atuavam como um poder “moderador” em relação ao poder político civil (Crivelente *et al.*, 2017). Nesse sentido, o Brasil se tornou república por meio dos militares e os primeiros presidentes eram militares: Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto.

Entre 1946 e 1964, dentre os quatro eleitos após a II Guerra Mundial, somente dois presidentes, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), completaram os seus mandatos e deram lugar a um sucessor eleito pelo voto popular. Sem o apoio das Forças Armadas era impossível um presidente eleito se manter no poder (Bethell, 2018).

Os militares exerceram influência direta no suicídio de Getúlio Vargas em 1954, quase impediram a posse de Juscelino Kubitschek no final de 1955 e provocaram a renúncia de Jânio Quadros em 1961, após sete meses no cargo. (Bethell, 2018).



Nessa ótica, estava claro que os jornais, tanto os de grande circulação nacional quanto o *Correio do Estado*, constituíam-se em propaganda notadamente a favor da deposição do presidente constitucional João Goulart.



No dia 14 de abril de 1964, foi veiculada a notícia de que o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito para o cargo de Presidente da República, tendo 361 votos, e 72 parlamentares, a maior parte do PTB, se abstiveram. (Correio do Estado, 1964).

A segunda manchete coloca a frase “Apoetótica consagração”, na qual o governador Fernando Correa da Costa é recebido pela população por sua atuação nos atos que salvaram o Brasil e mantiveram as forças democráticas no dia 01 de abril, além de ressaltar a sua posição favorável ao novo presidente da república, ora eleito (Correio do Estado, 1964).



No dia 14 de março, o jornal anunciava a cerimônia de posse do Presidente Costa e Silva e no dia 01 de abril o jornal noticiava sobre o novo presidente da república, mas nada se falou nas próximas edições dos meses seguintes sobre a nova Constituição e nem no endurecimento do período (Correio do Estado, 1964).



Na notícia estampada em 30 de outubro, o Correio do Estado exibia a manchete em letras garrafais: “Garrastazú é renascer de esperança”. A notícia relativa a ela abordava o pronunciamento do então presidente, o qual colocaria o país em uma nova fase, pois governo seria voltado para reenguar a economia, a produção, o desenvolvimento, mas também ressaltava o poder dos trabalhadores nessa jornada, sendo eles considerados como o “sustentáculo deste País” (Correio do Estado, 1974).



Em 15 de março de 1974 foi noticiada a posse do General Ernesto Geisel como presidente da República, cuja gestão encerrou-se em 1979. Mato Grosso recebeu com confiança o novo presidente, inclusive termina a matéria dizendo: “Neste dia memorável para todos os mato-grossenses, mas uma vez so nos resta

dizer: Muito obrigado, Presidente Médici. E para o futuro presidente: Confiamos em si” (Correio do Estado (1974).



No dia 16 de março, o Correio do Estado noticiou a fala de Figueiredo em sua posse, na qual ele afirmou que assumiria o compromisso com a Revolução, com a volta do estado pleno da democracia no Brasil, além de manter, defender e cumprir a constituição (Correio do Estado, 1974).

PARA SABER MAIS...

Os presidentes e a Ditadura Militar

Arquivo Nacional

ACESSE: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-1/Ospresidenteseaditaduramilitar.pdf>

PARTE 3

TEMA

Resistência – Movimento Estudantil

No período ditatorial, as pessoas com um maior senso crítico, representadas intelectuais, estudantes, artistas, operários, entre outros, passaram a ser perseguidos, surgindo assim formas sutis de contestação em defesa das reformas de base, as quais se manifestavam por meio de canções, de protestos, da atuação dos sindicatos dos trabalhadores e dos movimentos estudantis.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1937, no I Congresso dos Estudantes, tendo como objetivo discutir temas políticos e sociais. A UNE sempre teve participação ativa, promovendo



passeatas, campanhas, mobilizando todo o corpo estudantil. Defendeu o fim da ditadura do Estado Novo no governo de Getúlio Vargas e foi contra o Nazifacismo. Promoveu também campanhas nacionais contra a alta do custo de vida e em prol da indústria siderúrgica nacional e do monopólio estatal do petróleo sob o lema “O Petróleo é Nosso”. Defendeu a reforma universitária no país (por ocasião da discussão do projeto da Lei de

Diretrizes e Bases) levando à decretação de greve geral nacional e paralisando a maior parte das universidades.

A repressão era intensa, sendo assim o Conselho Federal de Educação (CFE) nomeou reitores militares para diversas instituições de ensino, tentando assegurar o controle militar, por conseguinte os professores e os alunos eram observados e, caso houvesse algum indício de conduta contrária, eram declarados subversivos e expulsos. Em diversos casos essa repressão resultou no “desaparecimento” dessas pessoas.

A Ditadura Militar era amparada pela ideologia de Segurança Nacional, cujo emblema era a luta contra o movimento anti-intelectual em nome de um anticomunismo intencionalmente exacerbado. No entanto, mesmo com a opressão do governo, as manifestações dos estudantes ganhavam corpo e estavam cada vez mais presentes por meio da organização de congressos e da realização de passeatas e mobilizações estudantis. Mas esses fatos foram abafados pelo decreto Lei n. 4.464, de 1964, denominado Lei Suplicy, que regulamentava os Órgãos de Representação aos Estudantes, submetendo todas as instâncias ao MEC e colocando a UNE e as UEEs na ilegalidade, as quais passam atuar clandestinamente. Houve também a criação dos decretos 53/66,

fixando as normas de organização para as universidades federais, e a criação do Ato Institucional n. 5, em 1968.

O terror cultural foi instaurado por meio de ações repressivas do aparato policial-militar e dos organismos direitistas contra os estudantes, as escolas superiores e a instituição universitária em geral. O prédio da UNE foi depredado, incendiado e destruído, sendo assim memórias de várias gerações universitárias foram perdidas.

Toda a instituição universitária e o meio estudantil foram perseguidos mediante os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), criados pelo referido Ato Institucional, evidenciando um ambiente de pânico e de revoltas no meio estudantil.



Em 03 de agosto foi noticiado que Wladimir Palmeira foi preso e encaminhado ao DOPS, no entanto o *Correio do Estado* nada falou sobre o fato e não se posicionou sobre ele, não dando maiores detalhes (Correio do Estado, 1968). A justificativa apresentada para sua prisão foi de que ele estava sem documentos. Palmeira, que é presidente da União Metropolitana de Estudantes, era líder da passeata dos Cem Mil e pedia explicações sobre a morte do estudante Edson Luís em uma manifestação e sem justificativa. Também pedia o fim da Ditadura. Ficou preso por 45 dias e foi solto por *Habeas Corpus*.

Passeata dos Cem Mil - 26 de junho de 1968.



Vladimir Palmeira, líder do movimento



Artistas como Ewa Vilma e Odete Lara e outras



Protestos contra a morte de Edson

VOLTA A GRISE ESTUDANTIL NA GUANABARA

Motivada pela prisão do líder estudantil Vladimir Palmeira, prêso em uma unidade do I Exército, volta a eclodir nova crise dos estudantes na Guanabara. Estão sendo realizadas em tôdas as faculdades da Universidade Federal assembléias gerais permanentes e os estudantes poderão voltar às ruas para protestar contra a prisão do estudante, justamente agora que o governo iniciava o diálogo entre as lideranças universitárias.

O Palácio da Guanabara nada informou sobre os esquemas de segurança para evitar a grande concentração prevista para às 11 horas de hoje, na Cinelândia.

No dia 05 de agosto, um dia após a prisão de 300 alunos, o *Correio do Estado* não noticiou a prisão, mas informou que havia uma crise e que os estudantes podiam voltar às ruas “justamente agora que o governo iniciava um diálogo”. Essa frase, mostra a posição do jornal e a sua intenção de minimizar as repressões que estavam acontecendo (Correio do Estado, 1968).



arte como forma de protesto contra a Ditadura Militar. Manifestações ilustrando toda a conjuntura da época.

Em toda a trajetória política, os estudantes demonstraram que estavam ativos em relação às questões políticas e sociais e expressavam que não queriam apenas mudanças na ordem burguesa, na forma de Estado ou de opressão e exploração. Eles sempre buscaram mudanças profundas e radicais na sociedade brasileira.



Para saber mais acesse:

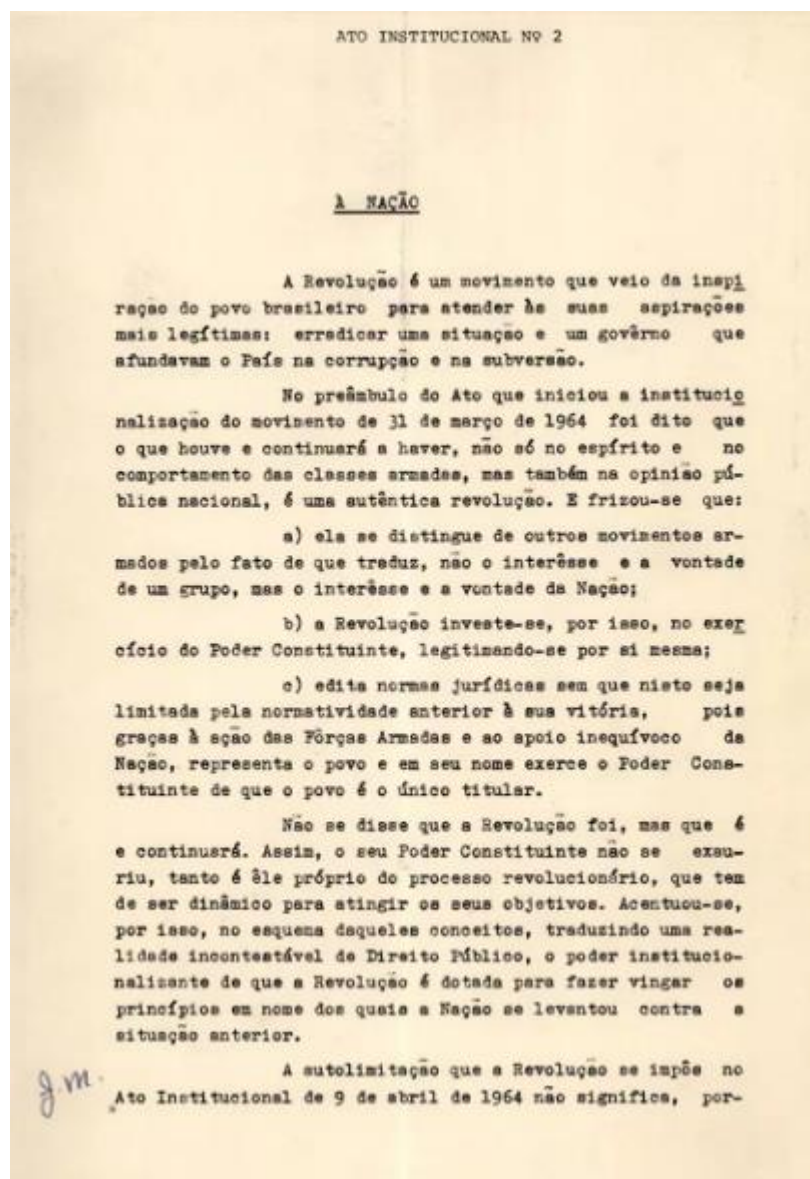
memoriasdaditadura.org.br

PARTE 4

TEMA

Repressão e Tortura – Atos Institucionais

Os Atos Institucionais (AI) foram mecanismos jurídicos autoritários criados para dar legitimidade a ações políticas que consolidaram a Ditadura Militar implantada.

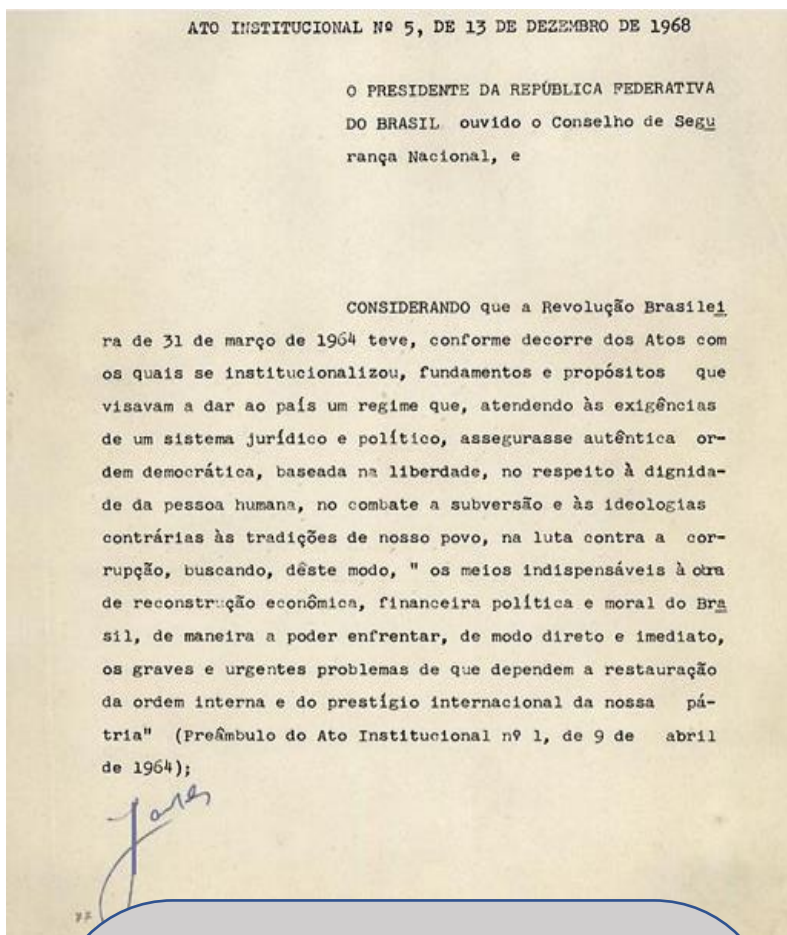


AI-1 (abril de 1964): ao inaugurar o novo regime, estipulou a eleição indireta de presidente e vice-presidente e deu ao chefe do Executivo o poder de suspender e cassar direitos políticos e cargos públicos. Além disso, permitiu ao presidente decretar estado de sítio sem autorização do Congresso.

• **AI-2 (outubro de 1965):** determinou que a eleição presidencial passasse a ser indireta, extinguiu os partidos, reafirmou as cassações e a suspensão de direitos políticos, transferiu para a Justiça Militar os julgamentos de civis pela Lei de Segurança Nacional e ampliou os poderes arbitrários do presidente da República para impor estado de sítio e intervir nos estados. Também determinou a criação de apenas dois novos partidos: um de apoio ao governo, que seria a **Aliança Renovadora Nacional (Arena)**, originada do governo e o outro de oposição “responsável”, o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**.

I-3 (fevereiro de 1966): impôs a eleição indireta de governadores pelas Assembleias Institucionais.

AI-5 (dezembro de 1968): entrou em vigor durante o governo do presidente Costa e Silva em resposta a fatos anteriores, como uma passeata de mais de cem mil pessoas no Rio de Janeiro em protesto contra o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, cometido por um integrante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e em virtude da decisão da Câmara dos Deputados, negando autorização para processar criminalmente o deputado federal Márcio Moreira Alves, que, durante um discurso em 2 de setembro de 1968, chamou o exército de "*valhacouto de torturadores*" e pediu ao povo brasileiro que boicotasse os desfiles do 7 de setembro e às mulheres que se recusassem a se relacionar com militares



Deputado Federal Márcio Alves

PARA SABER MAIS....

ATIVISTA POLÍTICO

Márcio Emanuel Moreira Alves nasceu em julho de 1936, na cidade do Rio de Janeiro, Começou a trabalhar aos 17 anos, como repórter do jornal Correio do Amanhã, Como jornalista teve importante papel crítico e de denúncia nos primeiros anos da ditadura militar. Mesmo apoiando golpe contra João Goulart, logo mudou de posição com a instauração do Ato Institucional nº1. Em 1966, resolve concorrer às eleições, com o partido do Movimento Democrático Brasileiro, ao cargo de deputado federal. Tomou posse no ano seguinte.

Após seu discurso no Congresso Nacional, com o AI-5 é expedida uma lista de políticos com os mandatos cassados a partir daquela data. No topo da lista estava o nome de Márcio Moreira, é exilado. Com a Lei de Anistia, volta ao Brasil.

Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete->

PARTE 5

TEMA

Redemocratização

Abertura Lenta e Gradual, Anistia, Diretas Já.

O DA QUESTÃO

Um general no front da abertura política

Ex-presidente Ernesto Geisel, de acordo com professores, deve ser tema de provas do vestibular



DA QUESTÃO

Diferença fundamental entre o general Ernesto Geisel e os outros presidentes militares do Brasil é que ele não foi eleito pelo povo. Ele assumiu o cargo em 1974, após a morte de Médici, e foi o primeiro a abandonar o cargo de presidente da República em 1976, para se dedicar ao trabalho de escritor e professor. Ele também foi o primeiro a visitar o Brasil em 1976, após o exílio de 12 anos. Ele morreu em 1979, aos 64 anos, vítima de um infarto.

Geisel é considerado um dos presidentes mais importantes da história do Brasil. Ele foi o primeiro a abandonar o cargo de presidente da República em 1976, para se dedicar ao trabalho de escritor e professor. Ele também foi o primeiro a visitar o Brasil em 1976, após o exílio de 12 anos. Ele morreu em 1979, aos 64 anos, vítima de um infarto.

Geisel é considerado um dos presidentes mais importantes da história do Brasil. Ele foi o primeiro a abandonar o cargo de presidente da República em 1976, para se dedicar ao trabalho de escritor e professor. Ele também foi o primeiro a visitar o Brasil em 1976, após o exílio de 12 anos. Ele morreu em 1979, aos 64 anos, vítima de um infarto.

Geisel, o quarto presidente militar dos cinco que o Brasil teve após 1964 assumiu o governo em 1974 com a promessa de conduzir o país à redemocratização por meio de uma “abertura lenta, gradual e segura”.

CORREIO DO ESTADO

ANO XXV - CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL, SEXTA-FEIRA - 16 DE MARÇO DE 1977 - Nº 1793

Figueiredo assume renovando compromisso com a democracia



Brasília — Ao assumir o cargo de presidente da República, o general Tancredo Neves renova o compromisso com a democracia e com o desenvolvimento do Brasil. Collor e Neves, ao lado de Collor, assumiram o cargo de presidente da República em 1977, após a morte de Geisel. Eles foram os primeiros civis a assumir o cargo de presidente da República no Brasil.

Neves é considerado um dos presidentes mais importantes da história do Brasil. Ele foi o primeiro a abandonar o cargo de presidente da República em 1976, para se dedicar ao trabalho de escritor e professor. Ele também foi o primeiro a visitar o Brasil em 1976, após o exílio de 12 anos. Ele morreu em 1979, aos 64 anos, vítima de um infarto.

No dia 16 de março, o *Correio do Estado* noticiou a fala de Figueiredo em sua posse, o qual afirmou que assumiria o compromisso com a “Revolução”, trazendo a volta do estado pleno da democracia no Brasil, além de manter, defender e cumprir a Constituição.



Em agosto de 1979, foi aprovada a Lei de Anistia que, apesar das restrições, beneficiou cidadãos destituídos de seus empregos e presos políticos, parlamentares cassados desde 1964, permitindo a volta de exilados ao país.



O bordão “abertura lenta, gradual e segura”, cunhado pelo próprio Geisel,

que tratava sobre o início do processo de abertura política, não foi noticiado. Dessa forma, a transição deveria ser feita de forma lenta, porque, se feita de forma abrupta, haveria o perigo da tomada de poder pela esquerda. Assim, foi feita de forma gradativa, assegurando a “democracia”. Como houve avanços e recuos, esse período ficou conhecido como “processo de distensão” (Correio do Estado, 1979).



No dia 24 de março, o *Correio do Estado* divulgou “Diretas: Hoje o comício”, na cidade de Campo Grande onde já havia acontecido, e nas cidades de Três Lagoas, Coxim e Dourados.

O jornal apresentava o dia da passeata, as autoridades presentes e suas posições a favor da emenda Dante de Oliveira, no entanto essas autoridades avaliavam sua posição partidária, que seu principal ponto era discutir o que fazer depois.

No dia 15 de março, dia da posse do presidente, o *Correio do Estado* anunciou a vitória de Tancredo Neves, com 480 votos contra 180 de Paulo Maluf (PSD), tornando-se o primeiro presidente civil. Foram colocados na manchete adjetivos como “pouca vibração”, “comemorações tímidas” na capital com a vitória do presidente, não sendo muito significativo o ato público.



SUGESTÕES DE ATIVIDADES

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1) Como ocorreu o início da Ditadura Militar no Brasil, a qual perdurou por quase 20 anos (1964 a 1985)?
 - a) Por meio de eleições democráticas que levaram ao poder os militares.
 - b) Por intermédio de um acordo ocorrido entre o presidente João Goulart e comandantes das forças armadas brasileiras.
 - c) Mediante uma sangrenta guerra civil em que os militares tomaram o poder à força, após a morte de milhares de brasileiros.
 - d) Por meio de um golpe militar ocorrido em 31 de março de 1964, que tirou o presidente João Goulart do poder.
 - e) Devido a revolução ocorrida em 1964, após o pedido de exílio do então presidente Jânio Quadros.

- 2) O Ato Institucional número 2 (AI-2) foi promulgado durante o período militar e determinava:
 - a) Censura à imprensa, fechando todos os canais de televisão.
 - b) Bipartidarismo, em que permaneceram extintos todos os partidos de esquerda, como o PT, sendo mantidos apenas dois: a ARENA e MDB, partidos que apoiavam o governo ditatorial.
 - c) Censura à imprensa, em que os canais de televisão não podiam falar qualquer coisa, principalmente aquilo que se voltasse contra o governo.
 - d) Um Brasil capitalista, erradicando os grupos de direita, semelhantes ao de Vargas.
 - e) Bipartidarismo representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), originado do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que deveria desempenhar o papel de oposição.

- 3) Qual foi o documento histórico mais importante na Ditadura Militar, o qual buscou legitimar as ações de restrições aos direitos e à democracia no Brasil.
 - a) Ato institucional n. 1
 - b) Ato institucional n. 2
 - c) Ato institucional n. 5
 - d) Junta governativa
 - e) Lei da Segurança Nacional

- 4) (Enem/2010)
 Ato Institucional n. 5
 Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.
 Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2010.

- Nos artigos do AI-5 selecionados, o governo militar procurou limitar a atuação do poder judiciário, porque isso significava
 - a) a substituição da Constituição de 1967.
 - b) o início do processo de distensão política.
 - c) a garantia legal para o autoritarismo dos juízes.
 - d) a ampliação dos poderes nas mãos do Executivo.
 - e) a revogação dos instrumentos jurídicos implantados durante a Ditadura Militar de 1964.

- 5) O que foi a Lei da Imprensa instituída em 1967?
 - a) Instituiu a Hora do Brasil.
 - b) Instituiu a censura prévia a todos os meios de comunicação do país.

- c) Instituiu as ordens oficiais emitidas pela imprensa nacional.
- d) Organizou os meios de comunicação em massa da época.
- e) Instituiu a Lei em que a imprensa seria o meio de comunicação no qual os diários oficiais seriam emitidos.

5) No ano de 1968 o movimento estudantil se espalhou por todo o país, sofrendo violenta repressão do governo. Diante das pressões da sociedade, qual foi a reação do governo militar?

- a) A Anistia, que, embora não fosse irrestrita, permitiu o retorno de muitos exilados políticos.
- b) O Ato Institucional n. 5, que conferiu ao Presidente Costa e Silva poderes totais para reprimir as oposições.
- c) A deposição do Presidente João Goulart, cujo modelo populista de governo dava sinais de esgotamento.
- d) A solução parlamentarista, que possibilitou controlar a grave crise institucional em que vivia o país.
- e) A Abertura Democrática, lenta e gradual, que reconduzia o país à democratização.

6) (UFMG) A Política de Distensão, levada a cabo pelo General Ernesto Geisel, visava:

- a) acalmar a tensão política entre Governo e Oposição.
- b) ampliar a base de apoio do Governo junto às Forças Armadas.
- c) anular as ações políticas de seu antecessor, General Médici.
- d) garantir a sobrevivência do Milagre Econômico.
- e) retomar decisões estratégicas definidas pela Junta Militar.

07) (FURG/2006) A Campanha das "Diretas-Já" foi um episódio marcante ocorrido na década de 1980, constituindo-se num dos significativos momentos do processo histórico brasileiro conhecido como:

- a) republicanização
- b) coligação
- c) redemocratização
- d) militarização
- e) conciliação

QUESTÕES DISSERTATIVAS

Leia este texto.

No ano de 1979, a Ditadura Militar tomou medidas que permitiram o retorno das liberdades democráticas no país. O sistema bipartidário foi substituído por uma reforma política que abriu espaço para a formação de novos partidos dentro do país. Dessa forma, as novas siglas que ao mesmo tempo representavam maior direito de expressão política, também marcavam um atípico processo de fragmentação político-partidária. Chegando o ano de 1982, esses partidos disputaram eleições para os governos estaduais e demais cargos legislativos. Mediante esse novo quadro, membros de oposição da Câmara dos Deputados tentaram articular uma lei que instituísse o voto direto na escolha do sucessor do presidente João Baptista Figueiredo.

Fonte: Brasil Escola

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre o período abordado:

- a) IDENTIFIQUE os principais estados onde a oposição saiu vitoriosa nas eleições de 82.

- b) IDENTIFIQUE o nome da emenda constitucional proposta para instituir o voto direto para a escolha do sucessor do presidente João Baptista Figueiredo.

c) CITE o nome do movimento articulado pela oposição para pressionar o congresso a restabelecer eleições livres para presidente da república.

2) Analise este cartaz alusivo ao Seminário Internacional para debater os 30 anos da Lei da Anistia no Brasil.



Sobre esse tema:

a) IDENTIFIQUE a importância da Lei da Anistia para uma parcela significativa de brasileiros.

b) EXPLIQUE por que a Lei da Anistia, depois de 30 anos, ainda causa polêmica em nosso país.

3) A década de 1960 foi marcada pelo início da Ditadura Militar no Brasil e por revoluções que deixaram muitas lições para a História. Também foi um período de revolução na cultura brasileira. Em específico, na música brasileira houve uma revolução em forma de protestos. Explique com suas palavras quais eram os estilos musicais e como eram feitas essas resistências por meio da cultural musical na época.

4) Justifique por que a Ditadura Militar instaurada com o golpe de 64 é também chamada de Ditadura Civil-Militar.

PRODUÇÃO COLETIVA

A Junta Militar, que elaborou o Ato Institucional, referiu-se ao movimento como “Revolução”. No entanto, as ações ao longo dos 21 anos de Ditadura levaram historiadores, cientistas políticos e demais estudiosos do tema a optar pela denominação “Golpe de Estado”.

A partir das discussões anteriores, a sala deverá elaborar uma definição de Golpe de Estado e listar dois argumentos que permitam classificar a ação que substituiu João Goulart em 1964 como Golpe.

ROTAÇÃO POR ESTAÇÃO

Utilize os fragmentos dos jornais “Correio do Estado” dispondo-os em estações para que os alunos, em grupo, pesquem sobre os determinados temas

ESTAÇÃO 1 – Golpe 1964

ESTAÇÃO 2 – Atos Institucionais

ESTAÇÃO 3 – Repressão e Tortura

ESTAÇÃO 4 – Protestos

Os alunos irão passar pelas estações e ler sobre os jornais expostos e, em seguida, serão divididos em 04 grupos, onde escolherão a temática para realizar mais pesquisas sobre os temas geradores a fim de produzir um texto argumentativo.

PESQUISA

A violência não foi a única arma política durante a Ditadura Militar. Governo e oposição valeram-se também da cultura como um recurso de propaganda. Imprensa, TV, rádio, música, cinema e esporte foram usados como meios para propagandear ideias a favor e contra a Ditadura Militar.

Para conhecer melhor o período, pesquise duas peças de propaganda da época, uma a favor e a outra contra o Ditadura Militar, e explique como elas se inserem nele.

REFERÊNCIAS

BETHELL, L. (Org.). **História de América Latina**. Tomo 15. Barcelona: Editorial Crítica, 2018.

CRIVELENTE, M. R.; KOBASHI, N. Y.; JATENE, C. V.; OLIVEIRA, L. **Memória e Resistência**, 2017. Estudo e difusão de informações sobre as Ditaduras Cívico-Militares na América Latina e sobre os lugares de construção da memória dessas ditaduras. Disponível em: <https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/>. Acesso: 01 maio 2024.

CORREIO DO ESTADO. Acervo do Jornal, Campo Grande, 1964-1983. Disponível em: <http://191.33.253.164/ged/> Acesso: 05 fev. 2024.

INSTITUTO HERZOG, **Portal Memórias da Ditadura**, 2022. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/vala-de-perus-uma-biografia>. Acesso: 1º maio 2024.